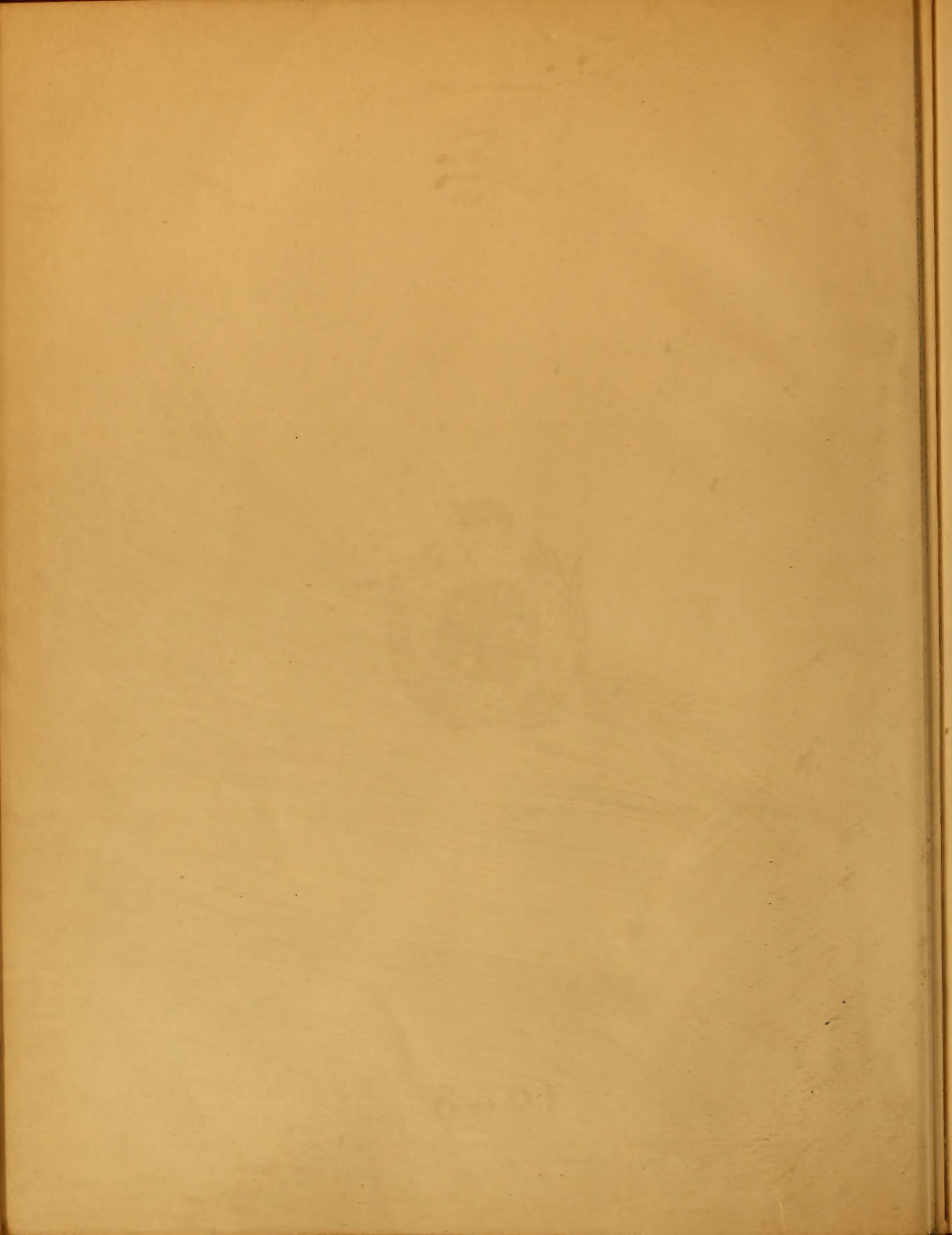
boletim

RELATÓRIO - 1968

Banco Central do Brasil

FEVEREIRO - 1969

1968

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ernane Galvêas .... *Presidente*

Ary Burger .... *Diretor*

Germano de Brito Lyra .... *Diretor*

Helio Marques Vianna .... *Diretor*

Paulo Hortensio Pereira Lira .... *Diretor*

Maurício Ferreira Bacellar .... *Chefe do Gabinete da Presidência*

Departamento Administrativo .... *Geraldo Guimarães Monteiro*

Departamento Econômico .... *Basilio Martins*

Departamento Jurídico .... *J. Jacaúna de Souza*

Gerência da Coordenação do Credito Rural e Industrial .... *Diogo Dias Paes Leme*

Gerência da Dívida Pública .... *Celso Luiz Silva*

Gerência de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros .... *Lineu Emilio Klüppel*

Gerência do Meio Circulante .... *Celso de Lima e Silva*

Gerência do Mercado de Capitais .... *Celso Lima Araujo*

Gerência de Operações Bancárias .... *Ernesto Albrecht*

Gerência de Operações de Câmbio .... *Joseph D'Avila Mendonça*

Inspetoria de Bancos .... *Moacyr de Araujo Simões*

Inspetoria do Mercado de Capitais .... *Edson de Araújo Medeiros*

Contadoria Geral .... *Athayde de Oliveira Mello*

Dissemos em nossa introdução ao Relatório das atividades do Banco Central do Brasil, em 1967, que a política econômica e financeira do Govêrno, em 1968, seria orientada no sentido de consolidar as duas tendências favoráveis, já registradas no ano anterior — maior desenvolvimento e contrôle da inflação. Dêsse modo, estaríamos perseguindo o objetivo de qualquer sociedade bem administrada : moeda estável numa economia dinâmica.

É com grande satisfação que, neste Relatório de 1968, podemos anunciar a confirmação daquelas tendências.

A política econômico-financeira do Govêrno, representada pela conjugação dessas duas metas, avançou bastante na consolidação da estabilidade monetária e obteve ao mesmo tempo, uma taxa expressiva de desenvolvimento econômico. Por outro lado, o crescimento do produto nacional bruto, além de maior que o de 1967, foi acompanhado por uma melhoria acentuada no setor dos serviços públicos. Este é um fato importante, de vez que o esfôrço pelo aumento da produtividade global pressupõe, como um dos fatôres determinantes, uma estrutura de serviços eficiente e adequada.

Eis o quadro que será apresentado no Relatório do Banco Central do Brasil : a análise de uma economia que superou muitas dificuldades e cumpriu um programa prèviamente traçado.

O contrôle da inflação em níveis relativamente baixos permite prever para breve uma situação monetária estável, o que tornará possível maiores estímulos ao desenvolvimento econômico, em todos os níveis.

As perspectivas para 1969 são boas. As distorções decorrentes da instabilidade de preços são menores, ao mesmo tempo em que se elevam os índices de produtividade e de eficiência dos serviços.

O presente Relatório descreve as diversas situações da conjuntura em 1968 e, principalmente, os fatos resultantes da política estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, no contexto mais amplo da política econômica global, que permitiu o fortalecimento e a consolidação do sistema financeiro, em bases cada vez mais estáveis e dinâmicas.

Nesta oportunidade, deixamos consignados nossos agradecimentos aos ilustres colegas de diretoria e aos funcionários desta Instituição, cuja eficiência e dedicação constituíram fatôres marcantes da contribuição do Banco Central do Brasil para a grande obra de Govêrno do Exmo. Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva.

Ernane Galvêas

CONVENÇÕES ESTATÍSTICAS *(Statistical Symbols)*

... Dados desconhecidos
Unknown Data

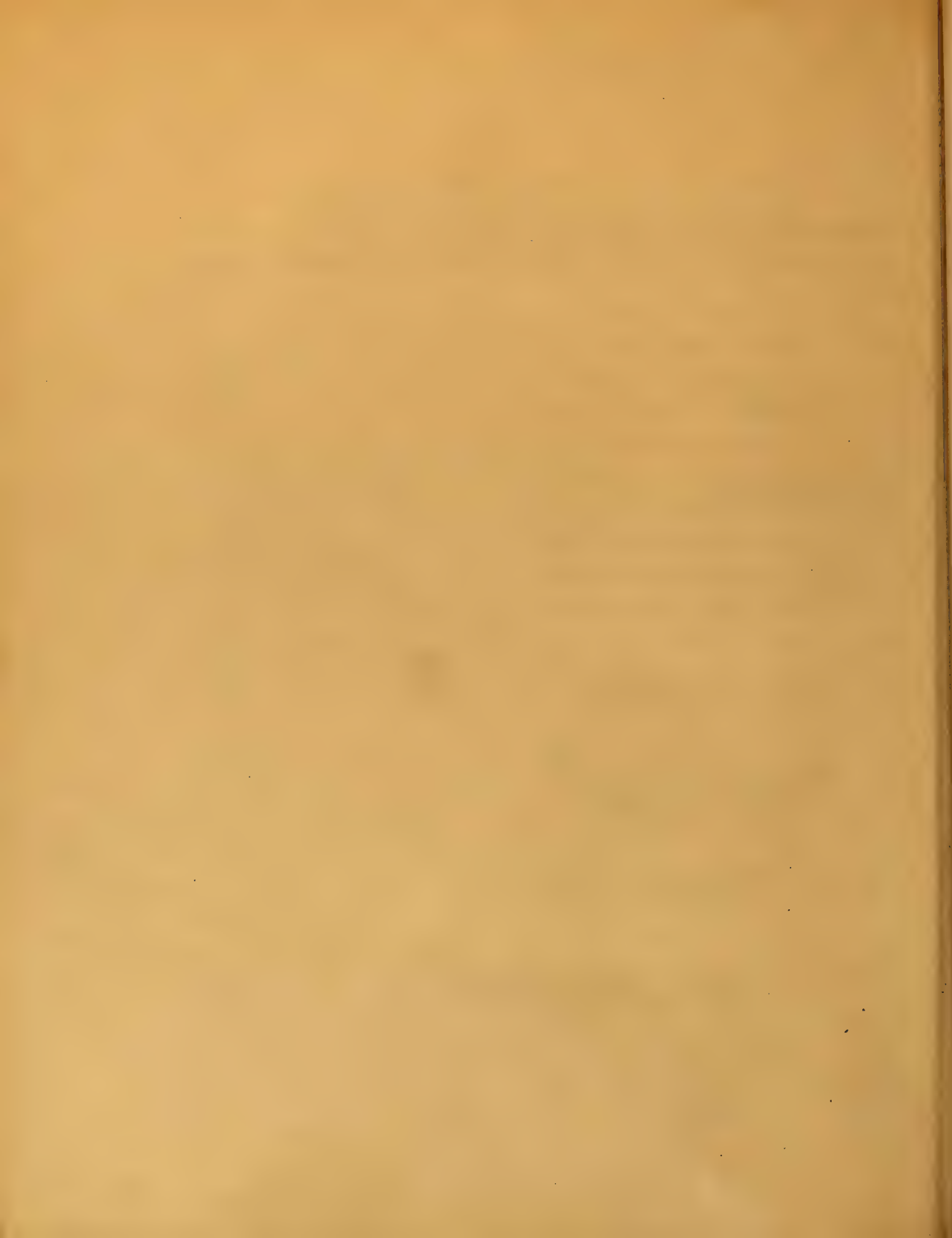
— Dados inexistentes
Unavailable Data

(*) Dados estimados
Estimated Data

(**) Dados provisórios ou preliminares
Provisional or Preliminary Data

0 Menor que a unidade adotada
Smaller than the Adopted Unit

I, II, III, IV — Representação dos trimestres respectivos
Representation of Respective Quarters

1.º e 2.º — Representação dos semestres respectivos
Representation of Respective Semesters

A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA EM 1968

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

FINANÇAS PÚBLICAS

PRODUTOS EM REGIME ESPECIAL

SETOR EXTERNO

ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA EM 1968

OBJETIVOS DA POLÍTICA ECONÔMICA

O NÍVEL DA ATIVIDADE ECONÔMICA

O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA

O EQUILÍBRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

INDICADORES DA UTILIZAÇÃO DOS FATÔRES DE PRODUÇÃO

INDICADORES DO AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DOS FATÔRES DE PRODUÇÃO

INDICADORES DE NATUREZA FINANCEIRA

O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA EM 1968

OBJETIVOS DA POLÍTICA ECONÔMICA

EM 1968, o Govêrno continuou a concentrar todo o seu esfôrço no sentido de alcançar seus objetivos básicos de:

1 — atingir alto nível de produção e emprêgo, mantendo-o auto-sustentável;

2 — acelerar o ritmo de crescimento econômico;

3 — reduzir a taxa de inflação;

4 — equilibrar o Balanço de Pagamentos.

A tarefa de conciliar êsses objetivos exige sensibilidade e visão da parte do Govêrno e não dispensa a colaboração de todo o setor produtivo privado, e, ademais, de tôda a comunidade. A longo prazo, êsses objetivos são mùtuamente consistentes, mas temporàriamente podem estar em conflito. Dentre essas metas, há tôda uma série de políticas difíceis de reconciliar. Medidas tomadas com determinada finalidade podem não atender a outros fins.

Nesse contexto, a questão principal com que o Govêrno se defronta é saber em que nível o aumento da despesa agregada pode sustentar um desenvolvimento rápido e, simultâneamente, desacelerar a taxa de inflação. Como não há fórmulas precisas que determinem aquêle nível, a política governamental é feita por gradual aproximação. O importante teste dessa questão está no comportamento da produção, do emprêgo, dos preços, dos custos e no equilíbrio financeiro externo.

Os resultados dêsse teste, a seguir apresentados, revelam o acêrto da orientação governamental e representam estímulos de novos esforços para enfrentar dificuldades crescentes, na medida em que os problemas ganham maior dimensão, em conseqüência das complexidades inerentes ao próprio processo de crescimento.

O NÍVEL DA ATIVIDADE ECONÔMICA

O primeiro daqueles objetivos é o uso máximo dos recursos existentes, mantendo a demanda agregada de bens e serviços em nível suficiente para adquirir tôda a produção que a economia é capaz de realizar. A inadequacidade da demanda foi a maior causa de capacidade ociosa e de menor nível de emprêgo nos anos recentes. É econômica e socialmente desejável que se coloque em uso produtivo a maior parcela possível de recursos físicos e humanos, em harmonia com outros objetivos básicos.

O ano de 1968 alicerçou a recuperação econômica iniciada em 1967. A atividade econômica atingiu posição próxima do máximo de capacidade produtiva, o nível do emprêgo elevou-se acentuadamente e a taxa dos investimentos reativou-se, passando a atingir valôres que permitem expandir o potencial produtivo em nível necessário à aceleração do crescimento econômico.

Concomitantemente com a maior utilização da capacidade de produzir bens e serviços e com a expansão dessa capacidade, surge o problema de se procurar manter a demanda global, nem muito acima, nem abaixo do nível máximo do que pode produzir.

No primeiro caso, haveria o recrudescimento da inflação, no segundo o retôrno à reces-

são. A política monetária flexível e a política fiscal compensatória permitiram fôssem eliminadas flutuações violentas no nível da atividade econômica, limitando-as a moderadas oscilações conjunturais em tôrno de um nível elevado de produção.

Os números alinhados neste Relatório dão a dimensão de como a produção reagiu às medidas de política econômica. O ano de 1968 apresentou a maior taxa de desenvolvimento econômico desde 1962, malgrado o moderado desempenho da produção agrícola, motivado pelo forte declínio da produção de café.

A maior e melhor utilização do potencial produtivo elevou a renda nacional e fêz o consumo expandir-se ràpidamente. As indústrias de bens de consumo elevaram acentuadamente suas vendas, o que reflete a melhoria do poder da compra da população. Êste elevou-se pelo crescimento do nível do emprêgo e pelo aumento da renda real dos trabalhadores. Esta, por sua vez, expandiu-se em conseqüência da correção do resíduo inflacionário e do aumento das horas médias trabalhadas.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO

A recuperação do nível dos investimentos com objetivo de assegurar aumentos na capacidade produtiva realizou-se por duas grandes vias. A primeira derivou da ação direta do Govêrno, seja em suas próprias inversões, seja no programa habitacional. Êste programa acelerou seu ritmo, com reflexos positivos sôbre as condições de moradia da população e sôbre a absorção de mão-de-obra de baixa qualificação. A indústria de construção civil apresentou taxa de crescimento expressiva.

De forma indireta, a atuação governamental sôbre o nível dos investimentos refletiu-se na condução da política econômica global e setorialmente nos estímulos fiscais concedidos.

A superação das oscilações de grande amplitude, por períodos longos, que se verificavam no ritmo da atividade econômica repercutiu favoràvelmente na formação das expectativas dos empresários, induzindo-os a aumentar seus investimentos, em face de perspectivas otimistas de rentabilidade e de expansão da demanda potencial. Ademais, a redução das flutuações econômicas diminuiu o risco dos negócios, estimulando as inovações e a melhoria tecnológica.

Os estímulos fiscais assumiram valôres vultosos e visaram a reduzir os descompassos de crescimento regionais, fortalecer o mercado de capitais e dar incentivos à implantação e à expansão de capacidade em vários setores industriais, de que são mais importantes as indústrias automobilística e petroquímica. O crescimento acentuado da importação de maquinaria e equipamentos é outro indicador da reativação dos investimentos em 1968 e da preocupação empresarial de renovar seu equipamento, com vistas a melhorar sua posição competitiva e com reflexos sôbre a eficiência da economia.

O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA

O Govêrno continuou a dar ênfase especial a seu programa de contrôle monetário, de maneira gradual, de modo a poder compatibilizá-lo aos outros objetivos básicos de política econômica.

A política monetária executou papel saliente na tarefa de recuperação econômica. O Banco Central seguiu política monetária e de crédito que assegurou uma oferta de moeda em volume necessário para conter a pressão altista sôbre a taxa de juros.

Seus instrumentos foram utilizados de forma flexível, de modo a minimizar os desvios ocorridos na tendência firme e crescente do nível da produção e do emprêgo observada em 1968. Os resultados dessa política são satisfatórios, não obstante a meta de preços ter ficado um pouco acima da programada.

Um programa rígido de contrôle monetário teria feito baixar, sem dúvida, a taxa de inflação. A tentativa de reduzir as possibilidades de aumento de preços significaria, entretanto, colocar a economia operando muito abaixo de seu nível máximo, com sacrifício da produção e do emprêgo.

Em períodos de elevada taxa de inflação, em que as expectativas exercem papel dominante sôbre a velocidade de circulação, por sua sensibilidade à alta de preços, o programa rígido de contrôle monetário é necessário para controlar os preços. É êle, nêsse caso, instrumento poderoso de contrôle da inflação, no sentido de que reduz as expectativas de futuros aumentos de preços e induz o público a recompor seus saldos ociosos.

O contrôle gradual da inflação minimizou as expectativas de recrudescimento do processo inflacionário. A política monetária flexível visa a atender às necessidades reais da economia sem criar as tensões que resultariam de um contrôle rigoroso, quais sejam a elevação da taxa de juros e a aceleração da velocidade de circulação da moeda, com efeitos colaterais sôbre os custos financeiros das emprêsas, que representam parcela importante na formação de seus preços.

O contrôle monetário está sujeito a fatôres que causam fortes flutuações no volume dos depósitos e, por conseguinte, oscilações erráticas nos meios de pagamento. Êsses fatôres impedem a evolução fluente e regular do estoque de moeda, criando dificuldades às Autoridades Monetárias.

Tais fatôres têm diversas origens, seja a impropriedade de administração financeira das unidades econômicas (financeiras e de produção), seja o impacto sôbre a caixa dos bancos dos recolhimentos de recursos de várias origens (receita federal, FGTS e receita de previdência social), à época de sua transferência para o Banco do Brasil, com reflexos sôbre as disponibilidades de fundos no mercado monetário.

As Autoridades Monetárias têm procurado reduzir êsses fatôres, sendo o passo mais importante nesse sentido o estabelecimento da taxa flexível de câmbio. Êsse nôvo sistema fêz cessar o afluxo e refluxo de moeda estrangeira, em épocas de especulação cambial, que faziam, ora contrair, ora expandir os fundos disponíveis para empréstimos, criando períodos de facilidades e fases de pressões sôbre a oferta de moeda, com efeitos negativos sôbre tôda a estrutura de taxa de juros, que sofria oscilações não desejadas em face dos problemas mencionados acima e da política de redução do custo do dinheiro.

É tarefa extremamente difícil fixar o ponto ótimo de expansão monetária numa economia livre e dinâmica, ainda sujeita a certo grau de inflação e com alternativas de ora maior expansão na agricultura e ora maior crescimento na indústria. O setor industrial, mais monetizado que o setor agrícola, deve exigir maior grau de expansão monetária.

Além de todos êsses fatôres, há um outro que a partir de 1967 vem afetando a mensuração estatística dos meios de pagamento. Trata-se da prática que os bancos vêm adotando de exigir saldo médio de depósitos de seus clientes, como base para a fixação do montante de empréstimos a lhes ser outorgado.

Ademais, de seu impacto sôbre os meios de pagamento, o saldo médio tem reflexos sôbre a administração financeira dos bancos, em face de oscilações que podem ter os saldos inativos, em prazo curto.

Como o saldo médio, em geral, é calculado por período de três meses, as emprêsas não necessitam manter seu saldo médio em permanente proporção de suas necessidades de empréstimos. Em períodos curtos, as emprêsas podem sacar sôbre êsses saldos ociosos, compensando êsses saques no futuro, refazendo sua posição média ao longo de três meses.

Essas oscilações afetam a posição de liquidez dos bancos e têm repercussões sôbre o contrôle monetário de curto prazo, fazendo ora elevar, ora contrair, pela ativação dos saldos ociosos e, alternativamente, pela manutenção de maior contingente ocioso em fase posterior, para contrabalançar a queda inicial do saldo médio.

Outro aspecto em que a medição deficiente dos meios de pagamento repercute é aquêle referente à expectativa de inflação. Os saldos inflados da oferta da moeda podem levar analistas à convicção de que o Govêrno está expandindo essa oferta a ponto perigoso que possa fazer recrudescer o processo inflacionário e criar expectativas de aumento da taxa de inflação.

Conquanto a taxa de inflação tenha permanecido no mesmo nível do ano anterior, houve progresso na eliminação de represamento de preços, corrigindo-se distorções nos preços relativos, especialmente os administrados pelo Govêrno, como a taxa flexível de câmbio e reajustamentos de insumos básicos (produtos siderúrgicos), cujos efeitos se transmitiram à tôda economia, em especial sôbre produtos industriais.

A alteração do sistema cambial significou antecipar para 1968 o aumento de preços dos produtos importados, que poderia ter sido deslocado para período mais longo, como era feito no passado. Considerações mais altas de política, como melhorar a alocação de recursos da economia e fortalecer a posição competitiva do País, foram levadas mais em conta do que a simples evolução dos preços.

O EQUILÍBRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

As transações do País com o exterior apresentaram valôres sem precedentes. O incremento das importações superou o das exportações, ambas mostrando cifras recordes. Não obstante, o balanço de pagamentos apresentou o superavit de US$ 39 milhões.

O importante é que êsse equilíbrio externo foi obtido sem a adoção de quaisquer contrôles cambiais. A expansão do intercâmbio com o exterior foi superior em US$ 625 milhões ao de 1967, consideradas as duas vias: exportações e importações.

As exportações reagiram favoràvelmente às facilidades de crédito e os outros estímulos concedidos e, ainda, a um outro importante fator que é o preço recebido pelo produtor. A introdução da taxa flexível de câmbio, eliminando o descompasso que havia entre o crescimento dos preços externos e internos, melhorou a posição competitiva do País, com efeitos benéficos sôbre a venda de produtos no exterior. A exportação de outros produtos que não o café elevou-se acentuadamente.

Contràriamente, êsse nôvo sistema cambial fêz cessar o estímulo às importações do sistema anterior, decorrente do mesmo descompasso de preços. A taxa de câmbio fixada por períodos longos, acompanhada de preços internos em alta, dava vantagens ao produto importado equivalente a uma redução de alíquota do impôsto de importação.

Não obstante a eliminação dêsse descompasso por reajustes acentuados da taxa de câmbio no início e em agôsto de 1968, e desta época em diante, por reajustes mais freqüentes, que fizeram encarecer as importações, estas ainda assim elevaram-se acentuadamente, refletindo o alto nível da demanda interna de consumo e investimentos.

A posição financeira externa do País apresentou melhoria, com os haveres em ouro e moedas estrangeiras se elevando de modo a poder atender ao maior volume de intercâmbio com o exterior. É mais elevada a liquidez internacional do País em face dessa melhoria e apresenta-se agora sem as oscilações de grande amplitude que ocorriam no sistema anterior, nas fases da especulação cambial, quando os capitais de curto prazo se retiravam do País para fugir aos riscos de câmbio, fazendo decrescer os níveis das reservas cambiais.

Outro aspecto importante que a nova sistemática cambial visou a corrigir é aquêle referente às distorções experimentadas pela estrutura de preços, à medida que aumentava a defasagem entre os preços internos e externos e para cuja correção a taxa de câmbio dava saltos de 20 %, em média.

Ambos êsses movimentos, inicialmente declínio relativo, embora lento, dos preços externos e em seguida sua expansão brusca e violenta em épocas de desvalorização cambial, tendiam a tumultuar todo o processo produtivo, devido a alterações constantes dos preços relativos dos produtos importados e dos produzidos internamente.

Além de concorrer para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, o nôvo sistema facilita o cálculo econômico das emprêsas, já que os reajustes são mais fáceis de prever, reduz a necessidade de estoques especulativos de mercadorias de importação e exportação, que

se observava em épocas esperadas de alteração de taxa de câmbio, e, o que é relevante, não afeta a rentabilidade do setor exportador.

No sistema anterior, com a taxa de câmbio fixa, a rentabilidade do setor ia se deteriorando à proporção que subiam os custos internos, com efeitos importantes que determinavam, além do enfraquecimento do poder de competição internacional do País, a perda de mercados externos, que eram conquistados com grandes esforços, nas fases em que a taxa de câmbio esteve mais próxima de seu valor de paridade no mercado internacional.

ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
BRASIL
Industrial Production Indexes

BASE: Média mensal de 1964 = 100
Basis: Monthly Average 1964 = 100

CIMENTO PORTLAND
PETRÓLEO PROCESSADO NAS REFINARIAS
SIDERURGIA (LINGOTES)

160
140
120
100

1964 1965 1966 I II III IV 1967 I II III IV 1968

INDICADORES DA UTILIZAÇÃO DOS FATÔRES DE PRODUÇÃO

Diversos indicadores de produção e emprêgo industrial sugerem ter a economia operado ao longo do ano com elevada taxa de utilização de sua capacidade produtiva.

O desempenho industrial, principal fator responsável pelos resultados econômicos satisfatórios alcançados em 1968, correspondeu, segundo estimativas, a um crescimento da ordem de 15 %. O setor agropecuário teria apresentado taxa de expansão mais modesta, estimado em tôrno de 0,46 %, resultado êsse, entretanto, que foi em grande parte devido à forte queda registrada na produção cafeeira.

Informações parciais comprovam o elevado ritmo operacional mantido pelo setor industrial. A indústria de cimento, operando de forma intensa e pràticamente a plena capacidade, apresentou taxa de crescimento de 13,7 % sôbre os níveis do ano anterior. Ainda assim, essa produção foi insuficiente para atender a uma demanda que crescia de forma acelerada, tornando-se necessária a importação do produto em volume que representou aproximadamente 7 % da produção interna.

A produção de borracha aumentou de 10,5 %, atingindo 95,010 t, contra 85 999 t em 1967. A borracha sintética continuou a elevar sua participação relativa, tendo a produção sôbre o total correspondido a 61,3 % contra 59,9 % em 1967.

A indústria siderúrgica, em sincronia com o desempenho dos demais setores industriais, atingiu resultados satisfatórios, expressos pelo montante aproximado de 4 300 mil toneladas de lingotes, 20 % superior ao total registrado em 1967. O comportamento da produção das duas grandes categorias em que se dividem os produtos siderúrgicos pode ser inferido pelo aumento da ordem de 27,7 % registrado nos "Laminados Planos" e de 12,2 % nos "Não Planos".

A produção de petróleo aumentou de 11,5 % sôbre o ano anterior. O desempenho do setor, entretanto, melhor se reflete na área de refino, cujo crescimento de 15 % foi em parte favorecido pela entrada em funcionamento da Refinaria Alberto Pasqualine, que elevou a capacidade de processamento da PETROBRAS para 400 mil barris diários.

PRODUÇÃO DE CIMENTO, BORRACHA E PETRÓLEO E CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Cement, Rubber and Petroleum Production and Electric Power Industrial Consumption

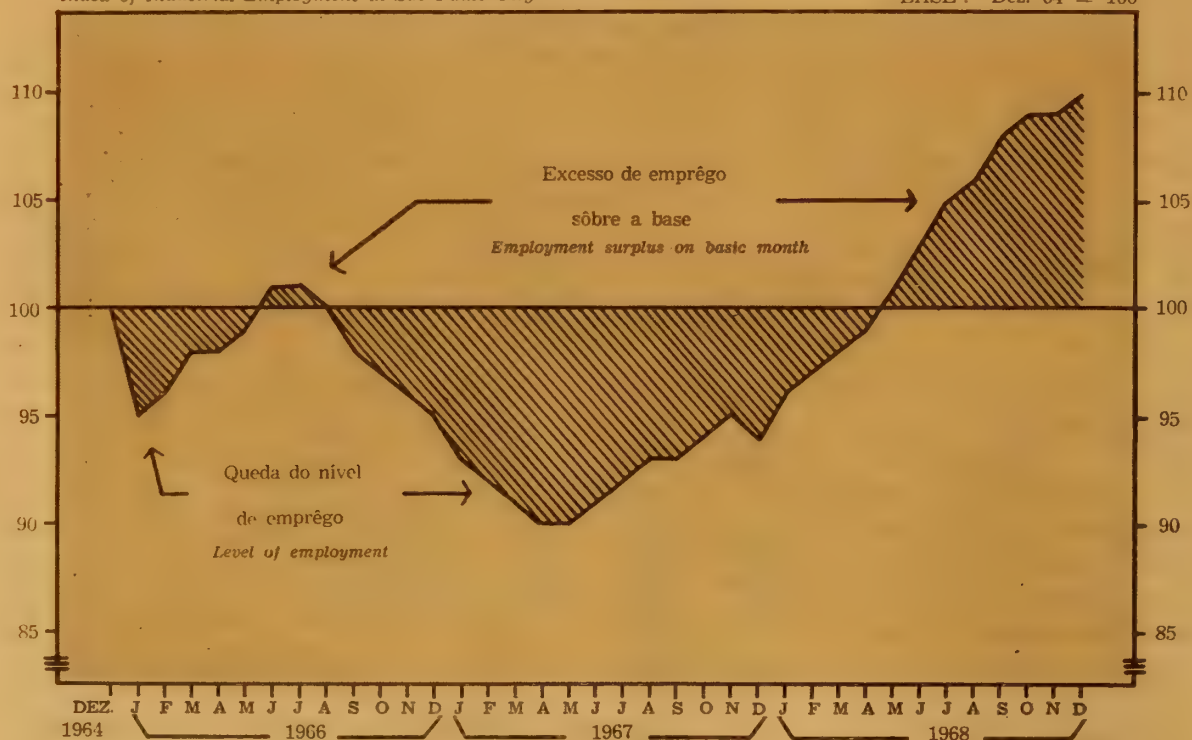
VARIAÇÕES PERCENTUAIS

PERIODOS	CIMENTO PORTLAND	BORRACHA				PETRÓLEO		CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA SISTEMA LIGHT + CEMIG
		Sintético	Natural	Regenerada	Total	Produção Nacional	Processado nas Refinarias Nacionais	
1967								
1.º Trimestre	— 9,3	— 41,0	4,5	— 9,1	— 29,1	14,1	— 8,4	— 7,8
2.º Trimestre	8,9	40,9	— 16,5	25,6	21,3	— 5,7	4,2	4,0
3.º Trimestre	9,0	— 4,1	23,1	11,7	4,1	— 1,3	6,7	8,1
4.º Trimesre	1,4	— 13,0	41,3	— 18,9	— 20,9	13,6	3,7	3,6
1967/66 (média anual)	6,0	— 1,9	— 11,4	21,4	— 1,3	26,1	2,4	2,7
1968								
1.º Trimestre	0,5	— 21,1	56,0	— 8,6	— 6,8	1,9	— 1,7	— 0,8
2.º Trimestre	3,5	86,7	— 42,8	48,9	40,8	— 1,3	5,5	6,9
3.º Trimestre	3,6	— 25,8	78,2	6,8	— 7,0	2,7	10,1	5,9
4.º Trimesre	2,7	44,2(*)	— 12,8	2,0	21,8	5,3	— 0,4	2,3
1968/67 (média anual)	13,7	13,1	— 5,6	28,2(*)	10,5	11,5	16,0(*)	16,5

Fonte dos dados brutos : Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, Superintendência da Borracha, Conselho Nacional do Petróleo, Light e CEMIG

Os dados sôbre emprêgo industrial constituem outra indicação importante não apenas do uso intenso do estoque de capital disponível mas também dos esforços desenvolvidos pela èconomia no sentido de ampliar aquêle estoque.

Os índices do emprêgo industrial no Brasil relativos à indústria de transformação, elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a partir dos inquéritos econômicos realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostram acréscimos mensais positivos ao longo de todo o ano de 1968, exceção feita para dezembro que apresentou ligeira queda de 0,4 % em relação ao mês anterior. Confrontando a média mensal dos índices de 1968 com a do ano anterior, obtém-se crescimento de 9,3 %. Outro indicador de emprêgo, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, abrangendo o parque industrial da capital paulista, revela por sua vez incremento da ordem de 11,7 %.

ÍNDICE DE EMPRÊGO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO (CAPITAL)
Index of Industrial Employment in São Paulo City
BASE : Dez. 64 = 100

O resultado da produção agrícola (0,46 %), como antes mencionado, foi afetado negativamente pelo decréscimo da safra do café, estimado em 25 %, e levando em conta o comportamento favorável dos preços agrícolas relativamente aos industriais, é de supor-se que os dados apresentados se encontrem fortemente subestimados.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Agricultural Production

PRODUTOS	EM TONELADA		VALOR A PREÇOS DE 1967 (NCr$ 1 000)	
	1967	1968	1967	1968
Algodão	1 692 066	1 814 313	601 221	644 680
Amendoim	750 741	778 453	139 150	144 286
Trigo	629 301	861 772	190 049	260 256
Soja	715 608	735 618	110 726	113 822
Milho	12 824 500	13 124 210	1 186 394	1 213 989
Batata	1 466 521	1 578 940	232 444(*)	250 262
Feijão	2 553 577	2 532 660	660 100	654 176
Café	3 014 991	2 252 300	1 068 743	873 226
Cana de açúcar	77 086 529	81 034 000	813 262	854 909
Cacau	194 692	183 376	142 976	134 666
Arroz	6 791 990	6 974 861	1 402 070	1 439 821
Mandioca	27 268 193	29 104 610	706 346	753 809
Banana (1)	402 780	435 894	317 713	348 192

(1) 1 000 cachos.

INDICADORES DO AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DOS FATÔRES DE PRODUÇÃO

Embora inexistam informações sôbre o volume das despesas de investimento, dispõe-se, entretanto, de inúmeras evidências estatísticas que sugerem uma significativa expansão da capacidade produtiva da economia em 1968.

Uma dessas indicações é o próprio comportamento dos índices de emprêgo industrial. Os dados apresentados anteriormente, mostrando uma progressiva expansão em 1968 dos índices mensais de emprêgo industrial, sôbre os elevados níveis verificados em fins do ano anterior, numa fase, portanto, em que a economia vinha já operando com elevado aproveitamento de sua capacidade, permitem supor que parte importante dessa mão-de-obra adicional foi absorvida em novas instalações e/ou em atividades ligadas à ampliação das já existentes.

Outra informação importante refere-se à importação de máquinas e equipamentos, cujo elevado crescimento no ano (39,0 %) parece melhor confirmar uma elevada taxa de formação de capital fixo. A Assessoria Técnica do Ministério da Fazenda, numa tentativa de avaliação do volume da formação de capital fixo, a partir de seu relacionamento com as séries de importações de máquinas e equipamentos obtém uma taxa de investimentos em capital fixo da ordem de 13,08 %, que se compara bastante favoràvelmente aos resultados registrados a partir de 1963

IMPORTAÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
Machines and Equipments Imports

1965/1968

US$ MILHÕES

PERÍODOS	TOTAL GERAL	COM COBERTURA CAMBIAL	SEM COBERTURA CAMBIAL		
			Investimentos	Financiamentos	Total
1965	229	133	5	91	96
1966	357	209	12	136	148
1967	447	256	5	186	191
1968	622	401	8	213	221

FONTE : SEEF do Ministério da Fazenda

FORMAÇÃO DE CAPITAL FIXO E PRODUTO REAL
Capital Formation and Real Product

1960/1968

ANOS	PRODUTO REAL (1)	FORMAÇÃO DE CAP. FIXO (2)	(2) / (1)	PREVISTO NO PROGRAMA ESTRATÉGICO %
1960	653,9	94,5	14,45	—
1961	699,6	103,3	14,76	—
1962	732,0	101,4	13,85	—
1963	746,1	103,4	13,85	—
1964	773,1	92,3	11,93	—
1965	803,2	88,5	11,02	—
1966	838,5	97,1	11,58	—
1967	877,9	111,3	12,68	—
1968	939,3	122,9	13,08	12 6
1969	—	—	—	13,4
1970	—	—	—	14,2

As emissões de capital também comprovam um favorável comportamento dos investimentos em 1968. O valor dessas emissões, excluídas as incorporações e reavaliações de ativo, mostrou um expressivo crescimento de 47,8 % sôbre o ano anterior. No total as emissões de capital alcançaram NCr$ 12 898,5 milhões, contra NCr$ 9 525,1 milhões em 1967, o que representa uma variação de 35,4 %.

As reavaliações em 1968 montaram a NCr$ 5 129 milhões, contra NCr$ 5 170 milhões no ano anterior, ou seja, uma queda nominal de 0,8 %. Em têrmos de participação no total caíram de 54,3 % para 39,8 %.

De outra parte, as subscrições em dinheiro totalizaram NCr$ 3 911,4 milhões (+ 61,1 %) sôbre 1967, representando 30,3 % do total emitido, o que evidencia o êxito das medidas governamentais de incentivo à abertura do capital das emprêsas.

As incorporações, tanto de reservas próprias, como as de acionistas mantidas em conta corrente, registraram significativos acréscimos nominais (37,7 % e 147,5 %, respectivamente). As demais operações (incorporações de bens e de emprêsas de outro tipo, etc.) apresentaram o maior índice de aumento (335,2 %). O capital emitido por novas sociedades atingiu NCr$ 871,8 milhões, contra NCr$ 491,4 milhões em 1967.

EMISSÕES DE CAPITAL
Capital Issuings

UNIDADE: NCr$ MILHÕES

PERÍODO	TOTAL GERAL	NOVAS SOCIEDADES	AUMENTO DE CAPITAL MEDIANTE					
			Total	Subscrição em dinheiro	Incorporação de reservas	Incorporação de C.C.	Reavaliação do Ativo	Outras operações
1964	2 280,5	77,3	2 208,2	877,2	180,1	94,8	1 483,4	118,3
1965	6 291,2	111,3	6 179,9	1 133,8	434,8	215,2	4 026,3	369,7
1966	6 057,7	124,9	5 932,8	1 664,5	966,3	226,1	2 768,3	307,5
1967	9 526,1	491,4	9 034,7	2 428,9	957,0	219,2	5 170,8	258,8
1968	12 898,5	871,8	12 026,8	3 911,4	1 317,6	542,6	5 129,0	1 126,2
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)								
1964	100,0	3,4	96,6	16,5	5,7	4,1	65,1	5,2
1965	100,0	1,8	98,2	18,0	6,9	3,4	64,0	5,9
1966	100,0	2,1	97,9	27,5	15,9	3,7	45,7	5,1
1967	100,0	5,2	94,8	25,5	10,0	2,3	54,3	2,7
1968	100,0	6,8	93,2	30,3	10,2	4,2	39,8	8,7

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.

Outros indicadores de investimento disponíveis referem-se aos financiamentos para capital fixo realizados pelo sistema financeiro e aos projetos aprovados pelos Grupos Executivos subordinados à Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI).

O total dos financiamentos para investimentos realizados pelo sistema financeiro, melhor examinados no Capítulo II dêste documento, mostraram aumento de 101,6 % sôbre 1967. Por sua vez, foram examinados e aprovados pela CDI 550 projetos industriais e 830 pedidos de isenção de impôsto de importação para equipamentos isolados, representando investimentos fixos de, aproximadamente, NCr$ 1 140 milhões.

Tanto em número de projetos como em valor dos investimentos aprovados, as zonas Leste e Sul do País foram as maiores contempladas. Do total dos investimentos fixos, coube à zona Sul 64,8 % e, à zona Leste, 30,2 %. Para o Estado de São Paulo canalizou-se a maior parte dos investimentos aprovados.

Na distribuição setorial e regional dos projetos aprovados, constata-se que a indústria química foi o único setor em que o valor dos investimentos se concentrou, em maior parte, na zona Leste, ou mais precisamente no Estado da Bahia, que vem despontando como uma das áreas industriais promissoras do País. Só na área da CDI, êsse Estado captou 10,3 % dos investimentos aprovados, sendo que, naquela zona, ocupou o primeiro lugar, com 34,1 %, merecendo destaque especial o Centro Industrial de Aratu, que absorveu 90 % dos investimentos.

As atividades industriais que mais se beneficiaram com novos investimentos, seja na criação de novas indústriais ou ampliações das existentes, foram as de café solúvel, de ci-

mento, de fundição, forjaria e peças de veículos, de equipamentos telefônicos e elétricos, de ferro e aço, de tecelagem, de petroquímica e de fertilizantes.

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS PELOS GRUPOS EXECUTIVOS SUBORDINADOS À C.D.I., EM 1968
Approved Projects by Executive Governmental Groups

NCr$ 1.000

SETOR \ REGIÃO	SUL	LESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	TOTAIS
	Investimento Fixo					
GEIMAC	73 972,4	49 118,0	31 915,1	—	—	155 005,5
GEIMEC	119 571,4	1 709,6	—	—	—	121 281,0
GEIMET	26 718,6	7 508,7	—	—	—	34 227,3
GEINEE	70 222,5	11 072,4	—	—	—	81 294,9
GEIPAG	74 836,6	33 957,3	2 543,8	2 204,6	12,5	113 554,8
GEIPAL	102 188,5	33 198,2	506,4	9 094,5	—	144 987,6
GEIQUIM	146 317,6	175 513,6	—	1 938,6	—	323 769,8
GEITEC	6 080,2	909,9	—	—	—	6 990,1
GEITEX	120 289,3	32 813,3	—	8 769,8	—	161 872,4
TOTAIS	740 197,1	345 801,0	34 965,3	22 007,5	12,5	1 142 983,4

De modo geral, os dados apresentados induzem a crer que o Govêrno Federal desenvolveu esforços bem sucedidos no sentido de elevar a taxa de formação de capital em 1968. A ligeira redução verificada nas despesas de capital relativamente aos gastos correntes processadas através do Orçamento Federal, revela apenas um aspecto da política econômica de ampliar a área de atuação do setor privado, fato que se comprova pelo elevado volume dos incentivos fiscais concedidos ao setor privado de produção. Êste próprio setor beneficiou-se da recuperação econômica que teve lugar a partir do segundo trimestre de 1967. Maiores vendas levaram à obtenção de resultados mais adequados pelas emprêsas, que por sua vez explicam um melhor comportamento dos investimentos em 1968.

INDICADORES DE NATUREZA FINANCEIRA

A demanda de recursos para atender à maior utilização de fatôres de produção existentes e ao aumento da capacidade produtiva generalizou-se por tôdas as fontes de financiamento, externas e internas.

No setor externo, o movimento altamente favorável de capitais de longo e curto prazo foi usado na cobertura de importações de equipamento e de outros itens vinculados ao processo produtivo corrente, como sejam as matérias-primas e os produtos químicos.

As reservas internacionais brutas elevaram-se de US$ 106 milhões, como resultado dêsse ingresso líquido de capitais autônomos e de pequeno saldo favorável na balança comercial.

A componente externa de investimentos, que se constituiu parcela importante no montante global de inversões, não afetou a posição de liquidez do País, já que êsses investimentos, em grande parte, foram financiados por instituições financeiras governamentais e internacionais. Como se sabe, os financiamentos dessas agências, geralmente de longo prazo, têm efeito favorável sôbre a estrutura temporal do endividamento externo do País e são outorgados em condições vantajosas em relação às prevalecentes nos mercados externos de capitais.

No setor governamental, as despesas de capital (inclusive transferências para autarquias, Estados e Municípios) elevaram-se de 39,3 %, ou seja, 11 % em têrmos reais.

A poupança corrente, embora tivesse elevado sua participação no Produto Interno Bruto de

3 % para 3,8 %, não foi suficiente para absorver as despesas de capital, de que resultou o deficit de caixa do Tesouro Nacional de NCr$ 1,2 bilhão, em sua maior parcela financiado pelo Banco Central.

As outras fontes de financiamento que no passado foram usadas com certa intensidade, ou seja, a elevação dos impostos e a colocação de títulos públicos, não foram utilizadas, em face de repercussões que o Govêrno desejou evitar.

A elevação de impostos iria sobrecarregar o já elevado ônus tributário estabelecido sôbre o setor privado. A política fiscal continuou a orientar-se no sentido de aliviar ônus tributário incidente sôbre as emprêsas e de reduzir a participação do setor governamental no Produto Interno Bruto.

A dívida pública vem exercendo impacto crescente sôbre a despesa federal, acumulando-se os resgates de um ano com os de prazo mais longo, como os de três anos, corrigidos monetàriamente a uma taxa exponencial elevada. Ademais, o Govêrno já participa com parcela elevada de um mercado de capitais em que os recursos financeiros são relativamente escassos.

A colocação de títulos públicos em valôres adicionais aos resgates para financiar o Tesouro se anteparou com dois obstáculos principais: *a)* o serviço da dívida (resgates, correção monetária e juros) que em 1968 atingiu a cifra de NCr$ 1,3 bilhão, quase que do mesmo montante do deficit de caixa do Tesouro; *b)* para absorver uma parcela do mercado acima dessa última cifra, o Banco Central teria de exercer pressão ascensional sôbre a taxa de juros, acirrando a disputa pelas poupanças disponíveis, que já sofriam o impacto da colocação desordenada dos títulos públicos estaduais.

Para o financiamento do setor privado há tôda uma variada gama de instituições financeiras destinadas a fornecer recursos a setores estratégicos, do ponto-de-vista do desenvolvimento econômico, e que têm o objetivo de mobilizar poupanças, voluntárias e compulsórias, para a aceleração do desenvolvimento.

Os recursos aplicados por essas entidades montavam a NCr$ 27,1 bilhões, apresentando em 1968 a expansão de NCr$ 11,4 bilhões, equivalentes à taxa de 72,7 %, e atenderam às necessidades crescentes de recursos resultantes do excepcional desempenho de economia. Essa expansão da oferta de fundos disponíveis para empréstimos resultou na redução da taxa de juros, de que é indicador o custo de dinheiro nas aceites cambiais. Essa taxa elevada de expansão dos fundos para empréstimos não significa que a oferta dêsses recursos atinja ponto perigoso, pelas razões já apontadas, que comprometeram a medição estatística das principais contas bancárias.

SISTEMA FINANCEIRO
Financial System

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO
Loans to Private Sector

NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	SALDOS EM 31-12-68	VARIAÇÃO SÔBRE 1967 %
Para capital de giro	21 184	66.0
Para capital fixo	5 946	101.6
TOTAL	27 130	72,7

Se o Banco Central viesse aplicando, ao longo de 21 meses, política de crédito fácil, as taxas de inflação já teriam se acelerado, as expectativas de que o Govêrno mantém a inflação sob contrôle já teriam se alterado, e êste já estaria aplicando contrôle monetário mais rígido.

Quando o Banco Central começa a elevar o custo do dinheiro e a restringir sua disponibilidade, os indícios são de política de crédito fácil em período anterior. O grau de rigor da política monetária está na razão direta das facilidades antes concedidas.

A expansão dos recursos do sistema financeiro, a variedade dos fundos criados e suas condições de créditos mais vantajosas e as opções de novos instrumentos oferecidas representam esforços do Govêrno no sentido do reequilíbrio financeiro das emprêsas.

O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Pelo fato de a meta preços não ter apresentado os resultados desejados, já que permaneceu no mesmo nível de 1967, é importante determinar os fatôres que influíram nesse resultado. Cumpre, pois, distinguir se a expansão de preços é generalizada e decorre bàsicamente do excesso da oferta monetária cor-

Entretanto, o sistema bancário não mostrou sinais de excesso de liquidez em todo o ano de 1968 e grande parte de 1967. Pelo contrário, o encaixe livre dos bancos decresceu fortemente nesses dois anos :

BANCOS COMERCIAIS
Commercial Banks

RELAÇAO ENCAIXE LIVRE/DEPÓSITOS
Reserves/Deposits

ANOS	PERCENTAGEM
1964	18.1
1965	16.6
1967	19.1
1967	13.4
1968	12.3

A indicação de que há excesso de liquidez na economia pelo crescimento real dos meios de pagamento contrasta com a baixa liquidez dos bancos, o que sugere que êsse excesso de liquidez, ou seja, aumento de moeda inativa está em poder do setor não-bancário.

O declínio da liquidez bancária coincide com a exigência por parte dos bancos dos saldos médios de depósitos, o que tende a elevar os saldos inativos dos depósitos das emprêsas, de vez que os bancos lhes outorgam empréstimos de um múltiplo dos saldos médios de depósitos. Tal fato deve explicar parcela importante do descompasso de crescimento entre os meios de pagamento e os preços.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

- POLÍTICA MONETÁRIA
- TAXAS DE JUROS

SISTEMA BANCÁRIO

- EMPRÉSTIMOS
- MEIOS DE PAGAMENTO

AUTORIDADES MONETÁRIAS

BANCOS COMERCIAIS

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO MONETÁRIAS E MERCADO DE AÇÕES

FINANCEIRAS

BANCOS DE INVESTIMENTO

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

ASSOCIAÇÕES DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO

MERCADO DE AÇÕES

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária em 1968 foi orientada com vistas a proporcionar níveis adequados de liquidez e a promover reduções no custo do crédito. Sem prejuízo dêsses objetivos básicos, as Autoridades Monetárias procuraram administrar os instrumentos de política à sua disposição de forma a tornar mais rápidos os ajustamentos das reservas bancárias — e, conseqüentemente, do nível do crédito e liquidez — às solicitações da economia.

Os esforços no sentido de tornar mais flexíveis os mecanismos de ação da política monetária tiveram no redesconto bancário uma peça fundamental. Os critérios que regulam o acesso dos Bancos Comerciais ao redesconto, usualmente fixados para vigorar durante todo o ano, foram, pela primeira vez, revistos em meados do período. Deram-se, assim, condições aos Bancos Comerciais de adquirir diretamente reservas monetárias que apoiaram grande parte do crescimento das operações bancárias a partir do segundo semestre, numa fase em que uma situação orçamentária mais equilibrada deixava de exercer, de forma importante, efeitos monetários expansionistas.

Os depósitos compulsórios foram igualmente manipulados no sentido de evitar flutuações não desejadas na quantidade de moeda e serviram também para caracterizar uma ligação mais estreita entre êsse tipo de política e a política fiscal. Nos meses iniciais do ano, em que se procurou seguir do lado fiscal uma política compensatória de expansão da procura, mantiveram-se as taxas dos depósitos compulsórios nas bases relativamente rígidas estabelecidas na Resolução n.º 79, de 26-12-67, modificada pela Resolução n.º 86, de 12-1-68, cujos efeitos se fizeram sentir com maior intensidade entre o final do 1.º e início do 2.º trimestres, quando a relação do encaixe compulsório sôbre o total dos depósitos bancários alcançou, em abril, o nível mais elevado do ano (21,9 %). Em fins de março, através da Resolução n.º 89, ao mesmo tempo em que se buscou simplificar os critérios para o recolhimento compulsório pelos Bancos Comerciais, procurou-se abrandar o impacto daqueles recolhimentos sôbre a caixa dos bancos.

As medidas postas em vigor em início do segundo semestre, na área dos depósitos compulsórios, vieram novamente demonstrar a disposição das Autoridades Monetárias de manter um nível satisfatório de liquidez na economia. Na medida em que se caminhava para uma execução orçamentária mais equilibrada e em que as operações com o café exerciam poderoso efeito monetário contracionista, um outro fator fazia reduzir os fundos disponíveis para empréstimos e ao mesmo tempo exercia maior pressão sôbre o sistema bancário. Tal fator foi a saída de recursos de origem externa entrados no País ao amparo da Resolução n.º 63 e da Instrução n.º 289, em face dos primeiros rumôres da desvalorização cambial. Tais fatôres fizeram com que o sistema passasse a dar crescentes sinais de deficiência de liquidez.

Os sinais foram de dois principais tipos. O primeiro consistia num crescimento da velocidade de circulação da moeda escritural, cujo índice que se havia mantido numa media mensal de 1,6, no segundo trimestre elevou-se substancialmente para 1,8, em julho. Por sua vez, o encaixe livre dos Bancos Comerciais se mantinha em decréscimo, mostrando em fins de julho um índice de 10,4, contra 13,1 em fevereiro.

A entrada em vigor da Resolução n.º 96, de 31-7-68, teve em vista contornar essa situação, procurando-se reforçar as reservas bancárias, através da redução da taxa de recolhimento compulsório, que ficou temporàriamente reduzida de dez pontos de percentagem.

A partir de agôsto, o índice mensal da velocidade de circulação da moeda caiu a níveis inferiores a 1,7 e, exceto quanto ao mês de outubro, em que houve forte e anormal aumento, êsse índice manteve-se sensìvelmente abaixo daquele registrado em julho, refletindo, assim, melhores condições de taxas de juros e, conseqüentemente, do andamento dos negócios.

A política de crédito foi também orientada, com sucesso, tendo-se em conta propósitos seletivos. A par de se haver dado continuidade ao cumprimento de dispositivos legais que determinam a destinação de uma parcela de recursos bancários para atividades específicas, caso principal do setor agrícola, as Autoridades Monetárias utilizaram intensamente os instrumentos do redesconto e depósitos compulsórios com vistas a assegurar fluxo de crédito para determinadas áreas de atividade que se procurou estimular.

As operações de redesconto com caráter seletivo mostraram em 1968 crescimento de 74 %. Tais operações abrangeram uma ampla gama de refinanciamento de custeio agrícola e comercialização rural, produtos manufaturados para exportação, além de faixa extraordinária de redesconto temporário exclusivo às indústrias nacionais. Os depósitos compulsórios foram também amplamente manipulados, não sòmente no sentido de se elevar a faixa remunerada dêsses recolhimentos, mas também com propósitos de se estimularem as exportações, através da isenção de recolhimento compulsório dos depósitos de garantia de câmbio em parcela correspondente ao valor dos adiantamentos sôbre contratos de câmbio concedidos pelos bancos aos exportadores.

De modo geral, a contribuição da política monetária dentro dos propósitos governamentais de estabilização e desenvolvimento econômico foi satisfatória. Com as reservas bancárias sob estrito contrôle, tornou-se possível às Autoridades Monetárias determinarem o ritmo e a direção em que evoluíram as operações bancárias. Essa própria dependência crescente do sistema bancário favoreceu o estreitamento da política monetária com a política fiscal, o que certamente representou importante passo no sentido de uma ação financeira mais adequada aos propósitos governamentais.

TAXAS DE JUROS

A Política das Autoridades Monetárias objetivou o decréscimo da taxa de juros real do mercado. Os antecedentes da formulação de tal política podem ser encontrados no desaceleramento do processo inflacionário brasileiro e a não adaptação do sistema financeiro a tal realidade.

À medida em que os índices de preços decresciam após 1964, o mesmo não ocorria com as diversas taxas de juros, de modo que a taxa de juros média do sistema financeiro passou de altamente negativa, anteriormente a 1964, para valôres positivos e relativamente elevados. Na realidade, o sistema financeiro simplesmente recusava adaptar-se à nova realidade, de modo que a ação disciplinadora das Autoridades Monetárias se tornava necessária, principalmente após 1967.

Os resultados da política realista da taxa de juros alcançados em 1968 revelaram-se superiores aos que seria lícito esperar, mercê das normas baixadas pelas Autoridades Monetárias, contando, já agora, com uma colaboração mais atenta do setor privado financeiro.

Em relação ao sistema bancário, buscou-se atingir uma taxa média máxima de 2,2 % a.m., admitindo-se um máximo de 2,0 % a.m. para os papéis comerciais até 60 dias de prazo e 2,5 % a.m. para transações comerciais. Incentivaram-se tais objetivos, em 1968, principalmente com os Recolhimentos Compulsórios. Os bancos que adotavam tais taxas puderam, durante o decorrer de 1968, cumprir suas obrigações com o Compulsório com um máximo de 20 % do total devido de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e até 10 % do total com Empréstimos Rurais Especiais e compra de Bônus Agrícola de emissão do Banco Central. Os bancos que não participassem do compromisso com o Banco Central, de adotar os citados valôres mínimos, poderiam apenas cumprir seu recolhimento compulsório com 50 % dos valôres assinalados para Obrigações, Empréstimos Rurais e Bônus Agrícola.

Já no final do ano, visando simultâneamente a aumentar o número de bancos que aceitassem o compromisso de teto de taxas de ju-

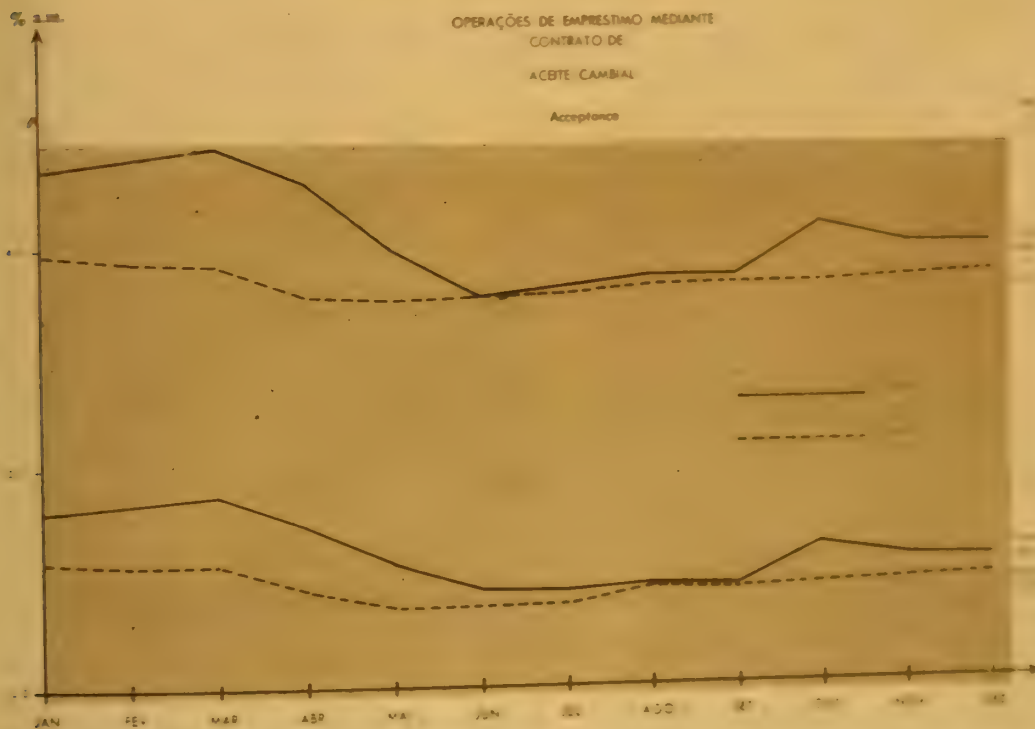
ros e aliviar o problema fiscal do Tesouro, autorizaram-se os bancos comerciais a cumprir seu recolhimento compulsório com maior volume de Obrigações Reajustáveis, que, em determinados casos, pode atingir até 40 % do total do recolhimento. Os bancos não participantes do esquema de compromisso com o teto máximo de juros sòmente poderiam computar até 20 % do total devido ao Compulsório em Obrigações Reajustáveis.

Em suas próprias aplicações as taxas de juros das Autoridades Monetárias foram grandemente reduzidas. Já em março de 1968 o Conselho Monetário Nacional procedeu à redução de taxas de juros de fundos especiais (FINAME, FIPEME, FUNDECE e outros) e da CREAI do valor de 26 % a.a. para 22 % a.a.

Por outro lado, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional não se apresentaram como fator de elevação do mercado. Escolhendo-se a melhor remuneração — cambial ou monetária — verificou-se que, em apenas 5 meses do ano, as Obrigações Reajustáveis apresentaram remuneração mais elevada do que as Letras de Câmbio, situando-se ambas, em qualquer caso, a valôres bem menores que os propiciados pelo mercado de ações.

Se os papéis financeiros privados vinham aceitando a política mais realista do Banco Central, o mesmo não ocorria com os títulos emitidos por governos municipais e estaduais, que, propiciando elevado rendimento, vinham constantemente exercendo pressões altistas. O problema só foi sanado, de forma conveniente, no final do ano, quando a Resolução n.º 89, do Senado Federal, determinou condições mais precisas para a emissão de tais papéis.

Quanto às taxas de juros dos aceites cambiais, verificou-se contínuo decréscimo, acompanhando o ocorrido no sistema bancário.

Em dezembro de 1967, enquanto o custo do dinheiro para mutuário era de 4,01 % a.m., em dezembro de 1968 era de 3,87 % a.m. para Letras de 180 dias de prazo. Do mesmo modo, nos meses citados, a taxa paga ao tomador de uma letra de câmbio caiu de 2,56 % para 2,48 % a.m.

SISTEMA BANCÁRIO

Em 1968, o sistema bancário evoluiu no sentido do fortalecimento e melhor dimensionamento de sua estrutura. As fusões e incorporações verificadas no ano, num total de 31, levaram a uma distribuição mais adequada dos recursos bancários, com prováveis efeitos positivos sôbre a eficiência do sistema. O número de agências bancárias teve seu crescimento contido dentro de 132 unidades. Excetuando-se o Banco do Brasil, êsse aumento passa a ser de apenas 109 unidades, o que constitui igualmente avanço em direção à maior racionalização do sistema bancário.

RÊDE BANCÁRIA NACIONAL
National Banking System

EXISTÊNCIA EM	ESTABELECIMENTOS BANCARIOS — NACIONAIS						ESTRANGEIROS			TOTAL GERAL
	SEDES	Agências			Escritórios	Total	Filiais		Total	
		Banco do Brasil	Demais Bancos	Total			Representação principal	Demais		
1962	336	501	5 023	5 524	264	6 124	8	36	44	6 168
1963	327	525	5 387	5 912	262	6 501	8	36	44	6 545
1964	328	578	5 706	6 284	170	6 782	8	36	44	6 826
1965	323	624	6 123	6 747	168	7 238	8	37	45	7 283
1966	305	640	6 398	7 038	157	7 500	8	38	46	7 546
1967	254	697	6 899	7 598	126	7 976	7	35	42	8 018
1968	223	720	7 164	7 884		8 107	8	35	43	[illegible]

Do ponto de vista operacional, o sistema bancário igualmente demonstrou uma capacidade apreciável de levantar recursos a prazo. O crescimento de depósitos a prazo em todo o sistema foi da ordem de 64,8 %, sendo que a maior parcela dêsse aumento foi absorvida pelos Bancos Comerciais.

O aumento dos empréstimos e das obrigações à vista do sistema, que compõem os meios de pagamento, medidos estatìsticamente, foi respectivamente de 54,2 % e 44,3 %. É importante ressaltar, entretanto, que êsses valôres superestimam o crescimento efetivo das disponibilidades efetivas em poder do setor não-bancário, já que os saldos, tanto dos empréstimos quanto dos depósitos, se acham artificialmente influenciados pela prática bancária generalizada de bloquear parte dos empréstimos.

Embora não se possa avaliar com precisão o volume da parcela não representativa das disponibilidades efetivas criadas pelo sistema bancário, a comparação da variação estatística da quantidade de moeda com uma variação

de demanda monetária consistente com o aumento de produto da ordem aproximada de 7 % e aumento de preços de 24 %, parece comprovar o fato anteriormente indicado de que parte importante dos depósitos à vista não representou meios de pagamentos efetivos à disposição do público.

EMPRÉSTIMOS

Embora algum desconto se deva fazer com relação ao comportamento estatístico das operações de empréstimos (+ 54,2 %), devido às razões anteriormente indicadas, de prática generalizada de bloqueamento de parte dos empréstimos, os dados sugerem ter havido um expressivo esfôrço no sentido do deslocamento dos créditos bancários em favor do setor privado. Assim, enquanto os empréstimos ao setor privado passaram de uma taxa de aumento de 57,2 % em 1967 para 61,2 % em 1968, os empréstimos ao setor público mostraram-se em decréscimo entre os dois anos considerados, caindo de 39,0 % em 1967 para 32,1 % em 1968.

É importante notar que o crescimento mais rápido dos empréstimos ao setor privado foi devido às operações realizadas diretamente pelas Autoridades Monetárias, já que a taxa de aumento dos empréstimos àquele setor realizados pelos Bancos Comerciais mostrou decréscimo. Os empréstimos das Autoridades Monetárias ao setor privado passaram de 42,9 % em 1967 para 66,4 % em 1968, enquanto os Bancos Comerciais reduziram suas operações dêsse tipo de 64,4 % para 58,9 % entre os dois períodos. O Banco do Brasil melhorou, em 1968, na participação no montante global do crédito do sistema, recuperando-se da perda verificada em 1967.

MEIOS DE PAGAMENTO

Comparativamente a 1967, registraram-se sensíveis alterações nos meios de pagamento, quer quanto ao órgão emissor, quer quanto à sua composição.

Do total dos meios de pagamento criados no ano (43 %), uma parcela mais elevada (55,4 %) consistiu em obrigações à vista de responsabilidade direta das Autoridades Monetárias, caindo conseqüentemente a criação de meios de pagamento pelos Bancos Comerciais (55,4 % em 1967 para 40,4 % em 1968).

Quanto à composição, os meios de pagamento mostraram um crescimento mais rápido do papel-moeda em poder do público (25,6 % em 1967 e 41,4 % em 1968) em relação aos depósitos à vista (47,5 % em 1967 e 43,4 % em 1968).

MEIOS DE PAGAMENTO
Means of Payment

VARIAÇÕES PERCENTUAIS

DISCRIMINAÇÃO	1967	1968
Papel-moeda em poder do público	+25,6	+45,4
Moeda Escritural	+47,5	+43,4
Banco do Brasil	+22,7	+55,4
Setor Público	— 6,3	+58,2
Setor Privado	+54,3	+53,5
Bancos Comerciais	+55,4	+40,4
TOTAL	+42,6	+43,0

Embora a expansão dos meios de pagamento tenha mostrado taxa idêntica nos dois últimos anos, seus componentes apresentaram taxas de crescimento distintas influenciadas por diversos fatôres, dos quais o mais importante foi a posição de liquidez dos Bancos Comerciais.

Realmente, em 1967, em que pese à menor taxa de expansão de emissões de papel-moeda, os bancos possuíam certo grau de liquidez que lhes proporcionou expandir o "multiplicador" e, conseqüentemente, os meios de pagamento.

Em 1968, o processo foi diverso. Com a utilização do excesso de liquidez para a expansão de 1967, os bancos trabalharam todo o ano de 1968 com nível de liquidez baixo, não podendo atender à crescente demanda de crédito resultante das melhores condições econômicas. Essa demanda transferiu-se para o Banco do Brasil, que para satisfazê-la elevou o papel-moeda em circulação a taxa mais acelerada do que no ano anterior, além de outros componentes do passivo monetário, como depósitos de bancos e do público.

O quadro a seguir mostra os fatôres de expansão e de absorção de meios de pagamento, destacando-se os empréstimos do Banco do Brasil e dos Bancos Comerciais com a participação de 23,3 % e 46,2 % nos fatôres de expansão. Os recursos líquidos obtidos do Setor Café constituíram-se no mais importante fator de absorção de meios de pagamento.

MEIOS DE PAGAMENTO
Means of Payment

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÕES ABSOLUTAS	VARIAÇÕES RELATIVAS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA EXPANSÃO OU ABSORSÃO TOTAL
I — FATÔRES DE EXPANSÃO			
A) **Autoridades Monetárias**	5 044	55,7	49,1
Financiamento do Tesouro Nacional	1 079	42,5	10,5
Reservas Internacionais (posição líquida)	223	24,3	2,2
Outras operações de acôrdo	1 069	27,9	10,4
Empréstimo ao setor privado (inclusive café)	2 398	69,3	23,3
Compra e venda de produtos de importação e exportação	272	75,3	2,7
B) **Bancos Comerciais**	5 233	49,3	50,9
Empréstimos ao setor privado	4 749	59,0	46,2
Demais contas	484	18,8	4,7
Expansão Total (A + B)	10 274	53,3	100,0
II — FATÔRES DE ABSORSÃO			
1 — **Café** — Quota de contribuição	902	157,4	23,6
2 — Recursos próprios do Banco do Brasil	880	69,3	23,0
3 — Contravalor de auxílios externos	110	49,3	2,9
4 — Demais contas (líquido)	1 926	73,9	50,5
Absorção Total	3 818	81,7	100,0
Expansão Líquida (I — II)	6 456	43,0	100,0
COMPOSIÇÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO:			
Papel-moeda em poder do público	1 219	41,4	18,9
Moeda escritural	5 237	43,4	81,1
Autoridades Monetárias	1 350	55,4	20,9
Setor Privado	784	53,5	12,1
Setor Público	566	58,2	8,8
Bancos Comerciais	3 887	40,4	60,2
Setor Privado	3 145	36,9	48,7
Setor Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TOTAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]

OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO NÃO-FINANCEIRO

Nas relações com o setor público, predominam as operações de financiamento do deficit fiscal do Tesouro Nacional. Em 1968, essas operações totalizaram NCr$ 1 079 milhões.

A maior concentração no primeiro semestre das operações de financiamento do deficit fiscal constituiu o fator monetário básico que permitiu o aumento das reservas bancárias e, conseqüentemente, dos empréstimos e depósitos bancários. No segundo semestre a situação fiscal mais equilibrada levou a que o impacto expansionista dessas operações mostrasse sensível redução, passando então as reservas bancárias a serem influenciadas por operações com o setor privado não-financeiro e com o setor financeiro.

Outro grupo importante de operações com o setor público é o das operações de empréstimos com Autarquias e outras Entidades Públicas Federais. Em 1968, as Autoridades Monetárias, através dessas operações, absorveram recursos líquidos da ordem de NCr$ 519,0 milhões, que representaram a diferença entre aumento dos depósitos (NCr$ 566,0 milhões) e empréstimos (NCr$ 47,0 milhões) daquelas Instituições.

OPERAÇÕES COM O SETOR PRIVADO NÃO-FINANCEIRO

As relações com o setor privado não-financeiro envolvem uma ampla gama de operações ativas e passivas. Do lado ativo, as Autoridades Monetárias operam diretamente com o setor privado, através de empréstimos e, indiretamente, através da administração de diversos Fundos de Desenvolvimento a seu cargo.

As operações de empréstimos pela Carteira de Crédito Geral mostraram acréscimo de 70,5 % enquanto os empréstimos realizados através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial acusaram aumento de 67,1 %. Cabe destacar que do aumento dos empréstimos realizados pela primeira daquelas Carteiras, num total de NCr$ 1 029,0 milhões, NCr$ 19,8 milhões consistiram em operações com Sociedades de Economia Mista, enquanto os demais NCr$ 1 009,2 milhões representaram operações com o setor privado não-financeiro pròpriamente dito.

A CREGE, com a maior parcela de suas disponibilidades voltada para o setor industrial, que absorveu 61 % do total, amparou também sensìvelmente a comercialização de produtos industriais. As transações realizadas com base na Resolução 63, que ao início do ano registravam um saldo da ordem de NCr$ 4 milhões, alcançaram NCr$ 44 milhões em dezembro de 1968.

O quadro abaixo demonstra a variação do saldo dos empréstimos da CREGE, o qual evoluiu de 70 % :

BANCO DO BRASIL

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

FINANCIAMENTOS (EXCLUSIVE CAFÉ E PREÇOS MÍNIMOS)

Saldos em Fim de Ano

NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1967	1968
A Produção :		
Agrícola	[illegible]	[illegible]
Pecuária	42	88
Industrial	120	129
Ao Comércio :		
Agrícola	[illegible]	[illegible]
Pecuária	51	82
Industrial	924	1 515
Outros	206	562
TOTAL	1 446	2 466

Ainda com relação aos suprimentos para giro, foi ampliada a assistência do Banco através da CREAI, com maciços financiamentos ao setor agro-pecuário que absorveu mais de 60 % do total das aplicações da Carteira para capital circulante.

Do mesmo modo, a indústria foi beneficiada não só com recursos do próprio Banco, como também com créditos especiais, a fim de complementar o volume de aplicações. Destacaram-se as operações provenientes da Resolução 63, cujo saldo em fins de 1967 era de NCr$ 1 milhão, chegando a NCr$ 188 milhões, em dezembro de 1968.

Igualmente, foi ampliado o nível de crédito para investimento. Dentro dêsse esquema, os financiamentos agro-pecuários cresceram de 59 %. As operações específicas que vieram a reforçar os já tradicionais financiamentos industriais concorreram para a elevação do nível dessa assistência a NCr$ 170 milhões, dos quais NCr$ 137 milhões canalizados através do

Fundo Alemão de Desenvolvimento, Fundo de Importação de Bens de Produção e Fundo para o Desenvolvimento Industrial.

Os créditos apresentaram a seguinte discriminação :

BANCO DO BRASIL

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (1)

FINANCIAMENTOS (EXCLUSIVE CAFÉ E PREÇOS MÍNIMOS)

Saldos em Fim de Ano

NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1967	1968
Agricultura	981	1 516
Pecuária	335	585
Indústria	382	708
A Cooperativas	45	63
TOTAL	1 743	2 872

(1) Inclui operações efetuadas com recursos de fundos específicos e de origem externa (USAID).

Outro importante aspecto das atividades das Autoridades Monetárias é o das operações de compra, venda e financiamento de produtos, realizadas pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX), por conta do Tesouro Nacional. Em 1968, essas operações mostraram acréscimo de 75,4 %.

Os saldos relativos às operações com produtos de exportação cresceram de 65,9 %, enquanto os referentes às "aquisições de produtos agrícolas" mostraram acréscimo de 103,6 %. A única rubrica cujo aumento em têrmos reais foi negativo é aquela referente às operações com produtos de importação, fato êsse, entretanto, de pequena significação, não sòmente pelo reduzido percentual da queda, como também pelo baixo nível absoluto dêsse saldo em confronto com os demais.

OPERAÇÕES DE COMPRA, VENDA E FINANCIAMENTOS DE PRODUTOS PELA CACEX

Purchase, Sale and Loans by the Foreign Trade Department

VALORES CORRENTES — SALDOS EM NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1966 DEZ.	1967 DEZ.	VARIAÇÃO 1967/66 (%)	1968 MAR.	1968 JUN.	1968 SET.	1968 DEZ.	VARIAÇÃO 1968/67 (%)
Exportação	120,1	244,5	+ 103,6	256,3	199,9	270,6	405,7	+ 65,9
Govêrno Federal Aquisição de Produtos Agrícolas ...	26,3	106,2	+ 303,8	124,1	79,6	60,0	216,2	+ 103,6
Importação	113,6	10,1	— 91,1	10,5	4,1	16,9	10,8	+ 6,9
TOTAL	260,0	360,8	+ 38,8	390,8	283,6	347,5	632,7	+ 75,4

FONTE: Banco do Brasil S. A. e Banco Central.

Parte importante dêsses empréstimos adicionais consistiu de operações de sustentação de "preços mínimos". Em fins de 1968 o saldo dessas operações era de NCr$ 431,7 milhões, após haver evoluído, por períodos trimestrais, de um máximo de NCr$ 499,0 milhões em setembro e um mínimo de NCr$ 267,1 milhões em março. Em têrmos relativos, o aumento dessas operações foi da ordem de 36,3 %, contra 16,6 % em 1967.

POLÍTICA DE SUSTENTAÇÃO DE "PREÇOS MÍNIMOS"
Support Operations of the Minimum Prices Policy

ATENDIMENTO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS

Saldos em Fim de Trimestre

VALÔRES CORRENTES

UNIDADE : NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1966 DEZ.	1967 DEZ.	VARIAÇÃO 1967/66 (%)	1968 MAR.	1968 JUN.	1968 SET.	1968 DEZ.	VARIAÇÃO 1968/67 (%)
I — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI)	139,7	173,0	+ 23,8	149,3	192,9	284,4	253,7	+ 46,6
a) Gov. Federal — Adiantamento Decreto-Lei 79/66	79,7	69,1	— 13,3	91,8	103,2	108,6	115,0	+ 66,4
b) Gov. Federal — Financiamento de Produtos Agrícolas — Decreto-Lei 79/66	45,8	77,1	+ 68,3	36,9	68,3	150,3	109,7	+ 42,3
c) Empréstimos a Cooperativas de Produtos Agrícolas — Custeio — Crédito Especial Sacaria	2,2	0,6	— 72,7	0,5	0,3	0,1	0	— 100,0
d) Empréstimos à Produção — Armazenamento Crédito Especial	0,4	0,4	—	0,7	0,7	0,6	0,6	+ 50,0
e) Empréstimos a Cooperativas de Produção Animal — Custeio — Crédito Especial	1,0	3,0	+ 200,0	1,8	1,2	1,0	1,7	— 43,3
f) Empréstimos à Produção Animal — Criação de animais — Crédito Especial	10,6	22,8	+ 115,1	17,6	19,2	23,8	26,7	+ 17,1
II — Carteira de Crédito Geral (CREGE)	132,0	143,7	+ 8,9	117,8	187,1	214,6	178,0	+ 23,9
a) Títs. Descontados ao Comércio de Produtos Agrícolas	118,6	123,8	+ 4,4	97,3	169,3	188,3	149,1	+ 20,4
b) Títulos Descontados ao Comércio — Crédito Especial — Sacaria	6,0	3,7	— 38,3	3,9	4,2	3,6	5,0	+ 35,1
c) Títs. Descontados ao Comércio de Produtos Industriais — Mercado Interno	4,5	9,6	+ 113,3	13,1	11,6	20,8	22,0	+ 129,2
d) Empréstimos à Produção Industrial — Indústrias de Transformação	2,9	6,6	+ 127,6	3,5	2,0	1,9	1,9	— 71,2
TOTAL	271,7	316,7	+ 16,6	267,1	380,0	499,0	431,7	+ 36,3

FONTES: Banco Central e Banco do Brasil S. A

A assistência financeira de Autoridades Monetárias à agricultura e indústria em 1968 realizou-se também através dos seguintes fundos e instituições: Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (F.N.R.R.), Fundo de Democratização do Capital das Emprêsas (FUNDECE), Fundo de Financiamento de Estudos e Programas (FINEP), Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária (FUNDEPE), Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Além de gerir os citados fundos, as Autoridades Monetárias, através da Gerência de Coordenação de Crédito Rural e Industrial (GECRI), participam do esquema de aplicação de recursos do Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL).

Cabe aduzir que através do Fundo para Investimentos Sociais (FUNINSO), são igualmente financiados os programas de serviços básicos de investimentos sociais e de infra-estrutura nos campos de saneamento, transportes, abastecimento, assistência técnica e educação.

Ao amparo do FUNINSO destacam-se os Programas seguintes: Programa de Abastecimento de Água para Pequenas Comunidades, Programa de Abastecimento de Água para a Cidade de Salvador, Programa de Abastecimento de Água do Estado do Pará e Fundo de Financiamento para Saneamento (FISANE), cuja administração está a cargo do Banco Nacional da Habitação.

Foram, ainda, realizadas em 1968 diversas operações especiais no valor global de NCr$ 68,5 milhões, com recursos oriundos da con-

trapartida de recursos da AID com diversos órgãos que desenvolvam atividades de superior interêsse para a economia nacional.

O quadro a seguir mostra a evolução das aplicações dos diferentes fundos nos anos de 1967 e 1968, com recursos externos:

APLICAÇÕES
RECURSOS EXTERNOS

NCr$ MILHÕES

ENTIDADES / ANOS	SALDOS 1967	SALDOS 1968	VARIAÇÃO %	FLUXOS
FMRR	152,4	273,0	79,1	120,6
FUNDECE	83,0	98,6	18,8	15,6
FIBEP	21,3	73,5	245,1	52,2
FINAME	91,0	95,0	4,4	4,0
FUMDEPRO	10,4	11,4	9,6	1,0
FUNINSO e FUNFERTIL	1,29	13,0	907,7	11,71
FINEP	1,65	1,65	—	—
FDI (BB)	41,8	41,8	—	—
FUNDEPE e CONDEPE	1,4	1,4	—	—

O FUNAGRI (Fundo Geral para a Agricultura e Indústria) foi criado pelo Decreto n.° 56 835, de 3-9-65, com a finalidade de prover recursos para o financiamento das necessidades da indústria e agricultura.

Êste fundo único, de natureza contábil, agrupa atualmente os seguintes fundos vinculados à agricultura e indústria: Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR), Fundo de Democratização do Capital das Emprêsas (FUNDECE) e Fundo para Financiamento da Importação de Bens de Capital (FIBEP).

Os recursos contabilizados no FUNAGRI são de origem externa e interna. No ano de 1968 o total de recursos externos originários de operações de crédito com a AID, BID e Commodity Credit Corporation (VII Acôrdo do Trigo) atingiram a NCr$ 177,1 milhões.

Da área interna foram recebidos NCr$ 113,8 milhões, referentes bàsicamente à diferença de preço do petróleo, trigo e seus derivados, do retôrno de capitais emprestados, juros e comissões contratuais, do recolhimento compulsório de bancos (Resolução do Banco Central n.° 69 de 22-9-67) e Resoluções n.os 44 e 59 do Banco Central.

As operações de refinanciamento de títulos de crédito rural realizadas através da rêde de agentes financeiros do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, evidenciaram no decorrer de 1968 considerável incremento.

Foram credenciados novos agentes financeiros elevando-se, conseqüentemente, para NCr$ 428,3 milhões o total de créditos abertos à rêde distribuidora dos recursos dêste Fundo.

Em virtude do ingresso de novos recursos e da rotatividade dos créditos, foi possível, ao FNRR, atingir em 1968 o valor global de NCr$ 351,4 milhões no financiamento ao setor rural.

O quadro a seguir permite observar a utilização e reutilização dos recursos externos e internos, durante 1968, mediante o repasse das Delegacias do Banco Central aos agentes financeiros do fundo:

REFINANCIAMENTOS RURAIS

NCr$ MILHÕES

Guanabara	28,8
Delegacia de Belo Horizonte	31,5
Delegacia de São Paulo	154,8
Delegacia de Recife	17,7
Delegacia de Curitiba	20,9
Delegacia de Pôrto Alegre	45,0
Refinanciamento s/Investimentos Rurais — BID Guanabara	52,7
Total	**351,4**

O Fundo de Democratização do Capital das Emprêsas, destinado a prover recursos de capital de giro às emprêsas industriais do País, recebeu durante o exercício de 1968, apenas um nôvo destaque de verba da AID, na importância de NCr$ 12 milhões. Assim, o aumento das suas disponibilidades para aplicação ficou bastante condicionada à realização da receita de juros e correção monetária dos empréstimos já efetuados.

Em consonância com a ampliação das suas disponibilidades (+ NCr$ 24,7 milhões), promoveu-se a possível expansão dos seus agentes financeiros, com o credenciamento de dois novos bancos estaduais de fomento.

As operações contratadas através do seu principal agente financeiro, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, atingiram a cifra de NCr$ 33,7 milhões, atinente a 191 operações.

O ramo industrial de vestuários absorveu 20,9 % dos créditos deferidos, vindo em seguida o setor das indústrias alimentares com 14,98 %.

Relativamente à distribuição de créditos por Estados da Federação, São Paulo manteve-se no primeiro lugar com 50,5 %, seguindo-se em ordem decrescente os Estados da Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná com participação de 13,2 %, 11,0 %, 6,0 %, 5,0 % e 4,3 %, respectivamente.

O FIBEP, através de seus agentes financeiros, Banco do Brasil S. A. e FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial) teve durante o ano de 1968 atuação marcante no financiamento às importações destinadas precipuamente à expansão do parque industrial brasileiro.

Essas operações tiveram a seguinte distribuição geográfica:

NCr$ MIL

REGIÕES	BANCO DO BRASIL	FINAME (1)	TOTAL	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL
Norte	4 931	6 865	11 796	11.5
Centro	24 960	20 535	45 495	44.4
Sul	17 079	28 094	45 173	44.1
Total	46 970	55 494	102 464	100.0

(1) Taxa de câmbio: NCr$ 3,70/US$

Os setores industriais atendidos diretamente pelo FINAME, em 1968, com maior participação no total das operações dessa entidade, podem ser observados no quadro a seguir:

SETOR INDUSTRIAL	Participação % no total das operações do FINAME
Pavimentação de estradas	30.3
Produtos alimentares	15.6
Borracha	8.0
Metalurgia	7,5
Indústria têxtil	6.6
Material para dragagem	4,4
Material para construção civil	3,6
Material elétrico, eletrônico e comunicações	3,4
Editorial e gráfica	3,4
Outros	17.2
Total	100.0

Ainda no âmbito do FINAME, cumpre destacar as aplicações efetuadas sob a égide do Programa de Financiamento de Tratores, Máquinas Agrícolas e seus Implementos de Fabricação Nacional, estabelecido de acôrdo com as normas consubstanciadas nas Resoluções n.os 44 e 59 do Banco Central.

Dos recursos internos colocados à disposição do Programa, pelo Conselho Monetário Nacional (NCr$ 50 milhões), foram utilizados em 1968 pelo FINAME NCr$ 6,6 milhões em operações de refinanciamento.

No ano de 1968 fortaleceu-se a infra-estrutura de funcionamento da GECRI, ocorrendo o disciplinamento dos dispositivos relacionados ao crédito rural, do que resultou a Resolução n.º 97 e a Circular n.º 120, do Banco Central, ambas de 20-8-68, destacando-se a criação do "Manual de Crédito Rural", repositório de instruções reguladoras da prática do crédito rural pelas instituições financeiras.

Do lado passivo, o forte crescimento dos depósitos à vista foi acompanhado de aumento igualmente acentuado de recursos não-monetários. O crescimento dos depósitos à vista do setor privado não-financeiro foi da ordem de 60,1 %, contra 40,4 % de aumento dêsse tipo de depósito nos Bancos Comerciais.

Dos recursos não-monetários, a Conta-Café supriu recursos líquidos da ordem de NCr$ 597,0 milhões, constituindo-se no item de contração monetária mais importante no período. Outra importante fonte dêsses recursos foi o depósito para fechamento de câmbio, cuja forte expansão no período (NCr$ 386,0 milhões)

deveu-se aos níveis excepcionalmente elevados alcançados pela demanda de importações.

OPERAÇÕES COM O SETOR EXTERNO

O impacto monetário líquido das operações em moeda estrangeira foi expansionista. A melhoria das reservas internacionais líquidas em poder das Autoridades Monetárias alcançou a cifra aproximada de US$ 116,6 milhões, evidenciando assim os efeitos de expansão interna da ordem de NCr$ 373,0 milhões. Além dessa expansão, as contas cambiais sofreram acréscimos provenientes de prejuízos de câmbio. Como se sabe, em face de na posição global de endividamento externo do País haverem operações contratadas em períodos diversos a taxas bem abaixo da atual, na liquidação dêsses compromissos surge o problema do prejuízo de câmbio. Tal prejuízo decorre da diferença entre a taxa do contrato e a taxa vigente em que são liquidadas as operações. O impacto dêsse prejuízo e outras operações em moeda nacional atingiu NCr$ 919,0 milhões.

OPERAÇÕES COM O SISTEMA FINANCEIRO

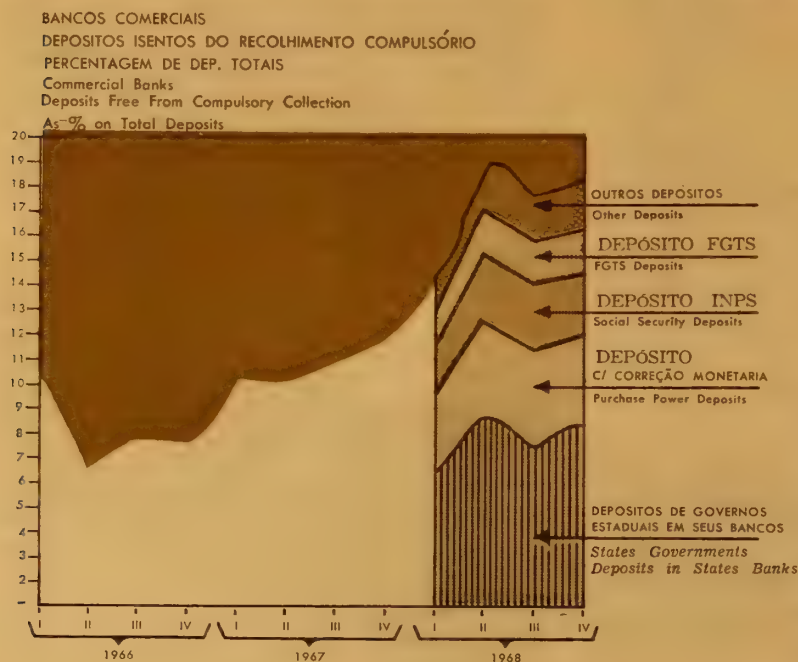
As relações das Autoridades Monetárias com o sistema financeiro envolveram principalmente operações com os Bancos Comerciais. Através dessas operações as Autoridades Monetárias absorveram recursos líquidos da ordem de NCr$ 442,0 milhões, correspondentes à diferença entre os aumentos dos recolhimentos compulsórios (NCr$ 464,0 milhões) e dos depósitos bancários voluntários (NCr$ 387,0 milhões), de um lado, e de outro, os empréstimos e redescontos concedidos àqueles Bancos (NCr$ 409,0 milhões).

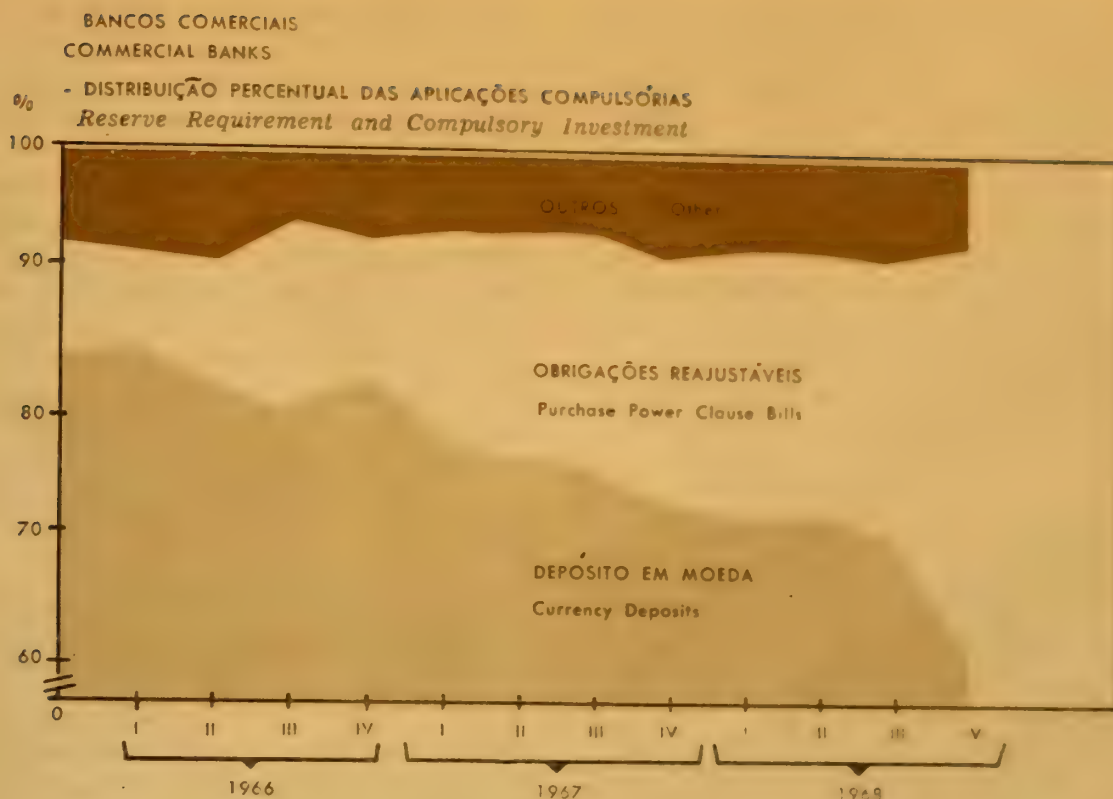
RECOLHIMENTOS COMPULSÓRIOS

As aplicações compulsórias dos Bancos Comerciais constituem o mais poderoso instrumento de contrôle monetário do Banco Central, quer pela rapidez com que processam os ajustes à política preconizada pelas Autoridades Monetárias, quer pela eficiência de contrôle da expansão dos meios de pagamento e de crédito gerados pelos Bancos Comerciais. A política de aplicações compulsórias dêsses Bancos foi conduzida, em 1968, através de três frentes principais :

I — Delimitação dos depósitos dos Bancos Comerciais isentos do recolhimento compulsório.

II — Redistribuição dos haveres componentes das aplicações compulsórias : depósito em moeda no Banco Central, compra de Obrigações Reajustáveis, compra de bônus agrícola de emissão do Banco Central e empréstimos rurais realizados em condições favorecidas para o mutuário.

III — Modificação da taxa do Compulsório através da variação da relação Recolhimento Compulsório/Depósitos Totais.

DEPÓSITOS ISENTOS

Os depósitos isentos ao recolhimento compulsório vêm aumentando consideràvelmente desde 1966 (7,2 % do total dos depósitos em 31-12-66), sendo a posição atual de 18,2 %. As rubricas principais de isenções são os depósitos de governos estaduais e suas autarquias em bancos por êles controlados, os depósitos com correção monetária, os depósitos do FGTS e do INPS.

O crescimento dos depósitos isentos foi devido, em 1968, muito mais ao crescimento elevado de isenções já concedidas em anos anteriores do que às isenções novas. Em 1968 concederam-se sòmente duas novas isenções, de pequeno vulto: os adiantamentos sôbre contratos de câmbio aos exportadores (a serem deduzíveis dos Depósitos de Garantia de Câmbio), e os depósitos do FUNRURAL. As novas contas de isenções apresentavam o valor de NCr$ 200 milhões em dezembro de 1968 equivalente a 7 % dos NCr$ 2 700 milhões de isenções totais.

DISTRIBUIÇÃO DOS HAVERES DO COMPULSÓRIO

O Banco Central tem procurado minimizar perda de recursos dos Bancos Comerciais com as Aplicações Compulsórias. Por diversas vêzes, processou-se o decréscimo da parcela mínima em dinheiro a ser obrigatòriamente mantida em depósito no Banco Central pelos Bancos Comerciais. O componente de depósito em moeda correspondia, em 5-12-68, a 61 % do total das Aplicações Compulsórias, em comparação com 79 %, em 5-12-67.

Ao objetivo de minimizar a perda de receita dos Bancos Comerciais soma-se a necessidade de se proceder ao financiamento do deficit do Tesouro. Através do direito de compra, pelos Bancos Comerciais, de Obrigações Reajustáveis tem o Banco Central instrumento adequado para tal política. As ORTNs que compunham 14 % das Aplicações Compulsórias em 5-12-67 cresceram para 31 % do total em 5-12-68.

A distribuição dos haveres do Compulsório em 31-12-67 exigida pelo Banco Central era de um mínimo de 70 % em depósitos em dinheiro, um máximo de 20 % em títulos públicos federais (mantidos no próprio banco comercial) e um máximo de 10 % em empréstimos rurais favorecidos e de bônus agrícolas. Em março de 1968, como fator condicionante de uma política de juros mais baixos, a ser adotada pelos Bancos Comerciais, diminuiu-se em 50 %, os valôres máximos dos haveres optativos ao depósito em moeda, para todos aquêles bancos que não seguissem uma taxa máxima de juros de 2,2 %.

Em outubro alterou-se mais uma vez a composição do Compulsório: um mínimo de 60 %

em dinheiro, um máximo de 40 % em títulos públicos federais e um máximo de 10 % em empréstimos rurais e bônus agrícolas. Manteve-se o decréscimo de 50 % dos valôres máximos anteriores, para que todos os bancos comerciais que não seguissem a taxa máxima de 2,2 % a.m. preconizada pelas Autoridades Monetárias. Como o valor mínimo em dinheiro, para os bancos que assim procedessem seria de 80 % do total, quase que a totalidade da rêde bancária comercial comprometeu-se com o Banco Central, a adotar uma política de redução da taxa de juros.

VARIAÇÃO DA TAXA

Ao se iniciar o ano de 1968 as taxas do Compulsório eram aquelas adotadas pela Resolução n.º 10, de 26-11-65 — para a Zona A, região mais desenvolvida do País, de 25 %, 14 % e 4 % respectivamente sôbre depósitos à vista, até 90 dias, depósitos entre 91 e 180 dias, e depósitos superiores a 180 dias, e Zona B, região menos desenvolvida, de 16 %, 14 % e 4 %, acrescida de uma taxa marginal de 45 % dos depósitos a partir de 5-12-67. O conceito de marginalidade — baseado no aumento de depósitos ao contrário do conceito médio que é baseado no saldo — não se revelou satisfatório, dada a impossibilidade de se determinar uma posição média equitativa para todos os bancos e, ainda, porque se tornava impossível a previsão correta dos resultados finais de tal mecanismo. Procedeu-se à alteração através da Resolução n.º 89, de 26-3-68, que não sòmente extinguia a taxa marginal mas criou novas taxas médias de 30 %, 10 % e 10 % para a Zona A e 20 %, 5 % e 5 % para a Zona B. A nova política continuou discriminando a favor da Zona B — região menos desenvolvida —, tendo não sòmente mantido o índice de discriminação de 50 % para os depósitos à vista que são de 20 % na Zona B e de 30 % na Zona A) como elevou tal índice de favorabilidade para 100 % para os depósitos a prazo (5 % e 10 %, para as Zonas B e A, respectivamente). Cumpre notar também que se uniformizou a taxa dos Depósitos a Prazo, medida que de há muito vinha sendo requerida, dados os valôres quase que idênticos das taxas de rotação de depósitos a prazo de 90 dias e superiores.

A extinção da taxa marginal não solucionou, entretanto, o problema de liquidez bancária que se apresentava na época, uma vez que a taxa média requerida do Compulsório fôra acrescida de cinco pontos de percentagem para os depósitos à vista da Zona A. Realmente, o encargo do Compulsório aumentara, tendo os números efetivos da relação Aplicações Compulsórias/Depósitos Totais crescido de 19,2 % no primeiro trimestre para 24,4 % no segundo.

Por outro lado, o setor privado demandava dos Bancos Comerciais um volume de empréstimos bem superior ao que êle poderia suportar. Com efeito, particularmente no segundo trimestre, os depósitos dos Bancos Comerciais permaneceram estáveis (tendo inclusive menor volume de depósitos do setor privado), o que, somando-se a um maior encargo do Compulsório e uma demanda maior de empréstimos, obrigou aos Banco Comerciais diminuirem violentamente seu encaixe voluntário.

Diante da crise geral de liquidez, o Banco Central procedeu imediatamente a uma redução do Compulsório. Com base nos saldos dos depósitos em 5-8-68, permitiu-se a liberação de 10 % dos recursos do Compulsório, devendo a posição ser recomposta, em um processo de retôrno ao nível anterior, que se completaria sòmente em 25-12-68. Agindo com cautela, procurou-se fazer com que os bancos não apresentassem problemas de perda de receita operacional, admitindo-se também, a partir de 5-11-68, uma faixa mais liberal de aplicação de até 40 % dos recursos do Compulsório em Obrigações Reajustáveis.

Finalmente, no cômputo geral, a média das Aplicações Compulsórias/Depósitos Totais foi de 20,0 % em 1968, levemente inferior ao valor de 1967 (20,2 %).

ESTRUTURA DAS APLICAÇÕES COMPULSÓRIAS DOS BANCOS COMERCIAIS EM PERCENTAGEM SÔBRE OS DEPÓSITOS

Reserve Requirement Regulation

DISCRIMINAÇÃO	5-12-67	31-12-67/ 5-3-68	5-4-68 (5)	5-8/ 5-10-68	5-11-68	A partir de 5-12-68
Zona A (1)						
Depósitos à vista	25	25	30	27	28,5	30
Depósitos a prazo : 91 — 180 dias	14	14	10	9	9,5	10
Depósito a prazo superior a 180 dias	4	4	10	9	9,5	10
Zona B (1)						
Depósitos à vista	16	16	20	18	19	20
Depósitos a prazo : 91 — 180 dias	9	9	5	4,5	4,75	5
Depósito a prazo superior a 180 dias	4	4	5	4,5	4,75	5
Recolhimento Marginal (3)	—	45(4)	—	—	—	—
Composições das Aplicações						
Depósitos em dinheiro no Banco Central	Mín. 70	Mín. 70	Mín. 70	Mín. 70	Mín. 60	Mín. 60
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional .... Outros Títulos Públicos Federais	Máx. 20 Resíduo	Máx. 30	Máx. 20(6)	Máx. 40(6)	Máx. 40(7)	Máx. 40(7)
Aplicações Rurais Especiais .... Bônus Agrícola	Máx. 10(3)	Máx. 10	Máx. 10(6)	Máx. 10(6)	Máx. 10(7)	Máx. 10(7)

NOTAS :

1) Zona B = a) Depósitos no Resto do País (I) de bancos que ali têm sede e que apliquem na região um mínimo de 65 % dos depósitos ali captados; e
b) Depósitos no Resto do País de bancos com sede no Centro-Sul (I) e que apliquem no Resto do País um mínimo de 70 % dos depósitos ali captados.
Zona A — Demais depósitos não enquadrados no item anterior.
2) Valor máximo de 40 % do recolhimento adicional devido a partir de 5-8-65.
3) Computados a partir das diferenças registradas sôbre os saldos dos depósitos em 5-12-67.
4) O recolhimento marginal de 5-2 e 5-3-68 é de 55 % do acréscimo do depósito a partir de 5-12-67 para os bancos que não adotarem as taxas máximas de juros de 61.
5) A partir de 5-4-68 nôvo conceito das zonas A e B :
Zona B = a) Depósitos no Resto do País de bancos que ali têm sede e que apliquem na região um mínimo de 60 % dos depósitos ali captados; e
b) Depósitos no Resto do País de bancos com sede no Centro-Sul e que apliquem no Resto do País, um mínimo de 70 % dos depósitos ali captados.
Zona A — Demais depósitos não enquadrados no item anterior.
6) As parcelas máximas são reduzidas em 50 %, isto é, para o máximo de 10 % em obrigações e outros títulos federais, e 5 % para Aplicações Rurais especiais e bônus agrícolas para os bancos que não adotarem as seguintes taxas máximas de juro para suas aplicações :
a) 2 % nas operações até 60 dias;
b) 25 % nas transações comerciais acima de 60 dias;
c) 2,2 % no total das operações acima de 60 dias.
7) As parcelas máximas serão reduzidas de 50 % para os bancos que não adotarem as taxas máximas de juros especificados no item 6).

(I) Centro-Sul : DF — MG — RJ — GB — SP — PR — SC — RS. Resto do País : Demais Estados e Territórios

OPERAÇÕES DE REDESCONTOS

As Operações de Redescontos do Banco Central têm como principal objetivo assegurar a normalização de desníveis eventuais de encaixe do sistema bancário e orientar o fluxo de crédito segundo direções consideradas convenientes pelas Autoridades Monetárias. Na prática, tais objetivos significam dividir as Operações de Redesconto em dois grandes grupos : o redesconto de liquidez e o de refinanciamento às atividades produtivas.

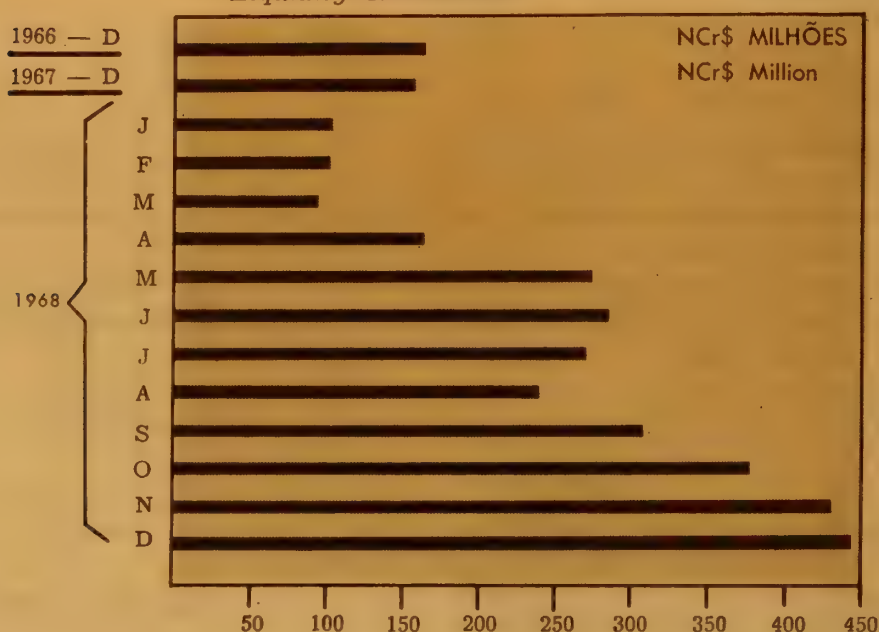
O Redesconto de Liquidez, responsável por 46 % das operações totais em 1968, tem como limite outorgado pelo Banco Central parcelas dos depósitos captados pelos bancos. O prazo normal dessas operações, em vigor desde 25-1-65, continua sendo de 15 dias, com taxas de juros um pouco inferiores àquelas que vigoram no mercado de desconto. As operações de liquidez em 1968 aumentaram de NCr$ 164 milhões em 30-12-67 para NCr$ 447 milhões em 30-12-68. Tal comportamento dos Bancos Comerciais, demandando recursos cada vez mais

elevados, é explicado pela relativamente baixa posição da liquidez dos bancos no final de 1967, tendo a relação encaixe livre/depósitos caído de 19,1 % em 1966 para 13,4 % em dezembro de 1967.

O maior desafôgo à rêde bancária foi propiciado, não sòmente através de um maior vulto do redesconto de liquidez, mas também por meio da criação de uma faixa especial de redesconto, exclusivo às indústrias nacionais. Os papéis aceitáveis para êsse tipo de redesconto tiveram seus prazos máximos aumentados até 120 dias, vigorando tais facilidades até 5-8-68. O volume mais elevado de tais operações foi de NCr$ 71,4 milhões, em agôsto.

A partir de agôsto, com a redução dos Depósitos Compulsórios da taxa básica de 30 % para 27 % dos depósitos sujeitos a recolhimento, a situação de liquidez melhorou bastante. O Volume do Redesconto aumentou de NCr$ 380 milhões em outubro para NCr$ 447 milhões em dezembro, aliviando as necessidades de liquidez do sistema.

REDESCONTO DE LIQUIDEZ

Liquidity Rediscount

REFINANCIAMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS DIRETAS

A orientação do crédito, em caráter seletivo, é amplamente utilizada pelo Banco Central, tendo apresentado crescimento de 74 % em 1968.

O refinanciamento às atividades produtivas diretas é realizado através de redescontos para operações de custeio agrícola, produtos manufaturados exportáveis, café, cacau, fumo, mamona e sisal, comercialização rural e faixas extraordinárias.

CUSTEIO AGRO-PECUÁRIO

O limite máximo de tais operações — efetuadas com títulos previstos no Decreto-lei n.º 167 de 14-2-67 — é de 1 % dos depósitos de cada estabelecimento bancário. O valor máximo de tais operações ocorreu em julho com NCr$ 40 milhões, seguindo o comportamento dos últimos anos.

Com efeito, as operações da espécie sofrem acentuado acréscimo no primeiro semestre, mercê das safras do Centro-Sul do País, declinando no segundo. No total, o aumento anual dos empréstimos da espécie foi de 33 %, encerrando-se o ano com NCr$ 30 milhões.

CAFÉ, CACAU, FUMO, MAMONA E SISAL

O limite para o refinanciamento ao café foi de NCr$ 385 milhões, sendo o maior saldo ocorrido, o de novembro, com NCr$ 277 milhões. Admitiu-se êste ano a destinação de 30 % do limite fixado para o redesconto de Letras de Câmbio, sacadas contra exportadores tradicionais por maquinistas e produtores de café, de até 90 dias de prazo. O crescimento dessas operações de café foi de NCr$ 106 milhões, ou + 68 %, dezembro a dezembro.

As operações de refinanciamento ao cacau, fumo, mamona e sisal, restritas tradicionalmente à Bahia e ao Nordeste, tiveram um teto de NCr$ 49 milhões, apresentando, entretanto, um valor máximo de NCr$ 52 milhões em dezembro. No decorrer do ano, os saldos dos redescontos da espécie variaram de NCr$ 23 milhões em abril para NCr$ 42 milhões em agôsto. O crescimento de tais operações foi de 68 %, no total, em 1968.

PRODUTOS MANUFATURADOS EXPORTÁVEIS

A Resolução n.° 71, de 1-11-67, criou faixa especial de atendimento ao setor industrial que produz para a exportação. O limite de tais operações é de 10 % do total do redesconto comum, sendo a taxa de juros de 4 % a.a. a um prazo máximo de redesconto de 12 meses. Dadas as condições puramente nominais das taxas de juros adotada, as operações da espécie consistem em um forte estímulo à exportação.

Iniciando-se o redesconto em janeiro de 1968 com NCr$ 3 milhões, os saldos da espécie atingiram NCr$ 48 milhões em dezembro, apresentando aumento contínuo, mês a mês. O Banco Central achou conveniente antecipar o limite a ser sòmente revisto no segundo semestre, para NC$ 56 milhões, de modo a possibilitar maiores estímulos à exportação.

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

O redesconto de papéis representativos da comercialização de produtos agrícolas atingiu seu valor máximo em julho, com NCr$ 132 milhões, terminando o ano com NCr$ 73 milhões. As operações em 1968 foram das mais elevadas, principalmente em relação a 1967, quando o saldo máximo da espécie foi de NCr$ 2 milhões.

A distribuição dos recursos da comercialização agrícola está concentrada em uns poucos produtos: algodão (45 % do total), arroz (15 %), milho (11 %) e soja (8 %), perfazendo 79 % do total.

O limite das operações de redesconto, fixado para os produtos originários do Centro-Sul foi de NCr$ 180 milhões. As demais regiões do País contaram com o teto de NCr$ 125 milhões.

BANCOS COMERCIAIS

As operações de empréstimos dos Bancos Comerciais acusaram taxa de acréscimo da ordem de 57,9 %. As operações com o setor privado mostraram taxa de crescimento (59,1 %) substancialmente superior aos empréstimos concedidos ao setor público (41,0 %), sendo de se destacar o fato de o crescimento das operações com o setor público ter se processado de forma pràticamente exclusiva através dos Bancos Oficiais. Em fins de 1968, os Bancos Comerciais detinham créditos de NCr$ 736,2 milhões contra o setor público, dos quais apenas NCr$ 14,2 milhões constituíam ativo dos Bancos Comerciais privados.

O aumento dos depósitos à vista foi da ordem de 40,3 %. A parcela principal dessas obrigações à vista dos Bancos Comerciais são contra o setor privado, que em fins de 1968 detinha 87,0 % do saldo total dessas obrigações. O setor público não-financeiro detinha 13,0 % de disponibilidades líquidas contra êsses Bancos, cuja maior parte se encontrava em poder dos Bancos Oficiais.

Os depósitos a prazo mostraram taxa de aumento de 72,2 %, dos quais a parcela mais expressiva representou depósitos a prazo com correção monetária nos Bancos Comerciais privados.

Os depósitos de tipo não-voluntário mostraram também expressiva taxa de aumento (52,2 %). Os depósitos vinculados, representando principalmente operações ligadas a câmbio, acusavam um saldo de NCr$ 477,5 milhões, dos quais a maior parte se achava em poder dos Bancos privados. O saldo dos depósitos compulsórios, representando em grande parte os recolhimentos em favor do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, era de NCr$ 369,3 milhões, enquanto os depósitos para investimentos nos Bancos Oficiais, ligados à política de incentivos fiscais, montavam a NCr$ 672,2 milhões em fins de 1968.

A expansão dos empréstimos em ritmo superior ao aumento dos depósitos tornou-se em grande parte possível graças aos recursos obtidos pelos Bancos Comerciais de duas fontes principais: o aumento de seu endividamento junto às Autoridades Monetárias e empréstimos externos obtidos na forma da Resolução n.º 63.

O débito dos Bancos Comerciais junto às Autoridades Monetárias aumentou de 85,1 % em 1968. Do saldo global dessas operações (NCr$ 1 131,9 milhões), NCr$ 700,7 milhões representavam responsabilidade dos Bancos Comerciais privados e os demais NCr$ 431,2 milhões constituíam passivo dos Bancos Comerciais Oficiais. O total dos recursos externos entrados na forma de Resolução n.º 63, exclusive B. do Brasil, foi de US$ 221, milhões, dos quais parte substancial foi absorvida pelos Bancos Comerciais.

BALANCETE CONSOLIDADO SINTÉTICO DOS BANCOS COMERCIAIS
Commercial Banks

ATIVO
Assets

NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO 1967	DEZEMBRO — 1968		
	Total	Bancos Oficiais e Estaduais	Bancos Privados	Total
ENCAIXE — *Reserve*	3 357,7	1 029,5	3 821,3	4 850,8
VOLUNTÁRIO (inclusive ORTN — Circ. 85 e 116) — *Free*	1 433,4	503,1	1 407,6	1 910,7
COMPULSÓRIO — *Reserve Requerement*	1 901,8	526,2	2 396,6	2 922,8
Em espécie (à ordem do Banco Central)	1 503,5	358,4	1 606,2	1 964,6
Em títulos e outros	398,3	167,8	790,4	958,2
RECOLHIMENTO ESPECIAL (Lei 4 829) — *Special Reserve*	22,5	0,2	17,1	17,3
OPERAÇÕES CAMBIAIS (saldo líquido) — *Foreign trade operations, new*	156,5	— 432,7	— 245,0	— 677,7
INV. EM TÍT. GOVERN. A MÉDIO E LONGO PRAZO — *Government Bills*	290,2	157,4	97,5	254,9
EMPRÉSTIMOS — *Loans*	8 617,5	4 694,5	8 916,9	13 611,4
SETOR PÚBLICO — *Public Sector*	566,2	781,7	16,6	798,3
SETOR PRIVADO — *Private Sector*	8 051,3	3 912,8	8 900,3	12 813,1
SALDO LÍQUIDO DAS DEMAIS CONTAS — *Other accounts, new*	1 414,3	372,5	1 558,3	1 930,8
TOTAL DO ATIVO — *Total Assets*	13 836,2	5 821,2	14 149,0	19 970,2

BALANCETE CONSOLIDADO SINTÉTICO DOS BANCOS COMERCIAIS
Commercial Banks

PASSIVO
Liabilities

NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO 1967	DEZEMBRO — 1968		
	Total	Bancos Oficiais e Estaduais	Bancos Privados	Total
RECURSOS PRÓPRIOS *Capital Account*	2 071,8	861.6	2 055.9	2 917.0
DEPÓSITOS À VISTA E A CURTO PRAZO *Demand Deposits*	9 622,0	3 203.7	10 280.1	13 483.8
DO SETOR PÚBLICO *Public Sector*	1 102,8	1 183.9	572.3	1 756.2
DO SETOR PRIVADO *Private Sector*	8 519,2	1 809.8	9 422.3	11 232.1
DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS *Financial Sector*	—	66.0	249.1	315.1
DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA *Mixed economic entities*	—	144.0	36.4	180.4
DEPÓSITOS A PRAZO *Time Deposits*	533,5	395.1	523.4	918.5
DO SETOR PÚBLICO *Public Sector*	59,6	26.6	1.7	28.3
DO SETOR PRIVADO *Private Sector*	473,9	363.2	521.5	884.7
DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	—	5.3	0.2	5.5
OUTROS DEPÓSITOS (do público) *Other Deposits*	9 978,0	930.1	588.9	1 519.0
Vinculados	—	155.7	321.8	477.5
Compulsórios	—	102.2	287.1	389.3
Para investimentos	—	672.2	—	672.2
DÉBITOS JUNTO ÀS AUTORIDADES MONETÁRIAS *Borrowings from Monetary Authorities*	611,6	431.2	700.7	1 131.9
TOTAL DO PASSIVO *Total liabilities*	13 836.2	5 821.2	14 149.0	19 970.2

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO-MONETÁRIAS E MERCADO DE AÇÕES

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A política financeira e de capitais preconizada pelo Banco Central em 1968 continuou a adotar as linhas gerais dos anos anteriores, visando definir, com maior precisão, as áreas de operações de cada uma das instituições financeiras, bem como criar condições para que os negócios realizados através de instituições financeiras o sejam a uma taxa de risco ou de perda não superior aos negócios não financeiros correntes do mercado.

Na definição das áreas de cada instituição financeira adotou-se o princípio de compartimentalização favorecendo-se a especialização e as economias de escala, de modo a não provocar uma concorrência danosa entre tipos distintos de entidades financeiras. No caso específico das financeiras — isto é, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento —, procurou-se delimitar o crédito direto ao consumidor como sua principal operação ativa. Recorda-se que o crédito direto ao consumidor fôra institucionalizado ao término de 1966, e já naquela época solicitava-se às financeiras um mínimo de 40 % das operações totais na espécie. Em 1968, o Banco Central agiu cautelosamente, prorrogando, de início, o prazo em que as financeiras deveriam atingir os 50 % de suas operações totais com o crédito direto ao consumidor, ao mesmo tempo em que informava ao mercado e às insttiuições financeiras que o objetivo final da política era o de caminhar para a exclusividade de atuação das financeiras nesta área. As decisões foram tomadas, já no final do ano, partindo-se de 60 % de suas operações em 31-12-68, para o máximo de 100 % a ser alcançado em 31-12-69. Assim, três anos após a institucionalização do sistema através da Resolução n.° 45, ter-se-á bem delimitada a atuação das financeiras, com deveres, objetivos e direitos operacionais claros e precisos.

Por outro lado, a própria atividade normativa do Banco Central tem levado as financeiras a adotarem uma política sadia de operações ativas. Já em dezembro de 1967 o Banco Central, visando à preservação dos recursos entregues pelo público às financeiras, limitara, aos níveis de 5-12-67, as operações ativas das financeiras, realizadas com base em seus recursos próprios, de modo a aumentar as reservas livres dessas entidades. Tal limitação poderia, entretanto, levar as financeiras, no futuro, a um problema de liquidez, uma vez as reservas de liquidez assim obtidas poderiam ser utilizadas em operações de imobilização excessiva.

A observação das entidades pelo Banco Central, neste particular, levou, finalmente, à formulação da Resolução n.° 103, de dezembro de 1968 onde se limitou a imobilização total das financeiras a 30 % de seu capital e reservas, o que, sem dúvida, é dos mais altos índices de segurança de liquidez do sistema.

Quanto aos bancos de investimento a atitude do Banco Central foi, bàsicamente, de expecta-

tiva, visando a um possível reexame de suas operações e áreas de atuação. As operações de refinanciamento realizadas pelos bancos de investimento com recursos externos ingressados no País através do mecanismo da Resolução n.º 63 foram amplamente incentivadas no início do ano de 1968 quer pela garantia de cobertura cambial para o retôrno de divisas no prazo legal, quer pela proibição de contratos de câmbio futuro nas operações realizadas pela Instrução n.º 289, principais concorrentes das operações da Resolução n.º 63. No final do ano, entretanto, tornou-se claro que, apesar do sucesso das novas medidas adotadas para o incentivo aos bancos de investimentos operarem através da Resolução n.º 63, não eram suficientes, em face das inúmeras perspectivas das entidades. A tal situação, somou-se o crescimento limitado dos certificados de depósitos a prazo fixo com correção monetária, tornando necessária a prorrogação, desta vez por mais 3 anos, a partir de 18-2-69, da faculdade dos Bancos de Investimento aceitarem letras de câmbio, desde que tivessem um prazo médio de 1 ano. Nesta ocasião, definiu-se em caráter específico, por tipo de operação, os limites técnicos a que se deveriam subordinar os Bancos de Investimento.

O sistema financeiro de habitação não sofreu maiores alterações de caráter institucional em 1968, destacando-se, entretanto, o aparecimento das Associações de Poupança e Empréstimos, que, criadas em 1966, só vieram a funcionar, efetivamente, em junho de 1968. Ao findar o ano, os depósitos de poupança captados por tais entidades já atingiam NCr$ 35 milhões, contra NCr$ 55 milhões arrecadados em depósitos pelas Sociedades de Crédito Imobiliário.

Na área do mercado de ações, a política do Banco Central estêve ligada intimamente à manutenção dos incentivos fiscais do Decreto-lei 157, de maneira a criar condições ao fortalecimento do mercado e aumento do número dos investidores em potencial. Além de acompanhar as operações e resultados dos Fundos 157, examinando as opções à sua alteração, o Banco Central procedeu à disciplina do registro jurídico das emprêsas nas Bôlsas de Valôres e determinou novas taxas de corretagem para as Sociedades Corretoras, de modo a evitar os rendimentos excessivos que se verificavam. No final do ano, procedeu-se ao reexame das condições para a concessão do certificado de capital aberto às sociedades anônimas, de modo a facilitar e simplificar o sistema. As numerosas alterações de caráter fiscal realizadas no fim do ano — correção monetária do realizável da emprêsa, redução do impôsto de renda sôbre dividendos e, principalmente, a reformulação permanente e definitiva das operações do Decreto-lei 157 — possibilitam as pré-condições para que, em 1969, se tenha um mercado de ações institucionalmente sólido e com ótimas possibilidades de progresso.

ASPECTOS QUANTITATIVOS

O prazo médio do endividamento do setor privado, junto ao sistema financeiro, aumentou consideràvelmente em 1968, uma vez que os bancos comerciais têm continuado a apresentar uma participação decrescente das aplicações totais, sendo substituídos pelas instituições financeiras não-monetárias.

As financeiras e os bancos de investimento tiveram uma expansão elevada, de 119,3% em 1968, superada apenas pelo aumento das aplicações do Banco Nacional da Habitação (+ 300 %). Conseqüentemente, as financeiras aumentaram sua participação nos empréstimos e financiamentos ao setor privado, de 14 % em 1967 para 17 % em 1968.

A menor importância do sistema bancário segue uma tendência normal de todos os países que têm desenvolvimento acentuado de seu sistema financeiro. O problema não causa menor preocupação, a curto ou longo prazo, uma vez que a substituição favorável às entidades não-monetárias se faz em proporção bem superior às quedas ocorridas na área dos bancos comerciais. Problemas de rentabilidade, nesta área, também não preocupam, dada a íntima ligação, que se verifica no Brasil, entre as entidades privadas monetárias e as não-monetárias.

SISTEMA FINANCEIRO
Financial System

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS AO SETOR PRIVADO
Loans to Private Sector

PERCENTAGEM SÔBRE O TOTAL
Percent on total

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1967	1968
Sociedades Financeiras e Bancos de Investimento *Financial Companies and Investment Banks*	14.0	17.0
Bancos Comerciais *Commercial Banks*	50.0	46.0
Banco do Brasil *Bank of Brazil*	23.0	21.0
CREGE	11.0	10.0
CREAI	12.0	11.0
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico *Economic Development National Bank*	9.0	7.0
Banco Nacional da Habitação *National Housing Bank*	3.0	7.0
Outros *Other*	1.0	2.0
TOTAL	100.0	100.0

FINANCEIRAS

Os empréstimos mediante contrato de aceite cambial voltaram a apresentar significativo crescimento durante o ano de 1968. Registrou-se um incremento de 121,3 % — contra 141,3 % em 1967 — no saldo de aceites apresentado nos balancetes das Financeiras e Bancos de Investimento.

ACEITES CAMBIAIS E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS
Acceptances and Banks Loans

SALDOS

NCr$ MILHÕES

PERÍODO *Period*	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS *Bank Loans* (a)	ACEITES CAMBIAIS (1) *Acceptances* (b)	b/a %
Dezembro/66 ..	4 895	872	18.0
Dezembro/67 ..	8 051	2 105	26.0
Dezembro/68 ..	12 102 (*)	4 657	38.0

(1) Financeiras e Bancos de Investimento.
Financing Companies and Investment Banks.

A adaptação das Financeiras ao Crédito Direto ao Consumidor será lenta, partindo-se de uma posição de um mínimo de 60 % em 31-12-68 e sòmente atingindo-se os 100 % após 1 ano. Não se espera que os aceites cambiais venham decrescer, ou diminuir seu incremento, dentro da nova modalidade, já que a demanda para as novas condições se vem apresentando adequada à oferta. Por outro lado, a possibilidade de que emprêsas devedoras habituais das Financeiras para suas operações de crédito para capital de giro venham em direção do sistema bancário parece reduzida, desde que as Financeiras simplesmente irão passar suas aplicações para uma das outras pontas do mecanismo financeiro, qual seja a do consumidor, ao invés dos fabricantes e das emprêsas especializadas na comercialização, os quais tenderão a diminuir sua demanda de crédito bancário. Conseqüentemente, a própria dinâmica do sistema financeiro evitará maiores problemas de adaptação.

Os aceites cambiais continuam sendo originários principalmente das Financeiras, cabendo aos Bancos de Investimento cêrca de 20 % (NCr$ 947 milhões em 31-12-68).

ACEITES CAMBIAIS (1)
Acceptances

NCr$ MILHÕES

MESES *Monthly*	1967	1968
Janeiro	902	2 143
Fevereiro	946	2 315
Março	1 008	2 523
Abril	961	2 746
Maio	1 068	2 855
Junho	1 217	3 086
Julho	1 317	3 329
Agôsto	1 468	3 555
Setembro	1 634	3 744
Outubro	1 786	3 996
Novembro	1 952	4 287
Dezembro	2 105	4 657

(1) Financeiras e Bancos de Investimento.
Financing Companies and Investment Banks.

BANCOS DE INVESTIMENTO

O balanço consolidado dos vinte bancos privados de investimento, que operam regularmente no mercado de capitais demonstra, em 31-12-68, algumas alterações significativas em sua estrutura, quando comparado com dezembro do ano anterior.

Assim é que os aceites cambiais que, desde a criação dessas instituições, se têm constituído na modalidade operacional mais em evidência, vão, gradativamente, perdendo substância no conjunto das aplicações. De 55 % do total, em 31-12-67, caíram para pouco mais de 40 %, ao final de 1968.

Por outro lado, os empréstimos externos para repasse captados nos têrmos da Resolução n.° 63 ampliaram sua participação em cêrca de 8 %.

Dentre as operações passivas, vale destacar que os depósitos a prazo fixo dobraram seu pêso relativo no período, atingindo 17 %.

BALANÇO CONSOLIDADO DOS BANCOS DE INVESTIMENTO (1)
Consolidated Balance of Investment Banks

31-12-1968

CONTAS *Accounts*	SALDOS EM NCr$ MILHÕES *Balances in NCr$ million*	% DO TOTAL
ATIVO = PASSIVO *Assets = Liabilities*	2 228	100
Encaixe *Cash*	52	2
Empréstimos e Financiamentos *Loans and Financing*	381	17
Devedores por Responsabilidades Cambiais *Debtors by Exchange Responsibilities*	910	41
Devedores por Repasse de Empréstimos Externos (Res. 63) *Debtors by Foreign Loans Transfer*	198	9
Devedores por Financiamento — FINAME *Debtors by Financing*	103	5
Títulos e Valores Mobiliários *Real Estate Bills and Securities*	256	11
Ações e Debentures *Shares and Debentures*	87	4
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional *Purchase Power Clause Bonds*	46	2
Letras Imobiliárias, Letras de Câmbio, outros *Real Estate Bills, Bills of Exchange; other*	123	5
Outras Contas *Other accounts*	328	15
Recursos Próprios *Capital Account*	296	13
Capital Realizado *Paid-in Capital*	188	[illegible]
Reservas, Fundos e Outros *Reserve, Funds and Other*	108	5
Recursos de Terceiros *Third parties' Account*	1 748	78
Depósitos a Prazo Fixo *Fixed Term Deposits*	383	17
Aceites Cambiais *Acceptances*	947	43
Operações Refinanciadas — FINAME *Refinanced Transactions*	97	4
Empréstimos Externos — Resolução 63 *Foreign Loans — Resolution 63*	189	8
Outros *Other*	132	6
Outras Contas *Other Accounts*	154	[illegible]

(1) Dados estimados com base em uma amostra de 14 bancos que em 5-12-67 [illegible] das operações do conjunto.
Data estimated on basis of a 14 banks accounts sample representing 77 % of [illegible] 5-12-67.

Já os recursos do Fundo de Investimento, provenientes dos incentivos fiscais do Decreto-lei n.º 157, apresentaram um incremento real da ordem de 300 %. A percentagem dêsses recursos efetivamente aplicada em ações e debêntures conversíveis em ações pouco variou, entre dezembro 67 e dezembro 68, situando-se em tôrno de 75 %, permanecendo o restante sob forma de depósitos bancários.

FUNDO DE INVESTIMENTO (Decreto-lei n.º 157) *Investment Fund (Decree-law 157)*	116	[illegible]
Depósitos no Banco do Brasil S.A. *Deposits in Bank of Brazil*	[illegible]	16
Ações e Debêntures Conversíveis *Shares and Convertible Debentures*	[illegible]	76
Outros Itens *Other Items*	[illegible]	8

As normas expedidas pelas autoridades monetárias no decorrer do ano findo pertinentes à área consubstanciaram-se nas Resoluções de n.ºs 80, 87 e 104. A primeira delas limitou, durante os quatro primeiros meses do ano, as operações ativas dos bancos de investimento, com intuitos anti-expansionistas. A de n.º 87 revigorou a faculdade atribuída a essas instituições de prestar aceites cambiais e, finalmente, a de n.º 104 prorrogou essa concessão por três anos, estabelecendo, ainda, tetos operacionais e limites bem definidos para seus campos de atuação.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Até recentemente as Caixas Econômicas atravessavam sensível crise financeira. A causa direta dêsse fato era a existência de uma inflação intensa que, conjugada à prática da concessão de empréstimos hipotecários a juros irreais e a prazos excessivamente longos, levavam tais instituições a uma situação difícil.

Posteriormente, por fôrça de lei, as Caixas Econômicas integraram-se no Sistema Financeiro de Habitação, passando a operar segundo os princípios da Correção Monetária. A utilização dessa sistemática, aliada à diminuição da taxa de desvalorização da moeda, ensejou a obtenção de melhores resultados para as aplicações, oferecendo, assim, meios adequados à superação das dificuldades apontadas.

Da mesma forma, a racionalização dos serviços decorrente da mecanização intensiva dos serviços e a ampliação da rêde de agências também muito contribuíram para que o público utilizasse com interêsse cada vez maior as facilidades proporcionadas pelas diversas carteiras peculiares às Caixas Econômicas, notadamente a Hipotecária e a de Penhôres.

Dentre as operações passivas destaca-se o aumento de 56 % nos depósitos a prazo fixo com correção monetária, situando-se os depósitos à vista pràticamente no mesmo nível do ano anterior. As "demais exigibilidades" cresceram acentuadamente (117 %), a ponto de aparentarem volume equivalente aos depósitos à vista. Dentre os itens constantes desta conta, destacam-se os valôres de empréstimos do Banco Central a tais entidades.

Os empréstimos hipotecários com NCr$ 457,7 milhões constituem ainda o item mais importante das operações ativas, como acontece tradicionalmente. A diversificação, entretanto, já se verifica, tendo o item "Outras Aplicações", que se apresentava sem importância há 2 anos atrás, um saldo de NCr$ 315,8 milhões, sendo que as operações ligadas ao financiamento de bens de consumo durável são das mais importantes em sua composição.

BALANCETE CONSOLIDADO DAS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS (1)
Consolidated Balance Sheet of Federal Savings Bank (1)

A T I V O

PERÍODO	ENCAIXE	CAIXA EM OUTRAS ESPÉCIES	EMPRÉSTIMOS — Penhôres	Consigna-ções	Hipotecários	Especiais s/caução	Garantias Simultâneas	Outros	Total	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS CRÉDITOS	IMÓVEIS	IMOBILIZADO	TOTAL DO ATIVO
1967														
Março	46,6	8,1	55,7	122,5	155,0	21,6	6,3	101,9	463,0	119,0	115,2	16,0	20,1	809,9
Junho	62,7	4,9	60,0	132,8	171,0	22,8	5,9	114,3	506,8	115,7	115,2	16,1	20,4	851,5
Setembro	86,3	12,4	65,0	133,0	189,9	24,5	5,6	135,0	553,1	117,5	108,1	15,3	23,1	915,5
Dezembro	160,2	24,1	66,8	143,8	206,9	28,1	5,3	164,6	615,6	129,0	125,7	20,8	41,8	1 117,2
1968														
Março	79,5	8,1	71,4	149,3	241,6	30,9	4,8	200,9	698,9	153,6	127,0	21,9	43,9	1 132,9
Junho	69,2	11,9	73,8	154,5	294,8	31,8	4,4	230,8	790,1	157,7	167,2	12,4	50,6	1 259,1
Setembro	66,3	17,8	76,3	169,4	392,0	37,5	4,1	287,3	966,6	167,5	154,8	16,0	53,1	1 442,1
Dezembro	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

BALANCETE CONSOLIDADO DAS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS (1)
Consolidated Balance Sheet of Federal Saving Banks (1)

SALDOS EM FIM DE MÊS OU ANO

P A S S I V O

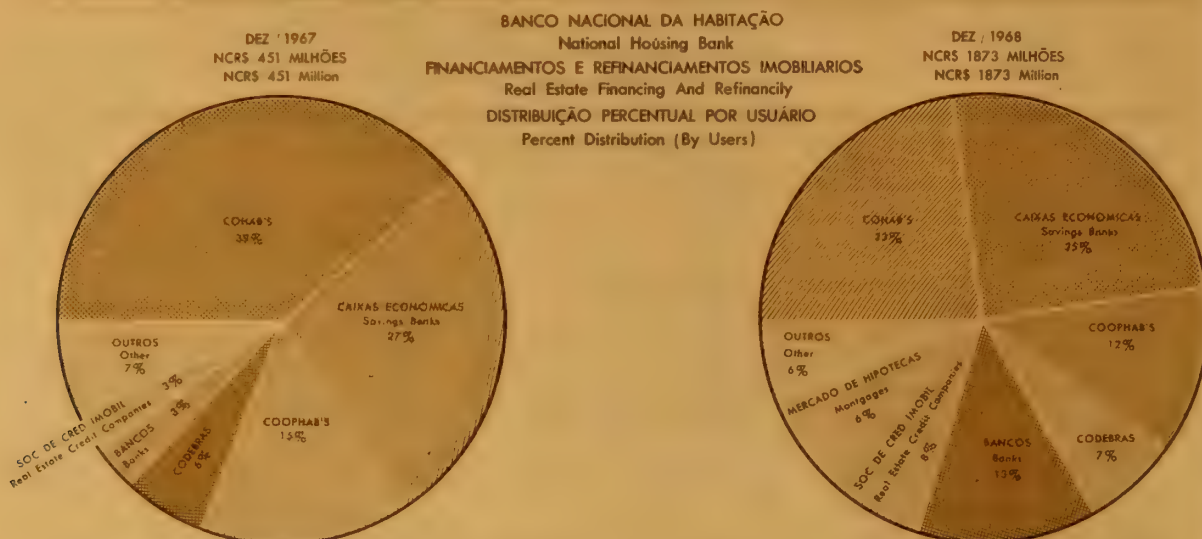
PERÍODO	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS DE TERCEIROS — Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Demais exigibilidades	Total	TOTAL DO PASSIVO
1967						
Março	78,2	441,7	78,0	190,5	710,2	788,4
Junho	94,3	449,7	99,6	208,2	757,5	851,8
Setembro	98,5	471,8	128,4	217,1	817,3	915,8
Dezembro	150,4	587,4	155,1	224,3	966,8	1 117,2
1968						
Março	159,1	541,7	146,2	285,9	973,8	1 132,9
Junho	183,2	528,3	182,4	365,2	1 075,9	1 259,1
Setembro	231,6	550,5	209,4	450,6	1 210,5	1 442,1
Dezembro	...	...	...	...		

(1) Compreende as Caixas Econômicas Federais de São Paulo, [illegible] e Brasília, que representam 84% do Ativo de [illegible]
(1) Includes Federal Savings Banks of São Paulo, Rio de Janeiro, [illegible] as they hold 84% of assets of 1967.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH)

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), principal fonte de recursos do Plano Nacional de Habitação, apresentou um incremento de arrecadação líquida de cêrca de 170 % em relação ao período anterior.

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
Guarantee Fund of Time of Service

PERÍODO *Period*	ARRECADAÇÃO BRUTA *Gross Receipts*	RESSARCIMENTOS EFETUADOS (—) *Indemnities Paid*	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA *Net Receipts*	POSIÇÃO LÍQUIDA *Net Position*
1967				
Abril	63	0	63	63
Maio	61	0	61	124
Junho	64	1	63	187
Julho	66	1	65	252
Agôsto	65	1	64	316
Setembro	74	2	72	388
Outubro	71	2	69	457
Novembro	70	5	65	522
Dezembro	77	7	70	592
1968				
Janeiro	82	8	74	666
Fevereiro	91	9	82	748
Março	128	11	117	865
Abril	94	12	82	947
Maio	89	16	73	1 020
Junho	94	17	77	1 097
Julho	98	19	79	1 176
Agôsto	104	24	80	1 256
Setembro	109	24	85	1 341
Outubro	112	23	89	1 430
Novembro	107	22	85	1 515
Dezembro	115	30	85	1 600

INCLUSIVE AS CARTEIRAS IMOBILIARIAS DAS SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Includes Real Estate Departments of Credit Companies, And Financing And Investment Concerns

O BNH é a entidade gestora do FGTS; atualmente cêrca de 80 % das operações do BNH são relativas aos recursos do FGTS. Os Financiamentos e Refinanciamentos Imobiliários do BNH aumentaram de 300 % em 1968, elevando-se a NCr$ 1 870 milhões. A distribuição percentual dos empréstimos alterou-se bastante, tendo as COHABs decrescido de 39 % em 1967, para 23 % em 1968, substituídas que foram pelas Sociedades de Crédito Imobiliário e Bancos como destinatários dos empréstimos do BNH.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
National Housing Bank

NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	DEZ./67	DEZ./68
Financiamentos e Refinanciamentos Imobiliários .... *Real Estate Financing and Refinancing*	451	1 873
A Caixas Econômicas	121	461
A Cohab's	171	438
A Coophabs (1)	68	224
A Sociedade de Crédito Imobiliário .... *Real Estate Credit Companies*	13	148
Ao Mercado de Hipotecas .. *To Mortgages*	3	105
A Bancos .... *To Banks*	14	254
A Codebras	28	126
Outros .... *Other*	33	117

(1) Inclusive Carteiras Imobiliárias das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos.
Includes Real Estate Departments of Credit Companies and Financing and Investment Concerns.

O BNH praticou uma política imobiliária das mais eficientes em 1968.

Enquanto seus recursos oriundos do FGTS cresciam de 170 %, os recursos mobiliários do banco mantiveram-se estáveis, orientando-se, realmente mais por uma política de auxílio às Sociedades de Crédito Imobiliário do que por necessidade de aplicar recursos ociosos por falta de projetos. Na realidade, os números parecem indicar que não houve falta de projetos em 1968.

INVESTIMENTOS MOBILIARIOS
Real Estate Investments

SALDO EM FIM DE MÊS
Balance at End of Month

NCr$ MILHÕES

PERÍODO *Period* / DISCRIMINAÇÃO *Specification*	DEZ. 67	DEZ. 68
Letras Imobiliárias .... *Real Estate Bills*	75	103
O.R.T.Ns. .... *Purchase Power Clause Bills*	341	322
Outros *Other*	—	—
TOTAL	416	425

O BNH administra também o FIMACO — Fundo de Financiamento de Materiais de Construção. Dos cinco subprogramas do FIMACO, encontram-se já em funcionamento o REINVEST e o RECON. O primeiro — que financia ou refinancia o investimento no ativo fixo das emprêsas produtoras e distribuidoras de materiais de construção — visa, principalmente, a criação de novas indústrias e ampliação das atualmente existentes, além da aquisição de equipamento utilizável por emprêsas transportadoras e distribuidoras.

O RECON — que financia ou refinancia o consumidor de materiais de construção — apresentou um elevado desenvolvimento durante o ano de 1968, com cêrca de 80 % do total das aplicações do FIMACO.

APLICAÇÕES DO FIMACO
Investments FIMACO

SALDO EM FIM DE MÊS

PERÍODOS *Periods* / PROGRAMA *Programs*	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
REINVEST				2	2	3	3	3	4	4	4	4
RECON	—	—	—	—	—	—	—	—	1	5	10	16
TOTAL	1	2	2	2	2	3	3	3	5	9	14	20

Finalmente, cabe assinalar o notável desenvolvimento do Mercado de Hipotecas em 1968.

Os créditos hipotecários, representados por cédulas hipotecárias geradas no setor privado da economia, são repassados ao BNH a fim de promover, a par do desafôgo financeiro, a segurança, rentabilidade e liquidez do sistema.

Dêsse modo pode o BNH aplicar parte dos recursos oriundos do FGTS em financiamentos rendáveis e seguros, compensando, de certo modo, os resultados institucionalmente mais modestos de suas outras aplicações.

O Mercado de Hipotecas apresentava, em 31-12-68, o seguinte desenvolvimento:

NCr$ MILHÕES

PROJETOS APROVADOS: 296	
Investimento	1 128
Financiamento	702
Unidades habitacionais envolvidas	45 672
PROMESSAS ASSINADAS: 269	
Investimento	894
Financiamentos	550
Unidades habitacionais envolvidas	35 648

SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

As operações passivas das Sociedades de Crédito Imobiliário e das Carteiras de Crédito Imobiliário das Financeiras são resultantes bàsicamente da emissão de letras imobiliárias e, em menor escala, de captação de depósitos de poupança.

As Letras Imobiliárias, integralmente garantidas pelo BNH, apresentam correção monetária em valôres equivalentes às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Incentivos especiais são dados aos compradores de tal papel, destacando-se que a legislação do Impôsto de Renda permite o abatimento da renda bruta em até 30 % das quantias aplicadas na subscrição de tais letras nominativas ou ao portador, quando êste optar pela identificação. Além disto, até determinado limite, os juros proporcionados por êsses títulos estão isentos de incidência fiscal.

LETRAS IMOBILIÁRIAS
Real Estate Bills

PERÍODOS *Periods*	COLOCAÇÃO LÍQUIDA JUNTO AO PÚBLICO *Net Sales to private sector*		COLOCAÇÃO LÍQUIDA JUNTO AO BNH *Net Sales through National Housing Bank*		TOTAL ACUMULADO *Total Accumulated*
	Mensal *Monthly*	Acumulada *Accumulated*	Mensal *Monthly*	Acumulada *Accumulated*	
1966 — Julho	0	0	—	—	0
Agôsto	1	1	—	—	1
Setembro	0	1	—	—	1
Outubro	0	1	0	0	1
Novembro	3	4	1	1	5
Dezembro	3	7	4	5	12
1967 — Janeiro	3	10	0	5	15
Fevereiro	2	12	1	6	18
Março	6	18	2	8	26
Abril	6	24	3	11	35
Maio	9	33	6	17	50
Junho	10	43	10	27	70
Julho	11	54	5	32	86
Agôsto	15	69	10	42	111
Setembro	18	87	8	50	137
Outubro	20	107	11	61	168
Novembro	21	128	6	67	195
Dezembro	12	140	8	75	215
1968 — Janeiro	10	150	5	80	230
Fevereiro	11	161	0	80	241
Março	19	180	0	80	260
Abril	34	214	0	80	294
Maio	35	249	2	82	331
Junho	29	278	1	83	361
Julho	28	306	0	83	389
Agôsto	25	331	5	88	419
Setembro	36	367	3	91	458
Outubro	29	396	3	94	490
Novembro	27	423	4	98	521
Dezembro	38	461	6	104	565

Os depósitos de poupança nas emprêsas de Crédito Imobiliário têm evoluído de forma extremamente favorável, embora suas operações tenham se iniciado, efetivamente, no decorrer do ano. Tais depósitos, sujeitos a correção monetária trimestral segundo o critério do menor saldo ocorrido no período, têm total liquidez, se bem que não sejam retirados por cheques, mas sim através de cadernetas.

CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPANÇAS NAS SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

1968

MESES	NCr$ MILHÕES
Abril	25.8
Maio	27.8
Junho	34.9
Julho	41.5
Agôsto	43.5
Setembro	36.5
Outubro	43.6
Novembro	48.5

ASSOCIAÇÕES DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO

O Decreto-lei n.º 70, de 1966, autorizou o funcionamento das Associações de Poupança e Empréstimo (APE's), na forma de sociedades mútuas, de âmbito regional, sem finalidade de lucro, dotadas de personalidade jurídica como sociedades civis. Seu objetivo é o de proporcionar aos associados a aquisição de casa própria, incentivando e disseminando, paralelamente, o hábito de poupança.

Os recursos das APE's são oriundos de depósitos de associados, de créditos especiais obtidos junto ao BNH e de empréstimos ou financiamentos contraídos no País ou no exterior, desde que autorizados pelo BNH. Como fontes secundárias poderão ainda utilizar-se de refinanciamentos de aplicações e de reservas acumuladas.

Espera-se que os depósitos de poupança venham a se constituir como o item principal das operações passivas das entidades. Tais depósitos são sujeitos a correção monetária, sendo que, eventualmente, ao término de cada período semestral, terão direito aos dividendos. A participação da diretoria no lucro das APE's não pode ser superior a 5 % dos lucros totais de modo a manter a finalidade de entidade sem fim lucrativo.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO PÚBLICO — APE's

SALDO EM FIM DE MÊS
1968

MESES	NCr$ MILHÕES
Junho	4
Julho	7
Agôsto	12
Setembro	16
Outubro	[illegible]
Novembro	[illegible]

As primeiras entidades entraram em efetivo funcionamento em junho de 1968, tendo o BNH autorizado a existência de 27 unidades, das quais 23 se encontram em efetivo funcionamento. As captações de recursos já atingem a NCr$ 27 milhões.

As aplicações das APE's podem ser feitas em financiamentos imobiliários, na aquisição de Letras Imobiliárias, Obrigações Reajustáveis do Tesouro e de Cédulas Hipotecárias, bem como sob a forma de depósitos em instituições federais de crédito ou no próprio BNH.

MERCADO DE AÇÕES

O ano de 1968 foi bastante compensador para as Bôlsas, tanto na rentabilidade, quanto no cômputo do volume de negócios com papéis de risco.

Dados relativos às Bôlsas de Valôres do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte indicam que o volume total de negócios (excluídas as letras de câmbio) elevou-se em 12 % em relação ao ano anterior. Em contrapartida, as ações de emprêsas, consideradas isoladamente, apresentaram um incremento de 46 % (Rio de Janeiro, 43 %, e São Paulo, 73 %), passando a média diária dos negócios, de NCr$ 600 mil em 1967 para NCr$ 900 mil em 1968.

O índice "BV" apresentou valorização de 65 % que, entretanto, não chegou a alcançar a registrada durante o ano anterior (73 %). Tal resultado — muito superior ao proporcionado por papéis do mercado financeiro — poderia ainda tornar-se mais expressivo não fôra o clima de tensão a que foi submetido o mercado durante grande parte do ano. No final do ano, sob o impacto de medidas saneadoras e de incentivos baixadas pelo Executivo, verificou-se recuperação efetiva dos negócios, ocasionando, inclusive, no dia 30 de dezembro, um recorde absoluto nas cotações e no volume transacionado.

O quadro abaixo compara a rentabilidade das ações, da forma como foi apropriada pelos indicadores mais conhecidos:

ÍNDICES DE RENTABILIDADE
Indexes Returns

1968

BASE : 2-1-68 = 100

MESES	ÍNDICE «BV» (Rio)	ÍNDICE «BVSP» (São Paulo)	ÍNDICE «SN»
Janeiro	106.4	102.9	105.4
Fevereiro	114.9	113.7	115.4
Março	125.1	128.7	128.6
Abril	136.2	148.1	142.2
Maio	159.0	178.0	165.5
Junho	151.0	163.2	154.1
Julho	151.3	163.9	153.2
Agôsto	147.7	164.4	149.3
Setembro	152.3	181.1	152.8
Outubro	153.2	180.5	152.9
Novembro	150.6	180.2	149.1
Dezembro	153.3	184.4	150.5

O rendimento proporcionado por papéis financeiros tem, paulatinamente, evoluído para níveis mais modestos, favorecendo assim as ações. As letras de câmbio, por exemplo, que em dezembro de 1967 proporcionavam aos tomadores a renda média ponderada de 2,56 % a.m. para aplicações a 180 dias, em dezembro de 1968 apresentavam êsse percentual reduzido para 2,48 %.

Contudo, a pedra de toque do mercado continuou a ser o Decreto-lei 157. A expectativa de aprovação pelo Legislativo da continuação, em 1968, das deduções fiscais concedidas às pessoas jurídicas não se concretizou inicialmente. Tal fato ensejou o fechamento das principais Bôlsas do País nos dias 13, 14 e 15 de março, a título de defesa dos interêsses dos investidores. Logo a seguir, entretanto, a aprovação da matéria foi conseguida através de projeto do Executivo. Mais tarde, em meados

de maio, ao se verificar a existência de um clima de anormal euforia, agiu prontamente o Banco Central, fazendo com que os negócios em Bôlsa retornassem à sua verdadeira dimensão.

A reformulação definitiva do Decreto-lei 157 sòmente viria a se processar no final do ano, quando as cotações realmente aumentaram violentamente, como que para compensar a estabilidade que ocorria desde maio.

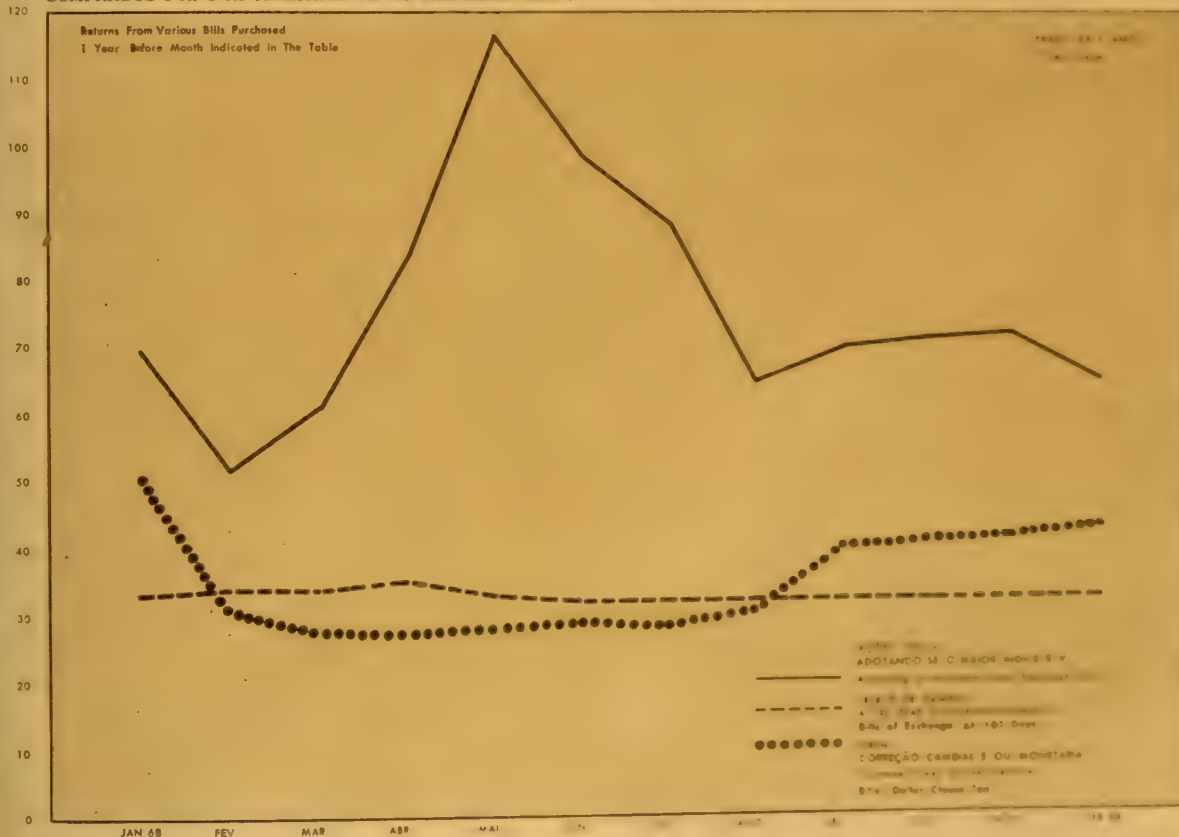
Conforme a sistemática vigente, os Fundos 157 têm que ser obrigatòriamente mantidos em depósito no Banco do Brasil, até sua aplicação definitiva em ações. Conforme se observa, após maio, tais fundos cresceram violentamente, dado a impossibilidade de se conseguir negócios que satisfizessem seus administradores. A partir de outubro ocorreu decréscimo, que pràticamente se manteve em dezembro, dado as notícias de revisão dos critérios.

FUNDOS DO DECRETO-LEI 157 EM DEPOSITO NO BANCO DO BRASIL

1968

MESES	NCr$ MILHÕES
Janeiro	12 337
Fevereiro	10 514
Março	9 752
Abril	9 949
Maio	17 392
Junho	[illegible]
Julho	28 027
Agôsto	32 279
Setembro	34 772
Outubro	34 592
Novembro	[illegible]
Dezembro	30 782

Os Fundos Mútuos de Investimento atuaram benèficamente sôbre a Bôlsa. Durante o ano a venda de quotas foi superior ao volume de resgates, salvo por curto período durante o mês de junho.

RENDIMENTOS PROPORCIONADOS POR DIVERSOS PAPÉIS COMPRADOS 1 ANO ANTERIORMENTE AO MÊS ASSINALADO

FINANÇAS PÚBLICAS

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

COMPOSIÇÃO DA DESPESA

FINANCIAMENTO DO DEFICIT

DÍVIDA PÚBLICA

FINANÇAS PÚBLICAS

A política fiscal continuou a ser orientada com vistas a acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico e permitir novos avanços no combate à inflação. A poupança orçamentária em conta corrente, que é um indicador importante do esfôrço governamental antiinflacionário e de elevação da taxa de capitalização do País, teve comportamento amplamente favorável em 1968. Em relação ao ano anterior essas economias correntes cresceram de 66,5 % (NCr$ 1 176,2 milhões), e como percentagem do Produto Interno Bruto passaram de 3,0 % em 1967 para 3,8 % em 1968.

PRINCIPAIS ITENS ORÇAMENTÁRIOS

PERCENTAGEM DO PIB

Federal Budget: Receipts as % of GDP

ITENS	1967	1968
I — Receitas Correntes	11,5	13,1
II — Despesas Correntes	8,5	9,3
III — Poupança Corrente	3,0	3,8
IV — Despesas de Capital ...	5,1	5,3
V — Deficit	2,1	1,6

FONTE : Comissão de Programação Financeira.

Êsse resultado orçamentário favorável, permitindo que cêrca de 70 % das despesas de capital fôssem cobertas com poupanças correntes, daria lugar a que o financiamento residual dos investimentos públicos federais se processasse através da colocação de títulos públicos em montante relativamente modesto. Entretanto, dado os níveis relativamente baixos a que alcançava a rentabilidade dêsses títulos, em virtude bàsicamente do comportamento decrescente dos preços, as Autoridades Financeiras preferiram não insistir no levantamento de recursos por êsse mecanismo, a fim de não encarecer o custo do financiamento para o setor privado de produção.

Nessas condições, o deficit orçamentário final teve de ser coberto, em grande proporção, através de financiamento direto pelas Autoridades Monetárias, embora a expressão, em têrmos reais, dêsse financiamento, não tenha aumentado de forma importante em relação à do ano anterior (NCr$ 699,0 milhões em 1967 e NCr$ 1 078,9 milhões em 1968).

A obtenção dêsse resultado é tão mais significativa se se consideram as fortes pressões a que estêve sujeito o orçamento federal, quer em decorrência da política de estímulos aos investimentos privados, através dos incentivos fiscais, quer em virtude da vinculação de parte ponderável da receita orçamentária, especialmente aquelas destinadas a alimentar o "Fundo de Participação a Estados e Municípios".

Os recursos de natureza fiscal (SUDENE, SUDAM, EMBRATUR, SUDEPE, etc.) colocados à disposição do setor privado, como resultado da política de incentivos, alcançaram a cifra de NCr$ 817,2 milhões, correspondentes a 8 % da receita total. Por sua vez, as transferências de receitas vinculadas para Estados e Municípios foram da ordem de NCr$ 1 433,1 milhões, correspondendo a 20 % sôbre a arrecadação dos impostos de renda e sôbre produtos industrializados e a cêrca de 14,0 % da receita orçamentária total. Se adicionarmos a êsse último tipo de transferência a parcela de recursos vinculada a programas de infra-estrutura sob responsabilidade do Govêrno Federal decorrentes dos impostos únicos de combustíveis minerais e energia elétrica, verifica-se que a receita disponível, como proporção da receita total, situou-se em 69 %, caindo assim em relação ao nível de 73 % registrado no ano anterior.

RECEITA DISPONÍVEL, RECEITA VINCULADA E INCENTIVOS FISCAIS
Federal Budget — Receipts

DISCRIMINAÇÃO	VALÔRES EM NCr$ MILHÕES		ACRÉSCIMOS %	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA ORÇAMENTÁRIA %	
	1967	1968	1968/67	1967	1968
Receita Orçamentária	6 562,0	10 275,4	+ 53,0	100,0	100,0
Disponível	4 742,0	7 080,1	+ 44,3	73,0	69,0
Vinculada	1 820,0	3 195,3	+ 75,8	27,0	31,0
— Programas :					
De infra-estrutura	1 205 0	1 762,2	+ 46,8	18,0	17,0
A cargo dos Estados e Municípios	615,0	1 433,1	+ 133,0	9,0	14,0
Incentivos Fiscais	525,0	817,2	+ 55,7	8,0	8,0
Receita Extra-Orçamentária	—	78,7	—	—	—

A despeito dessa maior rigidez do orçamento federal, constitucionalmente estabelecida, procurou o Govêrno Federal não comprometer o seu esfôrço direto de capitalização. Isso se tornou, em parte, possível graças à adoção de medidas orçamentárias que levaram a uma compressão proporcionalmente mais forte sôbre as despesas correntes da Administração Direta. As despesas correntes da Administração Direta, em relação às despesas totais, caíram de 28,9 % para 25,8 %, queda essa que, embora em boa parte reflita os efeitos da descentralização de pagamentos de pessoal de Órgãos vinculados aos diversos Ministérios, indica também o grau dos esforços realizados no sentido de manter-se em níveis satisfatórios os investimentos públicos.

DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
Federal Budget — Expenditure

DESPESAS	VALÔRES A PREÇOS CORRENTES EM NCR$ MILHÕES		RELAÇÕES PERCENTUAIS	
	1967	1968	1967	1968
1 — Correntes	**5 044,2**	**7 329,3**	**62,7**	**63,7**
Aquisição de Bens e Serviços	3 126,7	2 966,4	38,9	25,8
Transferências	1 917,5	4 362,9	23,8	37,9
2 — Capital	**2 994,6**	**4 172,8**	**37,3**	**36,3**
Investimentos	729,5	909,1	9,1	7,9
Transferências	2 265,1	3 263,7	28,2	28,4
TOTAL	**8 038,8**	**11 502,1**	**100,0**	**100,0**

A política fiscal também alcançou outros objetivos. A ativação da despesa orçamentária, nos primeiros meses do ano, refletiu o uso dessa política num sentido compensatório, procurando o Govêrno Federal estimular as atividades econômicas no período em que a demanda privada se mostrava deficiente. Os dados sôbre a execução de caixa do Tesouro Nacional mostram que 71,8 % do deficit total do exercício foram concentrados no primeiro semestre, sendo de notar ainda que a antecipação de despesas nos dois primeiros meses levou à realização de um deficit de caixa que correspondeu a 33,9 % do resultado final do ano, demonstrando assim os esforços da política fiscal no sentido de estabilizar a demanda a níveis de emprêgo e produção elevados.

EXECUÇÃO DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL
Treasury: Cash Receipts and Expenditures

NCR$ MILHÕES

PERÍODO *Period*	RECEITA *Receipts*	DESPESA *Expenditures*	DEFICIT *Deficit*	% DEFI[illegible] *% Deficit/ Receipts*
1.º semestre	4 294,9	5 176,5	71,8	20,5
2.º semestre	5 980,5	6 325,6	345,1	5,8
TOTAL	10 275,4	11 502,1	881,6	11,9

Já no final do ano, e com efeitos projetados para o ano seguinte, tomaram-se medidas de caráter fiscal visando criar condições para um maior desenvolvimento do mercado de capitais, através de uma taxação mais moderada de dividendos de ações ao portador; reformulou-se a participação dos contribuintes aos incentivos decorrentes do Decreto-lei 157, de modo a manter a integridade das cotações no mercado de ações e estimular principalmente a pessoa física a um melhor conhecimento e contacto com o mercado de papéis; procedeu-se à tributação das letras de câmbio, em escalas decrescentes com o prazo de emissão, visando não sòmente carrear recursos para o Tesouro mas, principalmente, estimular de maneira indireta o mercado de ações.

Maior realidade contábil-fiscal será alcançada a partir do próximo ano com as medidas tomadas no campo empresarial em fins de 1968. Isentou-se até 30-6-69 do impôsto de 15 % das incorporações das reservas tributadas ao capital das emprêsas, e principalmente, visando a preservação do capital de giro em níveis realistas, autorizou-se as emprêsas a procederem à correção monetária do capital de giro, de forma parcelada, de modo a não causar problemas de Caixa ao Tesouro, e até um máximo de 20 % de perda no Impôsto de Renda a ser pago se não existisse tal mecanismo.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

A programação da despesa de caixa do Tesouro Nacional, para o exercício de 1968, foi instituída pelo Decreto 62 316, de 23-2-1968. Ao baixar êsse decreto, o Executivo levou em conta o afastamento entre as despesas potenciais e aquela fixada na Lei de Meios e que resultava da existência de resíduos passivos de exercícios anteriores no montante de NCr$ 850 milhões, a previsão de abertura de créditos adicionais no valor de NCr$ 200 milhões, a aprovação do aumento do funcionalismo e insuficiências orçamentárias que elevaram a despesa de pessoal de NCr$ 918,3 milhões, tornando previsível um deficit de caixa de NCr$ 1 973,3 milhões.

Tendo em vista essas despesas potenciais e levando em conta que o quantitativo da receita havia sido superestimado, foi instituído, pelo citado decreto, um Fundo de Contenção de NCr$ 600,0 milhões, integrado por créditos orçamentários dos Órgãos do Poder Executivo, os quais foram considerados indisponíveis, exceto quanto aos projetos prioritários das denominadas áreas estratégicas, que não sofreram contenção.

Os valôres finais estabelecidos no decreto fixavam a despesa em NCr$ 10 983,2 milhões e

a receita em NCr$ 9 785,5 milhões, com um deficit estimado, portanto, de NCr$ 1 197,7 milhões.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

A receita orçamentária alcançou no exercício a cifra de NCr$ 10 275,4 milhões, dos quais, conforme anteriormente citado, apenas 69 % representavam recursos disponíveis para a Administração Direta. Os demais 31 % representaram receitas comprometidas, por vinculações estabelecidas constitucionalmente.

Os quatro tributos principais — impôsto sôbre produtos industrializados, renda, impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes e importação — responderam por uma crescente proporção da arrecadação total (93,7 % em 1968 contra 87,3 % em 1967).

O impôsto sôbre produtos industrializados (IPI) é o item isolado mais importante da receita e o crescimento de sua arrecadação (79,9 %), superando ao dos demais tributos, levou a que sua participação no total da receita aumentasse expressivamente em relação ao ano anterior (41,2 % em 1967 para 49,2 % em 1968). A causa determinante dêsse comportamento foi o próprio crescimento das transações. Outros fatôres, entretanto, operaram nesse mesmo sentido. O primeiro consistiu no aumento de alíquotas no início do ano, com o que se procurou fazer face ao aumento de pessoal, não previsto na Lei Orçamentária. A segunda razão, que afetou o comportamento dêsse tributo em relação ao ano anterior, refere-se à medida que permitiu o aumento do intervalo entre a data da transação e a do recolhimento do impôsto. Como decorrência dessa mudança, uma parcela aproximada de NCr$ 267,0 milhões deixou de ser recolhida em 1967, contribuindo, assim, para melhorar, em 1968, a posição dêsses impostos comparativamente ao ano anterior.

O impôsto de importação mostrou taxa de crescimento (79,5 %) que ficou apenas ligeiramente abaixo do crescimento da receita do IPI. A expansão das importações, que alcançou níveis recordes, e os aumentos nas bases do cálculo por ajustamento das taxas de câmbio, explicam bàsicamente êsse comportamento. É de se ressaltar que o aumento verificado nas alíquotas no início do ano não exerceu nenhum efeito líquido, uma vez que apenas refletiu a incorporação à tarifa da antiga taxa de despacho aduaneiro, abolida a partir de janeiro. Medidas tomadas ao final do ano, levando a um aumento das tarifas aplicadas às mercadorias que compunham a antiga categoria especial e reduzindo o valor da isenção da bagagem pessoal, não chegaram a produzir efeitos no exercício. Cabe assinalar finalmente o largo uso que se fêz em 1968 dêsse tipo de tributo como incentivo fiscal aos investimentos, através da isenção do impôsto à importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional.

Quanto ao impôsto de renda, o seu crescimento (34,7 %) foi mais modesto em relação aos demais citados e sua participação sôbre a receita total caiu correspondentemente (23,6 % em 1967 para 21,1 % em 1968). Na verdade, não foram introduzidas modificações na estrutura do impôsto capazes de justificar um crescimento mais rápido de sua arrecadação. A política de incentivos fiscais, preponderantemente apoiada no impôsto de renda, foi mantida em linhas gerais nas mesmas bases do ano anterior. Por sua vez, a ampliação da base de isenção dos recolhimentos na fonte pode ter tido efeito, ainda que reduzido, num sentido de uma menor arrecadação.

No grupo dos impostos únicos o incidente sôbre combustíveis e lubrificantes mostrou taxa de aumento de 47,3 %, crescendo o impôsto sôbre energia de 30,7 % e apenas o impôsto sôbre minerais apresentou taxa de acréscimo (101 %) inferior à dos preços.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA

A despesa de caixa do Tesouro Nacional alcançou a cifra final de NCr$ 11 502,1 milhões, no exercício. Comparados os dois grandes grupos de contas — correntes e de capital — verifica-se ter havido uma alteração de apenas

um ponto de percentagem no sentido de um maior crescimento das despesas correntes. As alterações dentro de cada um dêsses grupos foram, entretanto, marcantes.

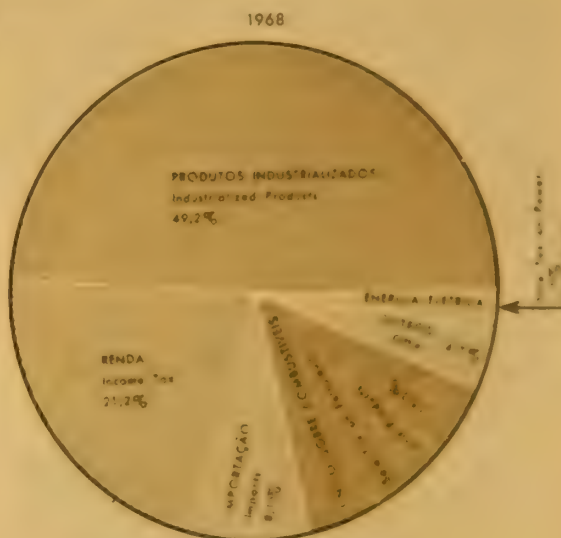
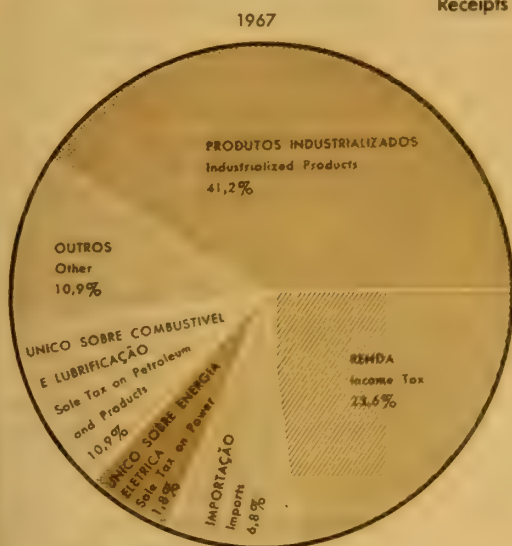
O comportamento das despesas correntes mostra ter havido forte redução nos gastos da Administração Direta, a qual foi compensada por um aumento ligeiramente maior nas transferências correntes. O deslocamento entre êsses dois subgrupos de contas se explica, em grande parte, como devido à inclusão das transferências das vinculações à tributação e aos efeitos da descentralização dos pagamentos de pessoal de órgãos vinculados aos diversos Ministérios. É de se notar que as transferências para Estados e Municípios, que em 1967 havia sido possível manter-se abaixo dos níveis fixados, já em 1968 tiveram que se fazer dentro dos níveis constitucionalmente fixados — as transferências realizadas em 1967 corresponderam a 14 % da arrecadação dos impostos de renda e sôbre produtos industrializados, enquanto em 1968 passaram para o nível de 20 % — o que certamente concorreu para um crescimento mais rápido daquelas transferências.

Os esforços de contenção das despesas de custeio do Govêrno Federal, não sòmente da Administração Direta como da Indireta, foram importantes. Uma indicação dêsse fato é dada pelos níveis das transferências para as autarquias de transporte, que graças a uma política adequada de tarifas e preços e de contrôle das despesas administrativas mostraram uma participação menor em relação aos gastos totais.

Quanto às despesas de capital, observou-se redução nos investimentos realizados pela Administração Direta, que superou o ligeiro acréscimo nas transferências para gastos de capital. Êsse ligeiro acréscimo nas transferências de capital, por sua vez, foi, em grande parte, devido ao aumento dos investimentos a cargo dos Estados e Municípios, uma vez que os recursos federais colocados à disposição das autarquias de transporte mostraram redução.

FINANCIAMENTO DO DEFICIT

O deficit de caixa do Tesouro Nacional foi financiado preponderantemente pelas Autoridades Monetárias. Para um resultado final de NCr$ 1 226,7 milhões, as Autoridades Monetárias supriram NCr$ 1 078,9 milhões, cabendo ao público cobertura da parcela restante de NCr$ 147,8 milhões.

É de se ressaltar o fato de o deficit ter-se mantido em nível aproximadamente igual ao do ano anterior, o que representou, portanto, expressiva redução em têrmos reais. Por outro lado, é importante notar que o financiamento da parte preponderante do deficit, pelas Autoridades Monetárias, deveu-se bàsicamente ao fato de se haver seguido uma política de dívida pública moderada, de forma a não serem afetadas negativamente as condições de levantamento de recursos pelo setor privado de produção.

DÍVIDA PÚBLICA

Sob o ponto de vista quantitativo, a parcela relevante da dívida pública é representada pelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). O saldo monetàriamente corrigido dessas obrigações mostrou, em relação ao ano anterior, um aumento de NCr$ 732,2 milhões, enquanto que os saldos dos demais itens componentes dessa dívida ou permaneceram sem variação — Comprovantes de Empréstimos Compulsórios — ou mostraram ligeira redução — Títulos de Recuperação Financeira e Obrigações do Reaparelhamento Econômico.

OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA

Internal Debt Operations

NCr$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1965	1966	1967	1968
Títulos de Recuperação Financeira e Obrigações do Reaparelhamento Econômico	41.1	40 8	45.7	31.6
Comprovantes de Empréstimos Compulsórios	128.6	128.7	128.8	1 28.8
Obrigações Reajustáveis	430.0	1 675.0	2 838.3	128.8
TOTAL	599.7	1 844,5	3 012,8	3 730,9

FONTES : Banco Central e Ministério da Fazenda
Obs. : Exclui as operações com as Autoridades Monetárias.

O resultado financeiro da colocação das ORTNs foi, pois, levemente positivo, se bem que durante o ano tivesse sido predominantemente negativo. Tal posição reflete os efeitos deliberados da política adotada pela Autoridade Fazendária que manteve durante o ano a rentabilidade das ORTNs em nível de concorrência com os demais papéis financeiros. Assim. como pode ser observado no capítulo de *Taxas de Juros* dêste Relatório, as letras de câmbio apresentaram durante 5 meses do ano de 1968 rendimentos superiores aos das ORTNs, medidas estas pela maior rentabilidade proporcionada pela correção cambial e/ou monetária.

A colocação das ORTNs tem sido influenciada tradicionalmente pelo Poder Executivo e pelas Autoridades Monetárias, de modo a criar investidores institucionais, e outros permanentes. De qualquer forma, uma estimativa da distribuição de propriedade das ORTNs permite concluir que aproximadamente 1/3 de seu volume total, monetàriamente corrigido, encontra-se em poder de emprêsas e pessoas físicas que as adquiriram pelos atrativos normais do título. Trata-se, sem dúvida, de resultado dos mais favoráveis, principalmente quando se leva em consideração que parte importante dos 2/3 restantes de Obrigações foi adquirida em condições de plena voluntariedade, se bem que com estímulo da parte das autoridades financeiras.

RECEBIMENTOS LÍQUIDOS DO TESOURO NACIONAL POR CONTA DAS OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS EM 1968

Readjustable Bonds — Receipts & Payments in 1968

DISCRIMINAÇÃO	NCr$ MILHÕES
Receita de Colocação	1 404,3
Pagamento do Principal e Correção Monetária	— 1 183.8
Pagamento e Juros	— 195,6
Saldo Líquido	+ 24,9

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O PRAZO DE EMISSÕES EM 30-6-68

TIPO	
1 ano (6 % e 4 % a.a.)	27
2 a 5 anos (6 % a.a.)	14
2 anos (8 % e 5 % a.a.)	18
5 anos (8 % a.a.)	12
5 anos (10 % e 7 % a.a.)	10
20 anos (Doações)	0
Fundo de Indenização Trabalhista e Correção do Ativo Imobilizado	19
TOTAL	100

Deve-se destacar, finalmente, que uma parcela da dívida pública representada por títulos sem correção monetária foi resgatada pelo Banco Central, que promoveu, em certos casos, a substituição de tais títulos por ORTNs, de modo a uniformizar a dívida interna.

Em relação aos papéis não sujeitos à correção monetária, sua propriedade é quase que exclusiva do Banco Central, uma vez que se referem a operações de regularização de dívidas do Tesouro para com o Banco.

ESTIMATIVA DA DISTRIBUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES REAJUSTAVEIS EM 31-12-68 POR TIPO DE TOMADOR

Readjustable Bonds — Distribution

DISCRIMINAÇÃO	NCr$ MILHÕES
1 — Bancos Comerciais	[illegible]
a) Bancos Oficiais Federais	83.5
I — Encaixe «Disponível» — Circulares 85 e 116	0
II — Componente do Recolhimento Compulsório à ordem do Banco Central	29.6
III — Voluntàriamente Mantido como Aplicações dos Bancos	53.9
b) Bancos Privados e Estaduais	1 182.3
I — Encaixe «Disponível» — Circulares 85 e 116	3.5
II — Componente do Recolhimento Compulsório à ordem do Banco Central	[illegible]
III — Voluntàriamente Mantido como Aplicações dos Bancos	140.8
2 — Em Poder do Público : Aplicação Compulsória ou Alternativa para o Fundo de Indenização Trabalhista e Correção do Ativo Imobilizado	584.7
3 — Banco Nacional de Habitação	322.0
4 — Caixas Econômicas	156.1
5 — Empreiteiros	148.6
6 — Sociedades Corretoras e Bancos de Investimentos	33.1
7 — Companhias de Seguros e Instituto de Resseguros do Brasil	28.8
8 — Banco Central do Brasil	30.4
9 — Entidades Públicas	15.0
10 — Outras não especificadas	1 134.6
TOTAL GERAL	3 570.5

FONTE : Banco Central do Brasil

Os incentivos à compra das ORTNs por parte das Autoridades Monetárias são bastante importantes, destacando-se a faculdade dos bancos comerciais de cumprirem em Obrigações seus depósitos compulsórios à ordem do Banco Central, até 40 % do valor total exigido, sendo que êsse percentual era apenas de 20 % no início de 1968; os Bancos também podem comprar obrigações de no mínimo a 270 dias de prazo, segundo o esquema das Circulares n.os 85 e 116, em que o Banco Central garante recompra imediata de tais títulos após o 31.° dia da venda; a partir de dezembro/67, 50 % do incremento das reservas-técnicas das emprêsas de seguro devem ser utilizadas em ORTNs; os bancos comerciais e de investimento estão autorizados a aceitar as ORTNs como garantia das operações de repasse de recursos obtidos no exterior segundo o esquema da Resolução n.° 63.

No esquema de incentivos na área fazendária, além daqueles já tradicionais abatimentos na renda bruta, isenções de impôsto de renda da correção monetária, deve-se notar o extraordinário estímulo que representa a autorização de venda pelo Banco Central como agente financeiro da União, de obrigações de 1 ano já com até 90 dias de prazo decorrido da data de emissão. Tais incentivos carrearam recursos de NCr$ 184 milhões em 1968.

Na área específica do Banco Central iniciaram-se em 1968 as operações de mercado aberto, de modo a ativar os negócios do mercado de balcão e melhorar as cotações. Tais operações, realizadas no prazo de 24 horas, apresentaram NCr$ 241,6 milhões de compras em 1968, registrando-se NCr$ 188,4 milhões de vendas e apresentando um resultado financeiro líquido de + NCr$ 14,8 milhões.

PRODUTOS EM REGIME ESPECIAL

CONTA CAFÉ

CONTA AÇÚCAR

- *CENTRO - SUL*
- *NORTE - NORDESTE*
- *PREÇOS*

CONTA CACAU

CONTA TRIGO

PRODUTOS EM REGIME ESPECIAL

A participação do Govêrno Federal, através das Autoridades Monetárias, nas operações de financiamento, compra e venda de produtos de importação, exportação e consumo doméstico, tem alguma expressão, especialmente no que concerne à fixação de quotas de contribuição sôbre produtos exportáveis, tal como no caso do café, cacau e derivados dêste último.

A importância dessa atuação governamental pode-se aferir pelo exame das contas-produtos, particularizando-se, entre elas, o café, açúcar, cacau e trigo.

O resumo das contas mencionadas enseja o seguinte quadro, em que se observam, de 1966 a 1968, os saldos e fluxos de recursos das Autoridades Monetárias destinados, conjuntamente, ao processo de comercialização dos produtos em aprêço.

PRODUTOS EM REGIME ESPECIAL
Special Treatment Products

NCr$ MILHÕES
NCr$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	SALDO EM 31-12-65 *Balance 31-12-65*	SALDO EM 31-12-66 *Balance 31-12-66*	FLUXO EM 1966 *Flow 1966*	SALDO EM 31-12-67 *Balance 31-12-67*	FLUXO EM 1967 *Flow 1967*	SALDO EM 31-12-68 *Balance 31-12-68*	FLUXO EM 1968 *Flow 1968*	MELHORIA (+) OU AGRAVAMENTO (−) EM 1968 EM RELAÇÃO A 1967 *Better (+) or worse (−) position in 1968 in relation to 1967*
Café *Coffee*	− 3,6	+348,2	+351,8	+300,0	− 48,3	+896,7	+596,7	+645,0
Açúcar *Sugar*	−219,7	−340,1	−120,4	−546,0	−205,9	−719,5	−173,5	+ 32,4
Cacau *Cocoa*	− 32,3	− 44,3	− 12,0	− 55,7	− 11,4	−115,6	− 59,9	− 48,5
Trigo *Wheat*	−210,8	−161,0	+ 49,8	−142,5	+ 18,5	−344,5	−202,1	−220,6
TOTAL	−466,4	−197,2	+269,2	−444,2	−247,1	−282,9	+161,2	+404,3

Apresentamos a seguir a análise das causas determinantes dos saldos e fluxos do quadro supra, valendo notar, entretanto, como têrmo de referência, que a melhoria e agravamento do saldo conjunto das quatro contas em aprêço são função quase que exclusiva do comportamento da Conta-Café.

CONTA - CAFÉ

A Conta-Café, em 1968, consignou o expressivo saldo de NCr$ 596,7 milhões, nível que, comparado ao de 1967 (– NCr$ 48,3 milhões), acusa melhoria da ordem de NCr$ 645 milhões. Esta posição favorável da receita líquida registrada foi determinada pelos fatôres seguintes :

a) elevação da receita de vendas de estoques oficiais;

b) decréscimo considerável do volume e valor das compras de excedentes, em decorrência da queda de produção das safras de 1968/69 e 1967/68 (41,4 milhões de sacas), relativamente às duas anteriores 55,3 milhões), e do incremento do volume geral exportado nos últimos anos 36,4 milhões de sacas), em confronto com os embarques (30,5 milhões), efetuados nos dois anos precedentes a êsse biênio;

c) conseqüente crescimento do volume, em cruzeiros, da "quota de contribuição", em virtude de aumento do número de sacas embarcadas, dos estoques privados, e, bem assim, resultante da política de atualização da taxa de câmbio, cujo crescimento médio em 1968/1967 foi de 27,6 %; e

d) menor dispêndio líquido de recursos na área do GERCA e moderação de despesas administrativas, por parte do Instituto Brasileiro do Café.

SÍNTESE DA CONTA-CAFÉ
Coffee-Account Summary

UNIDADE: NCr$ MILHÕES
Unit: NCr$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1961	1962/66 (média anual) *Yearty average*	1967	1968
1 — RECEITA TOTAL *Total Receipt*	49,4	490,2	1 110,0	1 410,7
— Quota de Contribuição *Contribution quote*	42,4	459,4	927,9	1 063,9
— Vendas de Estoques Oficiais *Official Stocks Sales*	—	23,5	132,2	346,4
— Outros *Other*	7,0	7,3	49,9	0,4
2 — SUPRIMENTOS E DESPESAS TOTAIS *Total Expenses and Supplier*	4,9	430,1	950,0	498,0
— Compras de Excedentes *Througth Surplus Purchase*	2,7	319,4	483,4	167,7
— Orçamento do IBC *IBC Budget*	—	54,5	237,3	201,8
— GERCA *Gerca*	—	30,6	133,2	34,9
— Outros *Other*	2,2	25,6	96,1	93,6
3 — SALDO DO FUNDO DE RESERVA DE DEFESA DO CAFÉ (1 — 2) *Balance of Coffee Defense Reserve Fund (1 — 2)*	+ 44,5	+ 60,1	+ 160,0	+ 912,7
4 — SALDO LÍQUIDO DO FUNDO DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA (GERCA) *Coffee Plantation Rationalization Fund Net Balance (GERCA)*	—	+ 15,7	— 9,5	— 11,2
5 — VALOR DAS VENDAS DE CAFÉ DOS ESTOQUES OFICIAIS LEVADO AO FUNDO DOS ÁGIOS .... *Value of Sales of Official Stocks Coffee included in Agios Fund Account (Gerca)*	—	+ 29,0	—	—
6 — EMPRÉSTIMOS E REDESCONTOS A CAFÉ (1) *Loans and Rediscounts Coffee*	+ 33,1	+ 30,5	+ 198,8	+ 304,8
— Redescontos *Rediscounts*	+ 1,5	+ 14,7	+ 69,1	+ 143,0
— Banco do Brasil *Bank of Brazil*	+ 31,6	+ 15,8	+ 129,7	+ 161,8
7 — SALDO LÍQUIDO DA CONTA-CAFÉ (3 + 4 + 5 — 6) *Coffee-Account Net Balance*	+ 11,4	+ 74,3	— 48,3	+ 596,7

(1) O sinal (+) significa tomada de financiamento (os financiamentos superando as liquidações) e o sinal (—) significa liquidação de financiamento (liquidações superando as tomadas).
(1) The signal (+) means financing (financing higher than liquidation) and (—) means liquidation of financing (liquidation higher than financing).

O incremento da receita e a moderação dos gastos permitiram, plenamente, que o alto endividamento do setor (na faixa dos financiamentos) encontrasse suficiente cobertura em seu próprio âmbito, denotando, além disto, a Conta-Café saldo significativo, contràriamente ao verificado em 1967.

ELEMENTOS FORMADORES DA CONTA-CAFÉ
Coffee Account Formation

DISCRIMINAÇÃO / *Specification*	1966	1967	1968	+ OU — EM 1968, COMPARATIVAMENTE A 1967 / *+ or — in 1968, in relation to 1967*	
				Absoluto / *Absolute*	%
1 — TAXA CAMBIAL / *Exchange Rate*	2,20	2,64	3,37	+ 0,73	27,6
2 — QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO / *Contribution Quota*					
a) US$ milhões / *US$ million*	403,4	371,0	356,0	— 15,0	4,2
b) NCr$ milhões / *NCr$ million*	887,4	979,4	1 244,0	+ 264,1	27,0
c) US$/Saca / *NCr$/Bag*	26,49	24,45	21,00	— 3,45	14,2
d) NCr$/Saca / *US$/Bag*	58,29	64,55	71,00	+ 6,45	10,0
3 — VENDAS DE ESTOQUES OFICIAIS / *Official Stocks Sales*					
a) ao comércio exportador mil sacas / *To exporting warket 1000 bags*	2 400	2 528	3 093	+ 565	22,3
NCr$ milhões / *NCr$/million*	89,4	103,1	166,2	+ 6,31	61,2
NCr$/Saca / *NCr$ bag*	37,25	40,78	53,73	+ 12,95	31,8
b) ao consumo interno / *Domestic consumption*					
Mil sacas / *1000 bags*	8 097	8 624	8 752	+ 128	1,5
NCr$ milhões / *NCr$ million*	42,8	11,2	124,7	+ 113,5	1 008,0
NCr$/Saca / *NCr$/bag*	5,28	1,30	14,25	+ 12,95	996,1
c) Através dos entrepostos / *Through distributing maruets*					
Mil sacas / *1000 bags*	1 603	1 564	1 505	— 5,9	3,9
US$ milhões / *US$ million*	45,4	41,4	40,6	— 0,8	2,0
NCr$ milhões / *NCr$ million*	54,6	56,2	121,8	+ 65,6	116,7
NCr$/Saca / *NCr$/bag*	34,60	35,93	80,93	+ 45,00	125,2
4 — COMPRAS DE EXCEDENTES / *Surpluses Purchase*					
Mil sacas / *1000 bags*	14 935	10 338	3 772	— 6 566	64,0
NCr$ milhões / *NCr$ million*	471,7	447,0	212,0	— 235,0	53,0
NCr$/Saca / *NCr$/bag*	31,58	43,24	56,20	+ 12,96	30,0
5 — VALOR MÉDIO GLOBAL DA SACA EXPORTADA / *General mean value by bag unit exported*					
US$/Saca / *US$/bag*	45,42	42,30	41,70	[illegible]	1,5
NCr$/Saca (recebido pelo exportador) / *NCr$/bag (received by exporter)*	45,54	51,54	70,00	+ 18,46	36,0

Obs.: Os valôres dêste quadro referem-se à movimentação física, não sendo necessàriamente [illegible] fôr o caso, com os contabilizados para efeito de levantamento da conta-café.
Values here refer to physical flow and therefore are not necessarily [illegible] as constituents of the coffee-account.

Os recebimentos de caixa do setor do café, em 1968, evidenciaram, em têrmos reais, decréscimo de 8,6 %, explicando-se o fenômeno, preponderantemente, pela queda de produção ocorrida nas duas últimas safras, visto que, em *têrmos nominais e reais*, os preços médios de garantia cresceram em relação a 1967, respectivamente, de 32,0 % e 7,3 %.

C A F É
Coffee

RECEBIMENTOS DE CAIXA DO SETOR
Sector Cash Receipts

NCr$ MILHÕES
NCr$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1965	1966	1967	1968	+ OU — EM 1968, COMPARATIVAMENTE A 1967 ABSOLUTO *+ or — in 1968, in relation to 1967 absolute*	
1 — Por Exportações .... *Through Exports*	596,3	768,8	899,6	1 226,9	+ 327,3	36,4
2 — Por Compras de Excedentes . *Through Surplus Purchase*	754,9	471,7	447,0	212,0	— 235,0	52,6
3 — Por Financiamentos .... *Through Financing*	+ 28,8	— 69,2	+ 198,8	+ 304,8	+ 106,0	53,3
4 — Total (1 + 2 + 3)	1 380,0	1 171,3	1 545,4	1 743,7	+ 198,3	12,8
a) Valôres nominais .... *Nominal Values*	1 380,0	1 171,3	1 545,4	1 743,7	+ 198,3	12,8
b) Valôres reais .... *Real Values*	29,8	18,0	18,8	17,2	— 1,6	— 8.6
5 — Índice de Preços Por Atacado. (Exclusive Café) 1953 = 100. da Fundação Getúlio Vargas . *Wholesale Prices Index (Coffee not included) 1953 = 100, Getulio Vargas Foundation*	4 622	6 504	8 232	10 109	+ 1 877	22,8

FONTES / *Sources*: S.E.E.F. — Ministério da Fazenda, IAA e Banco do Brasil.

Com maior ênfase, a queda de safras implica, ao nível de lavoura, em decréscimo mais acentuado da renda. Entre a safra de 1967/68 e a de 1968/69, observa-se, inclusive, decréscimo do valor nominal dos recebimentos de caixa da lavoura, não obstante a melhoria de 32 % do preço médio de garantia. Nas últimas cinco safras, a renda média, em têrmos reais (estimado o resultado da safra de 1968/69), apresenta diminuição de 24 %, em confronto com a das cinco safras precedentes. Ocorrendo a mesma comparação, tem-se perda de 29 % no volume da produção, fato que, em função de problemas de natureza estatística, leva a duas conclusões bastante análogas :

a) que a perda de rendimentos da lavoura cafeeira, nas últimos cinco safras, foi conseqüência exclusiva da baixa havida na média qüinqüenal de produção; e/ou

b) que a compensação de renda real, à queda de produção, foi, efetivamente, muito pequena, pois enquanto a produção registrava decréscimo médio do volume, de 29 %, a renda caía 24 %, menos, portanto, 5 pontos porcentuais.

Cabe notar que, se a produção média das últimas cinco safras se tivesse mantido ao nível das cinco anteriores, a média da renda real no período (safra de 1964/65 à de 1968/69) teria sido — aos preços de garantia (preços de aquisição dos excedentes) estabelecidos — de NCr$ 12,6 milhões, portanto superior à de NCr$ 11,4 milhões registrada no qüinqüênio anterior (safra de 1959/60 à de 1963/64).

Depois da renda extremamente baixa verificada na safra de 1966/67, em virtude não só do acentuado decréscimo do volume produzido, como também do processo inflacionário, já na safra seguinte (1967/68) se procurou recompor a renda da lavoura, tendo-se, contudo, presente a vigência do esquema de sua racionalização, cujo processo, em sua segunda fase, teve início na safra de 1965/66. Com efeito, na referida safra de 1967/68, a renda real do setor — mercê de razoável reajuste dos preços nominais e reais de garantia e de recuperação do volume de produção da rubiácea — alçou-se a NCr$ 8,1 milhões, incrementando-se de 59 %. Conquanto se espere para a safra atual nôvo declínio global de renda — motivado exclusivamente por decréscimo da produção, pois os preços reais de garantia indicam recuperação calculada em cêrca de 10 % —, a média dos rendimentos reais de caixa, do setor lavoura, nas últimas cinco safras, ao situar-se em aproximadamente NCr$ 8,7 milhões, expressa queda de apenas 5,5 %, em relação à média dos rendimentos das safras de 1946/47 à de 1950/51.

CAFÉ
Coffee

RECEBIMENTOS REAIS DE CAIXA DA LAVOURA CAFEEIRA E PRODUÇÃO BRASILEIRA
Cash Receipts and Registered Production of Plantation Sector

ANOS-SAFRA *Crop/Year*	PRODUÇÃO REGISTRADA NO I.B.C. 1 000 sacas *Production registered at IBC* *1 000 bags*	PREÇOS DE GARANTIA *Guarantee prices* NCr$/saca *NCr$/bag*		RECEBIMENTOS DE CAIXA *Cash Receipts* NCr$ milhões *NCr$ million*		ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO EXCLUSIVE CAFÉ DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS 1948/49 = 100 *Wholesale prices index, (coffee excluded), Getúlio Vargas Foundation*
		Nominais *Nominal*	Reais *Real*	Nominais *Nominal*	Reais *Real*	
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1 X 2)	(5)	(6)
1946/47	14 019	0,421	0.478	6.1	6.9	83
1947/48	13 572	0.438	0.466	5.9	6.3	94
1948/49	16 352	0,455	0.455	7.7	7.7	100
1949/50	16 303	0.655	0.630	10.7	10.3	104
1950/51	16 754	1,047	0.895	17.5	15.0	117
1951/52	15 021	1,049	0.771	15.8	11.6	136
1952/53	16 100	1,076	0.694	17.3	11.2	155
1953/54	15 148	1.516	0.806	23.0	12.2	188
1954/55	14 512	2,186	0.963	31.7	14.0	227
1955/56	22 064	1,896	0.692	41.9	15.3	274
1956/57	12 535	1,894	0.588	23.7	7.4	322
1957/58	21 628	1,983	0.530	42.9	11.5	374
1958/59	26 807	1,983	0.415	53.2	11.1	478
1959/60	43 816	2,716	0.418	119.0	18.3	650
1960/61	29 848	2,716	0.306	81.1	9.1	889
1961/62	35 860	4,857	0.375	174.2	13.4	1 296
1962/63	28 403	5,760	0.268	163.6	7.6	2 150
1963/64	23 153	14,624	0.379	338.6	8.8	3 860
1964/65	18 063	37,440	0.594	676.3	10.7	6 307
1965/66	37 672	31,610	0,344	1 190.8	13.0	9 196
1966/67	17 600	35.624	0.293	627.0	5.1	12 175
1967/68	23 373	52.630	0.347	1 230.1	[illegible]	[illegible]
1968/69	18 000	69.000	0.351	1 242.0	6.9	[illegible]

FONTE DOS DADOS BRUTOS / *Source of gross data*: IBC.

Note-se que, no qüinqüênio 1946/1951 citado, ocorreram dois fatos de influência marcante na conjuntura cafeeira :

1 — fim das hostilidades da Segunda Grande Guerra; e

2 — término dos estoques do extinto Departamento Nacional do Café.

Ambos os acontecimentos concorreram para extraordinária elevação dos preços externos e internos do produto, que passou, desde a safra de 1949/50, a refletir-se positivamente, e com grande ênfase, na formação da renda do setor cafeeiro. Assim, se excluídas dêsse qüinqüênio as rendas relativas às safras de 1949/50 e 1950/51, a renda média das três safras restantes não ultrapassa NCr$ 6,9 milhões, nível inferior à média (NCr$ 8,7 milhões) de rendimentos alcançada nas safras de 1964/65 a 1968/69. Êstes elementos evidenciam que a formulação e a execução da política do café, nestes últimos anos, em que se optou pela racionalização da cafeicultura, visaram efetivamente à consecução dêsse objetivo. As implicações de ordem monetária, destarte, são relegadas a plano inferior (veja-se que, em 1967, o saldo líquido da Conta-Café foi negativo em NCr$ 48 milhões), malgrado o considerável grau de imprescindibilidade que, no momento, os recursos da Conta-Café oferecem ao conjunto das operações financeiras do Govêrno.

PRODUÇÃO BRASILEIRA POR SAFRA

Brazilian Production by Crops

CONTA-AÇÚCAR

Em 1968, os recursos aplicados pelo Banco do Brasil no setor agro-industrial açucareiro, na qualidade de agente financeiro das Autoridades Monetárias, podem ser considerados como razoàvelmente equilibrados, comparativamente à expansão de crédito verificada para os anos anteriores.

A fase de ampliação de novos créditos, observada a partir de 1965, responsável pela superprodução de várias áreas produtoras, principalmente em São Paulo, afigura-se ultrapassada, eis que os créditos aprovados para o segundo semestre de 1968 situaram-se em nível aproximado ao que se verificou para igual período de 1967 — NCr$ 200,0 milhões, contra NCr$ 210,7 milhões, respectivamente.

De outra parte, os primeiros semestres de cada ano são, caracterìsticamente, os períodos de retôrno dos créditos e o ano de 1968 não fugiu a essa regra, sendo mesmo de se destacar que, comparativamente a 1967, apresentou volume bem mais elevado, como demonstram os NCr$ 95,0 milhões, contra NCr$ 4,8 milhões, pertinentes ao primeiro e segundo semestres, respectivamente.

CONTA-AÇÚCAR

Sugar-Account

UNIDADE : NCr$ MILHÕES
Unit: NCr$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	31-12-65	30-6-66	31-12-66	30-6-67	31-12-67	30-6-68	31-12-68 (*)
1 — Depósitos do IAA junto ao Banco do Brasil .... *IAA Deposits in Bank of Brazil*	3.4	4.9	6.9	5.7	4.4	6.8	2 8
2 — Financiamento da estocagem de açúcar Cristal .... *Crystallized-sugar stocks financing*	77,6	91.5	160,0	134,2	201,3	118,0	231,5
3 — Financiamento da estocagem de açúcar Demerara .... *Demerara sugar stocks financing*	96.4	77.0	82.8	73,4	242,0	187.9	297,0
4 — Outros Financiamentos ...... *Other financing*	49,1	85,0	104,2	133,6	107,1	151,9	125.3
5 — Total de Financiamentos (2 + 3 + 4) .... *Total financings (2 + 3 + 4)*	223.1	253.5	347.0	341,2	550.4	457.8	653.8
6 — Débito frente às Autoridades Monetárias [—], Crédito [+], (1 — 5) .... *Debt towards Monetary Authorities (—), Credit (+), (1 — 5)*	—219.7	—248.6	—340.1	—335,3	—546,0	—451.0	—651,0
FLUXOS .... *Flows*	— 28.9	— 91.5	+ 4,8	—210,7	+ 95,0	—200,0	—

CENTRO-SUL

Não obstante a plena assistência financeira ao setor açucareiro da área, os efeitos desestimulantes da baixa de preços, ocorrida a partir de 1965, teriam determinado redução da área plantada, principalmente na região Centro-Sul. A par dêsse fato, condições climáticas desfavoráveis também contribuíram sobremaneira para a redução da oferta de cana da atual safra.

De outra parte, informações disponíveis levaram-nos à constatação de que as ocorrências supramencionadas sensibilizaram de maneira mais marcante as áreas de baixa produtividade. Haja vista o vulto da safra paulista, região de índice de produtividade elevado, que deverá compensar a queda de produção das demais regiões compreendidas pelos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, etc.

NORTE-NORDESTE

Quanto à produção nordestina, a característica predominante vem sendo a normalidade. O volume global da safra 1968/69 está previsto em 25 milhões de sacas, das quais 50 % serão adquiridas pelo IAA, para exportação. Foram menos intensos, nesta região, os reflexos da superprodução de 1965/66, em decorrência de medidas governamentais propiciando ampla cobertura, através do financiamento total dos estoques de cristal (consumo doméstico) e de demerara (destinado à exportação). Condições climáticas favoráveis também permitiram estabilidade da produção na área.

PREÇOS

Os preços do açúcar, safra 1968/69, foram reajustados de modo a manterem a remuneração do produtor. As tabelas seguintes dão uma idéia mais precisa dos reajustes :

PREÇO DO AÇÚCAR DEMERARA
Demerara Sugar Price

PVU — 60 kg

SAFRAS *Crops*	NORTE-NORDESTE *North-Northeast*		CENTRO-SUL *Center-South*	
	NCr$	%	NCr$	%
1966/67 ..	10,66	—	9,00	—
1967/68 ..	15,78	+48,0	12,49	+39,0
1968/69 ..	19,23	+22,0	15,49	+24,0

PREÇO DO AÇÚCAR CRISTAL
Crystallized-Sugar Price

PVU — 60 kg

SAFRAS *Crops*	NORTE-NORDESTE *North-Northeast*		CENTRO-SUL *Center-South*	
	NCr$	%	NCr$	%
1966/67 ..	12,06	—	10,46	—
1967/68 ..	20,27	+68,0	16,59	+59,0
1968/69 ..	24,80	+23,0	20,65	+24,0

Obs. : 1) Preço do faturamento, isto é, inclusive ICM mais taxas do IAA.
2) PVU — pôsto no vagão ou veículo na usina.
1) Invoice Price, i. e., including ICM plus IAA taxes.
2) PVU = delivered in wagon or vehicle at mills.

Os reajustes da remuneração dos dois estágios da produção foram os seguintes :

ESTÁGIO AGRÍCOLA
Agricultural Stage

PREÇO DA CANA POR TONELADA MÉTRICA POSTA NA ESTEIRA, EXCLUSIVE ICM
Sugar-Cane Price by metrical ton on carrier minus ICM

SAFRAS *Crops*	NORTE-NORDESTE *North-Northeast*		CENTRO-SUL *Center-South*	
	NCr$	%	NCr$	%
1966/67 ..	11,55	—	9,695	—
1967/68 ..	14,26	+27,0	10,63	+ 9,6
1968/69 ..	17,68	+23,5	13,28	+24,9

ESTÁGIO INDUSTRIAL
Industrial Stage

CUSTO, EXCLUSIVE IMPOSTOS E TAXAS
Cost minus taxes

SACO DE 60 kg
60 kg Bag

SAFRAS *Crops*	NORTE-NORDESTE *North-Northeast*		CENTRO-SUL *Center-South*	
	NCr$	%	NCr$	%
1966/67 ..	3,52	—	3,52	—
1967/68 ..	6,15	+74,7	5,74	+63,1
1968/69 ..	6,81	+10,7	6,81	+18,6

A remuneração do estágio industrial teve um reajuste modesto, não obstante ter sido substancial o aumento concedido na safra anterior.

O Govêrno, para evitar que se repita a crise provocada pela superprodução de 1965, vem procurando manter a produção em níveis que satisfaçam as reais necessidades dos mercados interno e externo. Para tanto, vem tentando ultrapassar as causas determinantes de excesso ou escassez, através da adoção de política, aconselhada pelas Autoridades Monetárias, de dosagem racional do crédito. Quando reajustados, os preços são mantidos, sempre que possível, numa posição relativa, compatível com os demais preços da economia.

EVOLUÇÃO DO PREÇO REAL DA CANA EM SÃO PAULO E PERNAMBUCO

Sugar-cane real price development in S. Paulo and Pernambuco

SAFRAS *Crops*	ÍNDICES DOS PREÇOS POR ATACADO, EXCLUSIVE CAFÉ (c) *Wholesale prices index, Exclusive Coffee*	PREÇO MÉDIO EM CRUZEIROS NOVOS/TONELADA *Medium price in NCr$/ton* — Valor Nominal *Nominal value*		Valor Deflacionado *Deflated value*	
		São Paulo	Pernambuco	São Paulo	Pernambuco
1961/62 (a)	100	0.691	0.805	0.691	0.8[illegible]6
1961/62 (b)	100	0.991	0.992	0.991	0.992
1962/63 (a)	166	1,487	1,217	0.896	0,733
1962/63 (b)	166	1.487	2,014	0.896	1.213
1963/64 (a)	298	3,452	3,019	1,158	1,013
1963/64 (b)	298	5.182	6,037	1.739	2.096
1964/65	487	7,006	8.8[illegible]7	1.439	1,808
1965/66	710	10.849	11,625	1,528	1,687
1966/67	940	9,695	11.55	1,081	1,229
1967/68	1 130 (d)	10,63	14.26	0.941	1.262
1968/69	1 364 (e)	13,28	17.61	0.960	1.291

Observações:

(a) Preço inicial. (b) Preço final. (c) Índice obtido pela média dos dois anos. (d) Índice de dezembro de 1967. (e) Índice de outubro de 1968.

(a) Initial price. (b) Final price. (c) Index obtained through two year average. (d) December 1967 index. (e) October 1968 index.

FONTES / *Sources*: IAA e FGV.

Observa-se atualmente que algumas unidades produtoras, especialmente do estágio industrial, vêm enfrentando crescentes dificuldades de liquidez, provocadas, de certa forma, pela abundância da safra de 1965/66. Como reflexo do desestímulo ocorrido logo a seguir a êsse período, algumas unidades agrícolas, por não poderem oferecer preços competitivos, estão mudando de atividades.

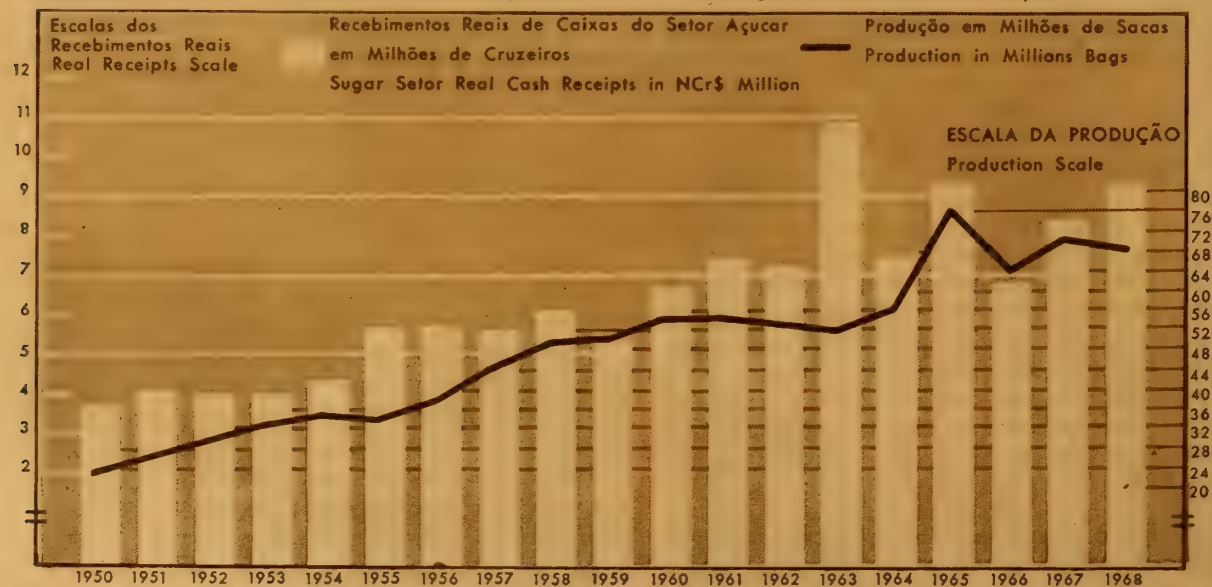
E em decorrência dêsse processo de readaptação da oferta de matéria-prima, ora intensificado pelas condições climáticas desfavoráveis, o estágio industrial estaria, possivelmente, comprimindo sua rentabilidade, com efeitos graves para as unidades produtoras marginais, isto é, reduzindo a sua liquidez, o que determinaria, em última instância, a expulsão de algumas unidades do mercado ou o desencadeamento de um processo de fusão. Êsses fatos, notados especialmente na região Centro-Sul, relacionam-se, também, com a sempre crescente produtividade do Estado de São Paulo, cujo poder competitivo nos setores industrial e agrícola é inegável.

AÇÚCAR: PRODUÇÃO E RENDA
Sugar: Production & Income

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	ANOS *Years* 1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Produção em milhões de sacas .... *Production in million Bags*	23,4	26,8	29,8	33,4	35,3	34,5	37,8	45,2	50,1
Renda Real da Agro-indústria canavieira em NCr$ 1 000 000 .... *Sugar Cane Industry Real Receip's in NCr$ million*	3,7	4,1	4,0	4,0	4,3	5,7	5,1	5,6	6,1

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	ANOS *Years* 1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Produção em milhões de sacas .... *Production in million Bags*	51,8	55,3	55,9	54,0	51,1	57,1	77,7	64,7	72,0 (*)	71,0 (*)
Renda Real da Agro-indústria canaviei-ra em NCr$ 1 000 000 .... *Sugar Cane Industry Real Re eipts in NCr$ million*	5,4	6,7	7,4	7,2	10,8	7,5	9,3	6,8	8,5	9,3

FONTES { Ministério da Fazenda, IAA e Banco Central do Brasil.
Sources { *Finance Ministry, IAA and Central Bank of Brazil.*

Sugar: Brazilian Production by Calendar Year
Sugar Sector Real Cash Receipts

CONTA-CACAU

O saldo negativo da Conta-Cacau, em 1968, incrementou-se de NCr$ 59,9 milhões, comparativamente ao fluxo, também deficitário, de NCr$ 11,4 milhões de 1967. O agravamento da posição negativa da conta foi conseqüência, principalmente, de problemas na área da comercialização. Na verdade, o Govêrno enfrentou dificuldades nessa área, tendo mesmo que suspender a comercialização externa, em 20 de novembro, e, bem assim, reforçar as faixas de redescontos para a normalização das transações no mercado. É que, em 1968, embora se tenha obtido no mercado internacional preços bastante remuneradores para o cacau, a produção nacional se reduziu consideràvelmente.

A responsabilidade dessa crise deve ser imputada à quebra e ao atrazo das colheitas, tanto do temporão quanto do principal, em face de condições climáticas adversas. O fenômeno ocorreu tanto interna como externamente, provocando violenta elevação dos preços internacionais, a partir de setembro. Nessa ocasião, a idéia predominante nos meios cacaueiros era de que, pelo quarto ano consecutivo, haveria deficit de produção, circunstância agravada pelo fato de que, já naquela oportunidade (setembro), não haver mais dúvida de que a safra relativa a 1968/69 seria menor do que a anterior.

Os preços internos, evidentemente, acompanharam êsse movimento do mercado, chegando mesmo a ser vendido cacau, em Ilhéus e Itabuna, a preços acima da cotação internacional. Além da acirrada disputa por parte de industriais e exportadores, que tentavam obter cacau para cumprir seus compromissos, a elevação da taxa de câmbio, em agôsto e setembro, também concorreu para o acentuado aumento do preço interno do produto, que, pràticamente, dobrou o seu valor em relação aos níveis do primeiro trimestre do ano, quando grande parte da safra temporão foi negociada, ainda na flor, a NCr$ 16/18,00/arrôba.

Quando ocorrem altas exageradas de preço, decorrentes de escassez de produção, lavradores, industriais, exportadores e intermediários correm sério risco de se verem alijados da comercialização do produto, eis que passam a ser necessários vultosos recursos para recompra.

Assim, em virtude dessa situação conjuntural, a Conta-Cacau apresentou saldo negativo tão elevado no ano de 1968. Em têrmos absolutos, chegou a representar mais de 350 % do valor registrado em 31-12-65, uma vez que foi necessário, sòmente em dezembro, a aplicação, por parte das Autoridades Monetárias, de cêrca de NCr$ 17 milhões, em redesconto especial a lavradores, através de notas promissórias de contratos não cumpridos junto a exportadores e industriais. Outro componente dos "Financiamentos e Outras Aplicações no Setor", que influiu diretamente nessa variação, foi o relativo a aplicações da CREAI, que, no período, se elevou a NCr$ 12,6 milhões, registrando saldo, em 31-12-68, de NCr$ 20,8 milhões.

Os financiamentos da CEPLAC para consumo e investimentos, assim como suas operações de custeio, também se elevaram substancialmente no ano de 1968, passando de NCr$ 35,8 milhões, em 31-12-67, para NCr$ 66,3 milhões, em 31-12-68.

O conjunto de todos êsses fatôres, em têrmos absolutos, elevou os recebimentos líquidos de caixa do setor, em 1968, a mais de 300 %, em relação a 1965, conforme quadro demonstrativo a seguir. Em têrmos reais, o incremento relativo ao quatriênio 1965-68 atingiu a 62,4 %.

CONTA-CACAU
Cocoa account

UNIDADE : NCr$ MILHÕES
Unit: NCr$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	SALDO EM 31-12-65 *Balance in 31-12-65*	FLUXO EM 1966 *Flow in year 1966*	SALDO EM 31-12-66 *Balance in 31-12-66*	FLUXO EM 1967 *Flow in year 1967*	SALDO EM 31-12-67 *Balance in 31-12-67*	FLUXO EM 1968 *Flow in year 1968*	SALDO EM 31-12-68 *Balance in 31-12-68*
I — Valor em cruzeiros proveniente da arrecadação da "quota de contribuição" (Instrução 241 - 28-6-63) . *Cruzeiros value from "contribution quota" collection (Instruction 241 - 28-6-63)*	18,7	+ 18,8	37,5	+ 25,4	62,9	+ 27,1	90,0
II — Recursos transferidos à CEPLAC incluindo despesas diversas do F.R.D. cacau .... Resources transferred to *CEPLAC, including Cocoa Reserve Fund Various Expenses*	17,6	+ 18,9	36,5	+ 19,3	55,8	+ 24,2	80,0
III — Saldo líquido do F.R.D. cacau = (I — II) .... *Cocoa Reserve Fund Net Balance*	1,1	— 0,1	1,0	+ 5,6	6,6	+ 3,4	10,0
IV — Saldo líquido de financiamentos e outras aplicações no setor cacau .... *Financing and other investments in cocoa sector net balance*	35,2	+ 22,3	57,5	+ 18,0	75,5	+ 60,3	135,8
V — Saldo líquido dos recursos da CEPLAC na caixa das autoridades monetárias .. *CEPLAC resources cashed with Monetary Authorities net balance*	1,8	+ 10,4	12,2	+ 1,0	13,2	— 3,0	10,2
VI — Saldo líquido da Conta-Cacau = [(III + V) — IV] *Cocoa account net balance = [(III + V) — IV]*	— 32,3	— 12,0	— 44,3	— 11,4	— 55,7	— 59,9	— 115,6
VII — Evolução do saldo da Conta-Cacau em números índices — Base : Dezembro 1965 = 100 .... *Cocoa account development, in index numbers. Base: December 1965 = 100*	100,0	—	137,1	—	172,4	—	357,9
VIII — Índice de preços por atacado, exclusive café (FGV) Base : 31-12-65 = 100 .... *Wholesale prices index, minus coffee (Getulio Vargas Foundation) Base: 31-12-65 = 100*	100,0	—	141,6	—	172,7	—	216,1
IX — Saldo líquido da Conta-Cacau em têrmos reais = (VI ÷ VIII) .... *Cocoa account net balance, in real terms = (VI ÷ VIII)*	— 32,3	—	— 31,3	—	— 32,3	—	— 53,5
X — Evolução do saldo líquido real da Conta-Cacau em números índices — Base : Dez./65 = 100 .... *Cocoa account real net balance development, in index numbers. Base: December 1965 = 100*	100,0	—	96,9	—	100,0	—	165,6

CACAU
Cocoa

RECEBIMENTOS DE CAIXA
Cash Receipts

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1965	1966	1967	1968
I — Valor em US$ milhões das exportações de cacau ... *Cocoa exports US$ million value*	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
a) Amêndoas ... *Beans*	27,7	50,7	59,1	46,1
b) Derivados ... *By Products*	13,4	20,9	25,2	26,0
II — Valor em US$ milhões da quota de contribuição cambial ... *Exchange contribution quota US$ million value*	6,9	8,6	10,2	12,1
a) Amêndoas (15 %) ... *Beans (15 %)*	6,2	7,6	8,9	10,8
b) Derivados (5 %) ... *Products (5 %)*	0,7	1,0	1,3	1,3
III — Taxas de Câmbio = (V ÷ I) (Taxa média ponderada efetiva de exportação em NCr$/US$) ... *Exchange rates (Export effective weighed medium rate in NCr$/US$)*	1,84	2,19	2,57	2,44
IV — Volume das exportações de cacau em 1 000 t ... *Cocoa exports volume in 1 000 tons*	132,7	164,7	164,5	120,1
a) Amêndoas ... *Beans*	92,0	112,5	114,4	75,5
b) Derivados (em têrmos de amêndoas) *Products (per beans)*	40,7	52,2	50,1	44,6
V — Valor em NCr$ milhões das exportações de cacau = (I × III) ... *Cocoa exports NCr$ million value = (I × III)*	75,8	156,7	216,4	248,8 (*)
a) Amêndoas ... *Beans*	51,3	111,4	152,3	159,2
b) Derivados ... *Products*	24,5	45,3	64,1	89,1 (*)
VI — Valor em NCr$ milhões da quota de contribuição cambial = (II × III) ... *Exchange contribution quota NCr$ million value = (II × III)*	12,7	18,9	26,2	41,6
VII — Preços médios de exportação de cacau = (I ÷ IV) ... *Cocoa exports medium prices = (I ÷ IV) (NCr$/t)*				
a) Amêndoas ... *Beans*	301,1	452,7	518,4	614,7
b) Derivados ... *Products*	744,4	[illegible]	1 115,4	[illegible]
VIII — Parte livre do exportador em NCr$ milhões = (V — VI) ... *Exporter's free quota in NCr$ million = (V — VI)*	63,1	137,9	190,2	206,7
IX — Fluxos líquidos de financiamentos e outras inversões em cacau ... *Net flows from financing operations and other cocoa investments*	+ 15,0	+ 22,3	+ 18,0	+ [illegible]

(Continua)
(Continues)

CACAU
Cocoa

RECEBIMENTOS DE CAIXA
Cash Receipts

(Continuação)
(Continued)

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1965	1966	1967	1968
X — Recebimentos líquidos de caixa do setor em NCr$ milhões = (VIII + IX) ...... *Sector net cash receipts in NCr$ million = (VIII + IX)*	78,1	160,2	208,2	267,0
XI — Dólar-Cacau em NCr$/US$ = (VIII ÷ I) *Cocoa/dollar in NCr$/US$ = (VIII ÷ I)*	1,53	1,98	2,26	2,87
XII — Índice de preços por atacado, exclusive café (FGV) — Base: 1965 = 100 .... *Wholesale prices index, minus coffee (Getulio Vargas Foundation). Base: 1965 = 100*	100,0	136,8	171,5	210,5
XIII — Valor real dos recebimentos de caixa do setor cacau = (X ÷ XII) .... *Cocoa sector cash receipts real value = (X ÷ XII)*	78,1	117,1	121,4	126,8
XIV — Índice do total real de recebimento de caixa do setor — Base: 1965 = 100 .... *Sector cash receipts real total index — Base: 1965 = 100*	100,0	149,9	155,4	162,4

CONTA-TRIGO

As operações governamentais com o setor trigo, incluindo importações, compra da produção nacional, venda aos moinhos e financiamentos ao setor, apresentaram, em 1968, deficit contábil da ordem de NCr$ 203 milhões, valor que representa um agravamento de NCr$ 221 milhões, comparativamente à posição de 1967. Em conseqüência, o endividamento do setor, em 31-12-68, cresceu para NCr$ 345 milhões, em cotejo com a posição, também deficitária, verificada em 31-12-67.

A efetivação da posição negativa em aprêço explica-se com os seguintes fatos:

a) lançamento, ao final de dezembro de 1968, das despesas em cruzeiros correspondentes a compras de trigo uruguaio (150 mil toneladas) e argentina (250 mil toneladas), cujos respectivos embarques só se efetivarão em 1969, e conseqüentemente sua venda aos moinhos;

b) maior volume de produção interna adquirido (cêrca de 600 mil toneladas, contra 365 mil, em 1967);

c) maior imobilização de estoques ao final do ano: em 31-12-68 de 213 218 toneladas; em 1967 de 143 232 toneladas; e

d) maior preço médio, em cruzeiros, das aquisições de trigo importado, em virtude dos reajustes da taxa de câmbio (incremento médio de 27,6 % em 1967), sem contrapartida equivalente no preço médio de alienação aos moinhos.

CONTA-TRIGO
Wheat-account

UNIDADE : NCr$ MIL
NCr$ Thousand

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	SALDOS EM 31-12 *Balances in 31-12*			FLUXOS *Flows*		
	1966	1967	1968	1966	1967	1968
1 — Receita Global .... *Total Receipts*	266 647	453 747	620 290	173 947	227 030	238 543
— Receita proveniente da venda de trigo em grão à indústria moageira .... *Receipts from wheat sales to mills (grain)*	219 576	424 438	448 149	170 476	204 862	23 711
— Receita proveniente de vendas dentro da «PL 480» ... *Receipts from "PL 480" sales*	—	2 779	172 319	—	2 779	169 540
— Receita Eventual .... *Eventual Receipts*	7 071	26 530	71 822	3 471	19 459	45 292
2 — Despesa Global .... *Total Expenses*	350 904	542 212	985 100	243 704	191 308	422 888
— Trigo Importado .... *Imported Wheat*	307 400	436 059	768 927	200 200	128 659	282 888
— Trigo Nacional .... *Domestic production*	43 504	106 153	216 173	43 504	62 649	110 020
3 — Saldo Parcial (1 — 2) .... *Partial Balance*	— 124 257	— 88 465	— 292 810	— 69 757	— 35 722	— 2[illegible]4 345
4 — Financiamentos ao Setor .... *Sector Financing*	36 775	53 978	51 710	— 19 975	17 201	— 2 266
— Crege	29 581	42 147	13 462	— 9 139	12 566	— 28 685
— Creai	7 194	11 829	38 248	— 10 656	4 635	26 419
5 — Resultado Final (1) .... *Final Results*	161 032	142 441	344 520	49 782	— 18 591	202 079

(1) O sinal de (+) significa fornecimento de recursos ao Setor-Trigo pelas Autoridades Monetárias e o de (—) absorção de recursos.
Plus signal means resources supplied to Wheat-Sector by Monetary Authorities. Minus signal means resources absorbed.

SETOR EXTERNO

POLÍTICA CAMBIAL

BALANÇO DE PAGAMENTOS

- *BALANÇA COMERCIAL*
  - Exportações
    - *Manufaturados*
    - *Mercadorias*
      - Café
      - Cacau
      - Açúcar
      - Algodão
      - Milho
      - Carne Bovina
      - Minério de Ferro
      - Minério de Manganês
  - Importações
      - Petróleo e Derivados
      - Trigo
- *SERVIÇOS*
- *CAPITAIS AUTÔNOMOS*

OPERAÇÕES CAMBIAIS DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS E RESERVAS

ENDIVIDAMENTO EXTERNO

RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

- *FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL*
- *BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO*
- *ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO*
- *CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL*
- *BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO*
- *AGÊNCIA PARA DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL*
- *EXPORT-IMPORT BANK - WASHINGTON*

CORRENTES DE COMÉRCIO POR BLOCOS ECONÔMICOS

- *COMÉRCIO COM PAÍSES DA ALALC*
- *ACÔRDOS BILATERAIS*

SETOR EXTERNO

POLÍTICA CAMBIAL

EM 29-12-1967, para vigorar a partir de 2-1-68, as Autoridades Monetárias, com o propósito de regularizar o mercado de câmbio e dar base de concorrência às exportações, elevaram a taxa cambial de NCr$ 2,715 (valor vigente desde março de 1967) para NCr$ 3,22.

Quase que simultâneamente, visando a estimular a utilização de créditos comerciais externos, a curto prazo, instrumento pouco usado pelos importadores nacionais, devido ao fato de exigir o sistema de câmbio vigente no Brasil o prévio fechamento do câmbio para a realização das importações, foi baixada a Resolução 82, do Banco Central, em 3-1-68, eliminando aquela exigência e facultando que o desembaraço aduaneiro das importações fôsse realizado mediante guias de importação emitidas pela CACEX.

Dessa forma, permitiu-se aos importadores, conforme o prazo do crédito, efetivar a importação, produzir e comercializar os seus produtos, para sòmente então efetuar o pagamento respectivo no exterior, sem necessidade de imobilizar prèviamente recursos próprios ou tomados a bancos, com inevitável pressão sôbre o crédito.

Em uma conjuntura altamente especulativa, no mercado de câmbio, e com um mercado consumidor em expansão, o regulamento instituído pela Resolução referida passou a ser utilizado, em grande escala, na realização de importações de bens não essenciais, da mais variada natureza, e na antecipação de importações para estocagem, chegando as guias de importação "em ser" a atingir, até maio, US$ 350 milhões.

O vulto dessas operações, com prazos não definidos para liquidação, implicava em pressão de procura sôbre o mercado, que poderia exercer-se a qualquer momento e que, se não atendida, resultaria em nova formação de atrasados comerciais.

A fim de impedir fôsse repetida situação altamente comprometedora do crédito externo do País, as Autoridades Monetárias, através da Resolução n.º 91, de 21-5-68, fixaram em 180 dias o prazo máximo de liquidação das importações efetuadas pelo mecanismo permitido na 82.

Em 16-7-68, nova Resolução, de n.º 94, estabeleceu que as importações cujas tarifas alfandegárias fôssem iguais ou superiores a 50 % ficavam obrigadas a prévio fechamento de câmbio. Em outras palavras: proibiu-se a utilização de créditos comerciais na importação de bens menos essenciais e supérfluos.

O fato de maior relevância na política cambial, em 1968, foi, sem dúvida, a introdução, em 21 de agôsto, do sistema de taxa flexível, indispensável à normalização do funcionamento da economia.

O sistema de reajustes de taxas muito espaçadas no tempo e, por isto mesmo, em níveis elevados como se fazia anteriormente, quanto maior fôsse o intervalo entre os reajustes, conduzia ao desencorajamento das exportações e estímulo às importações, progressivamente mais baratas, à medida em que se acentuava a discrepância entre a taxa de câmbio e os preços internos.

A essas conseqüências deve-se agregar, ainda, a pressão exercida sôbre o sistema financeiro nacional nos períodos que antecediam a efetivação das mudanças da taxa, utilizando-se

os agentes econômicos do crédito para transformar cruzeiros em dólares, em antecipação à mudança da taxa. As pressões sôbre o mercado de crédito desviavam recursos do financiamento à produção para proporcionar, no jôgo de moedas, ganhos especulativos injustificados, por não corresponderem a nenhuma necessidade do funcionamento da economia.

O nôvo sistema, com assegurar uma taxa de câmbio permanentemente adequada ao valor interno da moeda, proporciona melhor adequação da política cambial às políticas monetária e creditícia; evita a especulação sistemàticamente observada no regime anterior; mantém o interêsse pelas exportações; incentiva investimentos, em face da possibilidade de planejamento a longo prazo e manutenção de condições de competição no setor exportador; e desencoraja importações que entrem em concorrência com a indústria nacional.

Além dessa medida de fundamental importância, foram, paralelamente, adotadas outras providências, visando a disciplinar o mercado de câmbio, tais como, a obrigatoriedade de anotarem-se nos passaportes as vendas de câmbio para viajantes, limitadas em US$ 1 000, em 3-1-68; a redução para US$ 300 do limite das remessas pessoais para o exterior; a regulamentação das posições compradas e vendidas, dos bancos; a permissão e regulamentação de repasses entre bancos; e a estipulação de que, nas vendas de câmbio para viagens, sòmente US$ 100 sejam entregues em notas bancárias.

BALANÇO DE PAGAMENTO

As transações econômicas do Brasil com o exterior, segundo levantamento preliminar do balanço de pagamentos para 1968, apresentaram o superavit de US$ 39 milhões, refletindo o acêrto da política aplicada ao setor externo da economia que visou dar sentido dinâmico às operações com o resto do mundo, de forma a obter o seu melhor aproveitamento para a aceleração de desenvolvimento. Êste resultado é tanto mais significativo se considerado que o equilíbrio do balanço de pagamentos, em nível elevado de transações, foi obtido sem a adoção de quaisquer medidas cambiais restritivas ou de contrôle sôbre o comércio exterior.

A política econômica do Govêrno em 1968, uma vez colocada a inflação sob contrôle, orientou-se no sentido de retomar um ritmo de expansão econômica compatível com as necessidades de desenvolvimento do País, o que, *a priori*, implicava em admitir uma demanda maior de investimentos através de importações, em nível que atendesse ao crescimento programado do Produto Interno Bruto.

As expectativas de expansão das importações de bens de capital, somavam-se, ainda, as de um crescimento nas importações dos demais produtos, tendência que se iniciou em 1967 em face da maior flexibilidade da política comercial e da expansão que se observava no mercado interno.

Não obstante uma considerável parcela das importações de bens para investimentos fôsse realizar-se com a utilização de financiamentos externos já assegurados ou em processo de negociação, o atendimento da parcela restante, não coberta por êsse meio, iria exigir o emprêgo de recursos complementares proporcionados pela receita cambial do País, haja vista a disposição governamental de propiciar os recursos necessários à efetivação dêsses investimentos.

Nesse contexto, o caminho indicado era dar continuidade ao processo de elevação, ao máximo, da receita de exportações, o que foi feito, tanto no plano comercial, como no da política cambial, notadamente nesta última, pela elevação da taxa no início do ano e pela instituição, em agôsto, do sistema de taxa flexível.

A resposta do setor externo às diretrizes seguidas traduziu-se no incremento global do intercâmbio comercial, da ordem de US$ 625 milhões sôbre os níveis de 1967. As exportações e importações alcançaram, respectivamente, US$ 1 890 milhões e US$ 1 856 milhões, níveis récordes em tôda a evolução do comércio exterior brasileiro.

O ingresso de capitais autônomos, por seu turno, superou em cêrca de US$ 356 milhões o registrado no ano anterior.

Embora as transações correntes no exercício apresentassem o saldo negativo de US$ 443 milhões, a movimentação altamente positiva dos capitais autônomos permitiu a sua cobertura total, possibilitando, ainda, a melhoria líquida de US$ 32 milhões na posição global

dos haveres e obrigações das Autoridades Monetárias prontamente disponíveis, exigíveis e realizáveis até 360 dias. Os haveres brutos, incluindo a reserva cambial disponível e o realizável a qualquer prazo, evoluíram de uma posição de US$ 541 milhões, em 1967, para US$ 647 milhões ao encerrar-se o exercício de 1968, sendo atingidas plenamente tôdas as metas do Govêrno, no que respeita à posição externa líquida do Brasil.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Balance of Payments

1967/1968

US$ MILHÕES
US$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1967	1968 (**)
1 — MERCADORIAS E SERVIÇOS — *Goods and Services*	— 354	— 503
Exportação (FOB) — *Exports*	1 654	1 890
Importação (FOB) — *Imports*	— 1 441	— 1 856
Balança Comercial — *Trade Balance*	213	34
Serviços — *Services*	— 567	— 537
2 — TRANSFERÊNCIAS NÃO REFERENTES A PAGAMENTOS (líquido) — *Unrequired Transfers (net)*	77	60
3 — TRANSAÇÕES CORRENTES (1 + 2) — *Current Transactions*	— 277	— 443
4 — SAÍDA DE CAPITAIS AUTÔNOMOS — *Outflow of Autonomous Capital*	— 582	— 446
5 — INGRESSOS DE CAPITAIS AUTÔNOMOS — *Inflow of Autonomous Capital*	645	1 001
Investimentos — *Investments*	76	54
Reinvestimentos — *Reinvestments*	39	. .
Empréstimos e Financiamentos — *Loans*	530	726
Outros ingressos — *Other inflows*	—	221
6 — ERROS E OMISSÕES — *Errors ad Omissions*	— 27	— 73
7 — SUPERAVIT [+] OU DEFICIT [—] (3 a 6)	— 241	39
8 — CAPITAIS COMPENSATÓRIOS — *Compensatory Capital*	241	— 39
Operações de Regularização — *Compensatory Operations*	— 33	— 12
Haveres e Obrigações (melhoria —) — *Assets and Liabilities (improvement —)*	282	— 27
Ouro Monetário — *Monetary Gold*	—	—
Companhias petrolíferas — *Petroleum companies*	— 8	—

TRANSAÇÕES CORRENTES

Current Transactions

1964/1968

US$ MILHÕES
US$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1964	1965	1966	1967	1968 (*)
1 — BALANÇA COMERCIAL — *Trade Balance*	344	655	438	213	34
a) Exportação (FOB) — *Exports*	1 430	1 596	1 741	1 654	1 890
Café — *Coffee*	760	707	774	733	801
Algodão em rama — *Cotton*	108	96	111	91	131
Minérios — *Ore*	101	132	127	117	131
Hematita — *Hematite*	80	103	100	103	107
Manganês — *Manganese*	21	29	27	14	24
Cacau — *Cocoa*	46	41	72	84	72
Açúcar — *Sugar*	33	55	81	80	102
Manufaturas — *Manufactures*	70	109	97	143	132
Madeiras — *Woods*	57	68	75	69	88
Outros — *Others*	255	388	404	337	433
b) Importação (FOB) — *Imports*	— 1086	— 941	—1 303	—1 441	—1 856
Matérias-primas — *Raw materials*	— 240	— 209	— 236	— 229	— 312
Petróleo e derivados — *Petroleum and by-products*	— 180	— 157	— 170	— 155	— 200
Outros — *Other*	— 60	— 52	— 66	— 74	— 112
Gêneros alimentícios e bebidas — *Foodstuffs and beverages*	— 254	— 177	— 233	— 279	— 283
Trigo — *Wheat*	— 176	— 114	— 142	— 153	— 154
Outros — *Others*	— 75	— 63	— 91	— 126	— 129
Máquinas e equipamentos, veículos, seus pertences e acessórios — *Machinery, equipment and vehicles parts and accessories*	— 288	— 229	— 357	— 447	— 622
Produtos químicos e farmacêuticos — *Chemical and pharmaceutical Products*	— 127	— 151	— 197	— 201	— 283
Manufaturas — *Manufactures*	— 176	— 171	— 275	— 269	— 347
Outros — *Others*	— 4	— 4	— 5	— 16	— 9
2 — SERVIÇOS (líquido) — *Services (net)*	— 318	— 447	— 550	— 567	— 537
Receita — *Receipt*	118	161	141	185	202
Despesa — *Payment*	— 436	— 608	— 691	— 752	— 739
a) Viagens internacionais (receita) — *Foreign travel (receipt)*	18	30	12	15	21
Viagens internacionais (despesa) — *Foreign travel (payment)*	— 21	— 31	— 43	— 49	— 55
b) Transportes (receita) — *Transport (receipt)*	51	56	59	69	80
Transportes (despesa) — *Transport payment*	— 113	— 83	— 107	— 123	— 157
Fretes — *Freight*	— 103	— 77	— 90	— 100	— 125
Outros — *Others*	— 10	— 6	— 17	— 23	— 32
c) Seguros (receita — *Insurance (receipt)*	1	1	6	8	11
Seguros (despesa) — *Insurance (payment)*	— 12	— 10	— 10	— 12	— 16
d) Rendas de Capitais (receita) — *Investment income (receipt)*	2	10	7	13	20
Rendas de Capitais (despesa) — *Investment income (payment)*	— 192	— 269	— 291	— 313	— 290
Lucros e dividendos — *Profits and dividends*	— 58	— 102	— 127	— 112	— 90
Juros — *Interest*	— 134	— 167	— 164	— 201	— 200
e) Transações governamentais (receita) — *Government transactions (receipt)*	34	111	26	31	19
Transações governamentais (despesa) — *Governments transaction (payment)*	— 54	— 78	— 80	— 99	— 76
f) Serviços Diversos (receita) — *Other Services (receipt)*	12	21	31	44	51
g) Serviços Diversos (despesa) — *Other Services (payment)*	— 44	— 137	— 160	— 156	— 145
3 — TRANSFERÊNCIAS NÃO REFERENTES A PAGAMENTOS (líquido) — *Unrequired transfers (Net)*	55	75	79	77	60
4 — TOTAL (1 + 2 + 3) — *Total*	81	283	— 33	— 277	— 443

BALANÇA COMERCIAL

As medidas de política adotadas pelo Govêrno nos setores do comércio exterior e de câmbio resultaram, em 1968, no crescimento de 14,3 % da receita das exportações.

Por seu turno, as importações mantiveram a regularidade da sua estrutura, caracterizada por substanciais ingressos de bens de capital, matérias-primas e produtos químicos, ampliando-se em cêrca de 28,8 % sôbre o exercício anterior.

A balança comercial em base FOB, no ano de 1968, apresentou o superavit de US$ 34 milhões.

Exportações

A receita das exportações, em 1968, atingiu o valor eqüivalente a US$ 1 890 milhões em tôdas as moedas. Relativamente a 1967, registrou-se um crescimento de US$ 236 milhões.

EXPORTAÇÃO (FOB)
Export (Fob)

1964/1968

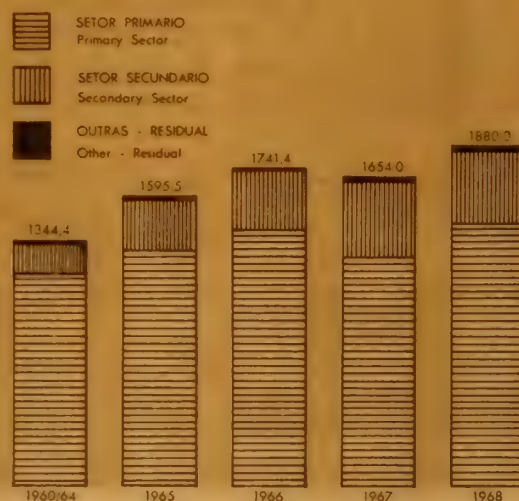
US$ MILHÕES / *US$ Million*

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1964	1965	1966	1967	1968 (*)
TOTAL GERAL — *Grand Total*	**1 430**	**1 595**	**1 741**	**1 654**	**1 890**
Café — *Coffee*	**760**	**708**	**772**	**733**	**801**
Em grão — *Beans*	760	767	763	705	778
Solúvel — *Instant*	0	1	9	28	23
Manufaturas — *Manufactures*	**70**	**109**	**97**	**142**	**132**
Produtos Tradicionais — *Traditional Products*	**335**	**379**	**447**	**421**	**561**
Algodão — *Cotton*	108	96	111	91	131
Minério de ferro — *Iron ore*	81	103	100	103	107
Minério de manganês — *Manganese ore*	21	29	27	14	24
Cacau e derivados — *Cocoa and by-Products*	46	41	72	84	72
Madeira de pinho — *Pinewood*	46	52	56	49	65
Açúcar — *Sugar*	33	58	81	80	102
Outros (não tradicionais) — *Other (non-traditional)*	**109**	**178**	**191**	**145**	**225**
Carne bovina (congelada e industrializada) — *Beef (frozen and processed)*	17	36	21	12	40
Milho em grão — *Maize (grain)*	3	28	31	22	57
Arroz — *Rice*	1	24	33	5	11
Couros e peles — *Hides and Skins*	12	24	30	30	23
Sisal (fibra) — *Sisal (fibre)*	34	23	22	15	17
Óleo de mamona — *Castor oil*	24	27	23	23	36
Soja (grão e farelo) — *Soy (grain and bran)*	3	14	26	39	26
Lã — *Wool*	19	13	20	17	15
Outros — *Other*	**156**	**221**	**234**	**213**	**231**

FONTE / *Source*: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda. / *Economic and Financial Statistical Service, Finance Ministry.*

De maneira geral, as exportações brasileiras reagiram de modo extremamente positivo aos estímulos governamentais, objetivando a elevação da receita a níveis compatíveis com os planos de desenvolvimento. Nesse particular, é oportuno ressaltar que uma série considerável de vantagens já estão definitivamente incorporadas à política de comércio exterior, destacando-se, entre elas, as isenções relativas aos impostos de produtos industrializados, circulação de mercadorias, operações financeiras e de renda, bem como o *draw-back* e a dispensa de diversas taxas, quotas, emolumentos e contribuições incidentes sôbre produtos manufaturados. Além dessas medidas de natureza tributária, outros incentivos de ordem financeira foram estabelecidos, tais como as isenções do Recolhimento Compulsório nos depósitos de Garantia de Câmbio, em volume eqüivalente aos adiantamentos de contrato de câmbio concedidos a exportadores; a concessão de redescontos especiais a uma taxa de 4 % a.a. a papéis de até 1 ano de vencimento, representativos de exportação de manufaturados; o financiamento e refinanciamento das exportações, bem como o seguro de crédito à exportação, instituído com a finalidade de proteger as entidades financiadoras e os exportadores contra os riscos comerciais, políticos e outros inerentes às transações mercantis. Houve estímulos a novas modalidades de operações, das quais a exportação em consignação tem condições de representar um instrumento bastante eficaz de promoção comercial.

A nova metodologia de reajuste da taxa de câmbio, por outro lado, veio dar ao exportador uma garantia bastante sólida de taxa de câmbio real e satisfatória, eliminando a falta de estímulo e a especulação cambial próprias do regime anterior. O nôvo sistema representa um grande passo no sentido de tornar-se a metodologia cambial sensível ao mecanismo da formação de preços.

A análise do comportamento das exportações revela um certo equilíbrio dos preços no período, em relação ao ano anterior, continuando o setor primário da economia a comandar o intercâmbio, sustentado tradicionalmente por alguns produtos, dentre os quais o café tem ainda participação decisiva.

Manufaturados

A exportação de manufaturados em 1968 foi de US$ 130 milhões, valor pouco inferior ao obtido no ano precedente, de US$ 143 milhões. O valor médio das exportações, entretanto, aumentou de forma altamente satisfatória, de US$ 183,00 por tonelada, para US$ 367,00.

Verificou-se, pois, importante alteração na pauta do grupo, caminhando-se no sentido de produtos mais elaborados. Assim, por exemplo, enquanto diminuía a exportação de ferro fundido — de US$ 10 milhões para US$ 2,5 milhões — aumentou-se a exportação de produtos de ferro mais elaborados (barras, esboços, placas) de US$ 3,9 milhões para US$ 11 milhões. Notou-se, também, expressivo aumento na exportação de válvulas eletrônicas, ampolas e bulbos elétricos — em um tôtal de US$ 6 milhões —, mantendo-se no mesmo nível as exportações de perfuradoras, tabuladoras e equipamentos semelhantes. Os aparelhos eletrodomésticos mantiveram suas exportações

de US$ 500 mil, verificando-se, todavia, expressivo incremento do item "revólvers e pistolas", quase totalmente exportado para os Estados Unidos da América, perfazendo montante de US$ 2,5 milhões. Em resumo, enquanto decrescia a participação dos produtos de pouca elaboração manufatureira, aumentava, ou permanecia com os mesmos valôres, a pertinente a artigos mais elaborados.

Como aspecto significativo de uma política de exportação mais realista em concernência às manufaturas, deve-se salientar, além do sistema de taxas de câmbio flexíveis, adotado em agôsto, a implementação das operações de redescontos do Banco Central a papéis representativos da exportação de manufaturados. O redesconto, realizado a um prazo de até 12 meses, se faz a uma taxa de incentivo, puramente nominal, de 4 % a.a., e montava a NCr$ 48 milhões em 31-12-68, sendo suas operações iniciadas em janeiro do ano referido.

Mercadorias

Café

O registro do volume de café embarcado para o exterior, em 1968, segundo elementos colhidos no Instituto Brasileiro do Café, revela um total de 19 035 mil sacas, com uma parcela eqüivalente a 600 mil de café industrializado e outra de 18 435 mil do produto cru, como se vê do quadro a seguir. Trata-se do maior volume embarcado desde 1963, quando se exportaram 19 514 mil sacas.

BRASIL

CAFÉ EMBARCADO PARA O EXTERIOR
Coffee Shipped Abroad

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1967	1968	VARIAÇÃO *Variation*
1 — Café em grão *Coffee in beans*			
a) Sacas *(bags)* — 1 000 .	16 740	18 435	+ 1 695
b) US$ milhões	704,7	770,6	+ 65,3
c) US$/saca *(bag)*	42,10	41,76	— 0,34
2 — Café Solúvel *Instant Coffee*			
a) Sacas *(bags)* — 1 000 ..	592	600	+ 8
b) US$ milhões	28,3	23,8	— 4,5
c) US$/saca *(bag)*	47,80	39,60	— 8,20
3 — Total (1 + 2) *Total*			
a) Sacas *(bags)* — 1 000 ..	17 312	19,035	+ 1 703
b) US$ milhões	733,0	793,8	+ 60,8
c) US$/saca *(bag)*	42,29	41,70	— 0,59

FONTE { Instituto Brasileiro do Café.
Source { *Brazilian Coffee Institute.*

A receita estimada ascendeu a US$ 794 milhões, a mais elevada desde 1957, ano em que, com uma exportação de apenas 14 319 mil sacas, se obtiveram rendimentos eqüivalentes a US$ 845,6 milhões. Registrou-se, em 1968, comparativamente ao último trimestre de 1967, razoável recuperação do valor médio da saca exportada, embora, ao longo do ano, se tenha registrado tendência declinante do valor médio das exportações gerais do produto.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ
Brazilian Coffee Exports

PERÍODO *Period*	ESTADOS UNIDOS *U.S.A.*			OUTRAS ÁREAS *Other Areas*			TOTAL *Total*		
	Sacas 1 000 *Bags*	US$ milhões	US$/ Saca *Bag*	Sacas 1 000 *Bags*	US$ milhões	US$/ Saca *Bag*	Sacas 1 000 *Bags*	US$ milhões	US$ Saca *Bags*
1958	7 150	381,8	53,40	5 744	306,3	53,32	12 894	688,1	53,36
1959	10 208	436,1	42,72	7 515	307,9	40,97	17 723	744,0	41,98
1960	9 381	402,8	42,93	7 438	309,9	41,68	16 819	712,7	42,38
1961	8 592	368,3	42,86	8 379	348,1	40,82	16 971	710,4	41,86
1962	8 158	327,1	40,10	8 218	315,5	38,39	16 376	642,6	39,24
1963	8 718	342,5	39,28	10 795	404,4	37,46	19 513	746,9	38,28
1964	6 341	335,0	52,76	8 599	429,4	49,33	14 948	759,9	50,84
1965	6 013	315,5	52,46	7 484	391,9	52,36	13 497	707,4	52,41
1966	6 767	318,2	47,02	10 264	455,3	44,35	17 031	773,5	45,42
1967	6 524	287,7	44,09	10 807	445,3	41,20	17 331	733,0	42,30
1.º trimestre	1 238	54,2	43,78	2 319	103,8	44,76	3 557	158,0	44,41
2.º trimestre	1 564	69,0	44,11	2 309	95,9	41,53	3 873	164,9	42,57
3.º trimestre	2 378	107,7	45,29	3 657	149,5	40,88	6 035	257,2	42,61
4.º trimestre	1 344	56,8	42,26	2 522	96,1	38,10	3 866	152,9	39,54
1968	8 401	361,2	43,00	10 634	432,6	40,68	19 035	793,8	41,70
1.º trimestre	1 916	82,2	42,90	2 467	101,0	40,94	4 383	183,2	41,79
2.º trimestre	2 065	89,0	43,09	2 615	105,3	40,26	4 680	194,3	41,51
3.º trimestre	2 188	95,2	43,51	3 169	128,3	40,48	5 357	223,5	41,72
4.º trimestre (*)	1 783	76,7	43,00	2 407	96,3	40,00	4 190	173,0	41,28

FONTE { Instituto Brasileiro do Café.
Source { *Brazilian Coffee Institute.*

As exportações apresentaram singular reação, no que se refere ao suprimento do mercado norte-americano. Com efeito, o volume para ali embarcado, de 1967 para 1968, cresceu quase dois milhões de sacas, voltando aos níveis de 1961/63. É de notar-se, a propósito, que a expansão das compras estadunidenses de café se deu de modo generalizado, eis que dados preliminares para as mesmas, de 1967 para 1968, incremento de aproximadamente 3 700 mil sacas. De qualquer modo, o Brasil aproveitou-se de parte do alargamento do citado mercado, o que não vinha ocorrendo ùltimamente. Com relação ao atendimento do mercado europeu, os dados preliminares também se apresentam melhorados, na comparação anteriormente procedida, comprovando-se, pois, que a reação das vendas brasileiras se concretizou em grande latitude. À reação do mercado internacional correspondeu o incremento dos embarques gerais do produto nacional, como se pode inferir dos seguintes elementos:

EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CAFÉ
World Coffee Exports

UNIDADE : 1 000 SACAS
Unit: 1 000 bags

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Ano Civil — *Civil Year*	49 146	46 542	44 284	49 604	49 916	...
Janeiro/Setembro	36 267	36 384	32 348	38 809	38 853	41 696
Ano/Safra — *Crop/Year*	50 444	42 458	48 723	48 440	51 942	—
Ano/Convênio — *Agreement/Year*						
Out./Set.	49 263	42 416	50 745	49 656	52 759	—

FONTE / *Source* — "George Gordon Paton Bulletin".

Na verdade, as exportações brasileiras elevaram-se, em 1968, cêrca de 9,8 %, enquanto as exportações mundiais do produto apresentaram melhoria de aproximadamente 7 %.

De outra parte, a evolução equilibrada das cotações, no disponível de Nova York, reflete condições de um mercado relativamente tranqüilo, principalmente depois de garantida a renovação do Convênio Internacional do Café, pelo prazo de 5 anos.

CAFÉ
Coffee

COTAÇÕES NO DISPONÍVEL — MÉDIAS MENSAIS
Quotations on the Available — Monthly Averages

MERCADO DE NOVA YORK
New York Market

MÊS	1966 Santos (1)	1966 Paraná 4 (1)	1966 «Mams» (2)	1966 Ambriz 2AA (3)	1967 Santos (1)	1967 Paraná 4 (1)	1967 «Mams» (2)	1967 Ambriz 2AA (3)	1968 Santos (1)	1968 Paraná 4 (1)	1968 «Mams» (2)	1968 Ambriz 2AA (3)
Janeiro	43.13	41.10	49.45	39.95	48.55	37.28	43.55	32.40	37.40	36.68	41.70	35.28
Fevereiro ...	42.18	41.15	49.68	35.05	38.05	36.83	42.70	33.23	37.15	36.58	41.53	34.83
Março	42.73	40.78	49.53	34.60	37.83	36.63	41.28	32.60	37.28	36.48	43.03	34.65
Abril	41.55	40.63	48.93	35.08	38.28	37.18	41.85	33.65	37.63	36.63	42.75	34.50
Maio	40.93	40.05	48.30	35.33	39.25	37.96	42.08	35.48	37.50	36.48	42.35	34.30
Junho	40.63	39.38	48.48	33.88	39.05	37.43	42.10	36.10	37.50	36.48	42.70	34.63
Julho	40.50	39.38	48.08	34.62	38.18	37.43	41.10	34.08	37.45	36.48	43.15	34.40
Agôsto	40.45	39.43	46.80	33.12	37.63	36.90	40.35	32.40	37.23	36.40	42.75	33.98
Setembro	40.23	39.03	45.40	32.28	37.28	36.58	40.58	32.65	37.35	36.50	42.63	34.28
Outubro	39.80	39.18	45.20	32.13	38.45	36.00	44.83	34.33	37.50	36.60	43.48	33.73
Novembro ...	39.55	37.93	45.10	32.80	36.48	36.15	43.20	34.33	37.50	36.53	42.40	33.75
Dezembro ...	34.33	37.78	44.18	32.18	36.78	36.20	42.60	35.28	37.68	36.76	42.68	33.20
Média Mensal	**40.83**	**39.57**	**47.43**	**33.98**	**37.82**	**36.92**	**41.94**	**33.83**	**37.43**	**36.56**	**42.69**	**34.25**

(1) Cafés brasileiros — *Brazilian Coffee.*
(2) Café colombiano — *Colombian Coffee.*
(3) Café da África Ocidental Portuguêsa — *Portuguese Western Africa Coffee.*

FONTE / *Source*: "Complete Coffee Coverage".

A melhoria da posição estatística do produto (diminuição de estoques), face à queda de produção, notadamente da brasileira, nas últimas três safras, tem contribuído para ter-se maior estabilidade dos "preços-ouro" da rubiácea. O quadro que se segue mostra o desenvolvimento da produção mundial, notando-se nêle o citado declínio da produção brasileira, a relativa estabilidade da concernente aos demais produtores das Américas, bem como da própria Ásia e Oceânia, em contraste com a seguida ascensão do contingente produzido na África.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ EXPORTÁVEL
World Exportable Coffee Production

POR SAFRAS (JULHO/JUNHO)
By Crops

UNIDADE : 1 000 SACAS
Unit: 1 000 bags

PRODUTORES *Producing Countries*	1956/57 a 1960/61 (Média) *(Average)*	1964/65	1965/66	1966/67	1967/68	1968/69 (*)
1 — **América do Norte e Central** . *North and Central America*	6 521	7 549	7 945	7 101	8 195	7 669
2 — **América do Sul** .... *South America*	34 767	26 340	46 603	25 700	31 845	26 203
a) Brasil — *Brazil*	23 927	18 063	37 776	17 601	23 373	18 000
b) Colômbia — *Colombia* ..	6 650	6 500	7 000	6 350	6 600	6 360
c) Outros — *Other*	1 190	1 777	1 827	1 750	1 872	1 843
3 — **África** .... *Africa*	10 283	15 253	16 659	14 825	16 815	16 973
5 — **Ásia e Oceânia** .... *Asia and Oceania*	1 648	2 137	2 527	2 524	3 072	2 754
5 — **Total Geral** .... *Grand Total*	**53 219**	**51 279**	**73 734**	**50 150**	**59 927**	**53 599**

FONTES / *Sources*: Para os dados da produção brasileira, IBC; para os demais, Dep. de Agricultura dos Estados Unidos. / *IBC for Brazilian production data; U.S.A. Department of Agriculture for all other countries.*

A vista dêstes elementos, a análise do quadro das cotações revela o paradoxo segundo o qual, num mercado de posição estatística bem melhorada, sòmente decresceram as cotações do produto brasileiro, não obstante o declínio da produção nacional ao longo do período. Êste fato, ao que tudo indica, está efetivamente ligado à política mais agressiva de vendas, já mencionada, não sendo, portanto, decorrente de maior volume de exportações via entrepostos, eis que não se está analisando valor médio da saca exportada, mas sim cotações de mercado. O importante a ressaltar, a propósito, é a circunstância de que os demais produtores, em conjunto, mantiveram e até elevaram suas cotações no ano de 1968. E, conquanto não se tenham disponíveis elementos gerais relativos às exportações dos demais concorrentes, sabe-se que a África conseguiu, ao mesmo tempo, exportar mais e a preços melhores que os de 1967. Os dados seguintes retratam o comportamento das exportações africanas do grão. A conclusão, do exposto, é que a busca da expansão e da recuperação de mercado para o café brasileiro não se faz sem perda relativa de receita, apesar de ser atualmente favorável a posição estatística mundial do produto.

EXPORTAÇÕES AFRICANAS DE CAFÉ
African Coffee Exports

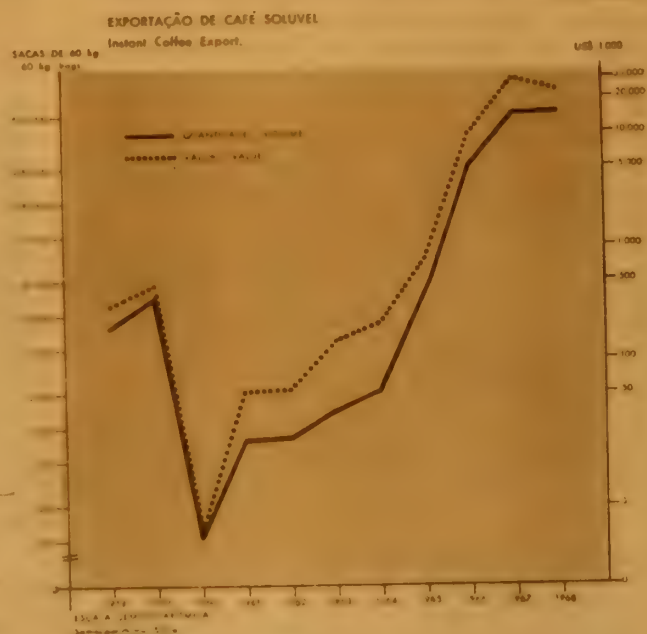
UNIDADE : SACAS 1 000
Unit: Bags 1,000

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Janeiro/Setembro	10 035	11 968	10 795	12 212	11 940	12 9[illegible]
Ano/Safra — *Crop/Year*	(1963/64)	(1964/65)	(1965/66)	(1966/67)	(1967/68)	—
Julho/Junho	13 687	14 214	14 716	14 885	15 558	—
Ano/Convênio — *Agreement/Year*						
Outubro/Setembro	14 939	13 050	15 007	15 344	15 978	—

A análise das exportações de café em 1968 revela, outrossim, o aspecto positivo da manutenção percentual da respectiva receita cambial, no valor global das exportações do País, como visto no quadro a seguir. Tal participação, pràticamente, se estabilizou nos últimos cinco anos, não obstante a excepcional melhoria alcançada com as vendas gerais ao exterior.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CAFÉ NO VALOR TOTAL DA EXPORTAÇÃO
Coffee Percent participation in Exports Total Value

ANOS *Years*	TOTAL DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA *Brazilian Total Export*	%	VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ *Coffee Exports Value*	%
1959	1 282	100	744	58
1960	1 269	100	713	56
1961	1 405	100	710	51
1962	1 215	100	643	53
1963	1 406	100	747	53
1964	1 430	100	760	53
1965	1 596	100	707	44
1966	1 741	100	774	42
1967	1 654	100	733	44
1968	1 890 (*)	100	794	42

No quadro geral das exportações brasileiras de café, capítulo especial se abre ao solúvel. Em virtude da entrada em funcionamento da Companhia Cacique de Café Solúvel e da Dominium S. A., tais exportações experimentaram, a partir de 1965, notável elevação. Para o ano em foco, esperava-se que os embarques atingissem cêrca de 800 mil sacas (eqüivalentes ao produto cru), comparativamente a 590 mil de 1967 e 199 mil de 1966. A expectativa frustrou-se, principalmente em vista da interrupção das atividades da Dominium. Seja como fôr, a exportação do produto industrializado deve ter alcançado a 600 mil sacas, com valor de US$ 23,8 milhões, nível baixo e conseqüente da grande queda do valor médio da saca exportada (1967 = US$ 47,80; 1966 = US$ 39,60). Além dos problemas de ordem interna enfrentados pela indústria do solúvel, o desenvolvimento de suas atividades, em 1968, foi marcado, durante todo o período, pela expectativa inerente aos resultados das negociações entre o Brasil e os Estados Unidos, a propósito da taxação das exportações em aprêço. A questão prolongou-se durante o ano inteiro e, já no seu final, os Estados Unidos recorreram à Organização Internacional do Café, invocando os

EXPORTAÇÕES DE CAFÉ SOLÚVEL
Instant Coffee Exports

UNIDADE : US$ 1 000
Unit: US$ 1,000

ANOS *Years*	ESTADOS UNIDOS *U.S.A.*		OUTROS PAISES *Other Countries*		TOTAL *Total*	
	Sacas *Bags* 60 kg	Eqüivalência em dólares *US$ Value*	Sacas *Bags* 60 kg	Eqüivalência em dólares *US$ Value*	Sacas *Bags* 60 kg	Eqüivalência em dólares *US$ Value*
1957	31	3	268	26	299	29
1958	—	—	7 588	304	7 588	304
1959	—	—	13 694	457	13 694	457
1960	—	—	106	3	106	3
1961	—	—	763	53	763	53
1962	—	—	784	54	784	54
1963	—	—	1 368	142	1 368	142
1964	—	—	2 501	212	2 051	212
1965	14 326	685	575	58	14 901	743
1966	191 400	9 116	7 249	408	198 649	9 524
1967	514 481	23 346	77 085	4 916	591 566	28 262
1968	...	...	...	...	600 000	23 800

têrmos do Artigo 44 do Convênio. Êsse dispositivo regula as "disputas" entre os Membros do Tratado, no referente a tratamento discriminativo nas exportações de café industrializado, dispondo, para a solução de "impasses", a criação de uma Junta Arbitral, formada por um membro de cada um dos países implicados e mais um presidente.

De outro lado, em conseqüência da ascensão do volume físico das exportações do produto nos dois últimos anos, a orientação brasileira junto ao Conselho do Convênio Internacional do Café contemplou a necessidade de se obterem para o País quotas anuais maiores, o que, afinal, se conseguiu. De fato, já a partir de 1966/67 (ano-convênio de outubro/setembro) registraram-se aumentos na *tranche* de exportação do Brasil permitida para os mercados tradicionais.

BRASIL

QUOTAS E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ — *Quotas and Exports*

UNIDADE: SACAS DE 60 kg — *Unit: 60 kg Bags*

PERÍODO *Period* Ano/Convênio *Agreement/Year*	QUOTAS ANUAIS FIXADAS PELO CONSELHO *Yearly quotas established by Council*	EXPORTAÇÕES EFETIVAS (1) *Actual Exports (1)*			DIFERENÇAS *Differences*
		Mercados Tradicionais *Tradicional Market*	Mercados Novos *New Market*	Total *Total*	
	(A)	(B)	(C)	(D=A+B+C)	(E—A)
1962/63	17 794 944	17 819 944	669 367	18 489 311	+ 25 000
1963/64	18 692 589	16 283 019	741 274	17 024 293	— 2 409 570
1964/65	16 827 452	12 502 973	511 508	13 014 481	— 4 324 479
1965/66	16 975 911	16 975 911	636 975	17 612 886	
1966/67	17 311 938	16 672 361	567 166	17 239 527	— 639 577
1967/68	17 672 481	17 672 548	613 727	18 286 275	+ 67
1.º trimestre	4 389 624	3 798 464	67 390	3 865 854	— 591 160
2.º trimestre	4 389 625	4 218 444	164 682	4 383 126	— 171 181
3.º trimestre	4 446 615	4 527 327	152 813	4 680 140	+ 80 712
4.º trimestre	4 446 617	4 485 923	165 833	4 651 756	+ 39 306
1968/69	17 880 351				
1.º trimestre	4 470 088	4 470 088	144 156	4 614 244	—
2.º trimestre	4 470 088				
3.º trimestre	4.470 088				
4.º trimestre	4 470 088				

(1) Inclui café Industrializado.
FONTES { Instituto Brasileiro do Café e Resoluções do Conselho do Convênio Internacional do Café.
Sources { *Brazilian Coffee Institute and Resolutions of International Coffee Agreement Council.*

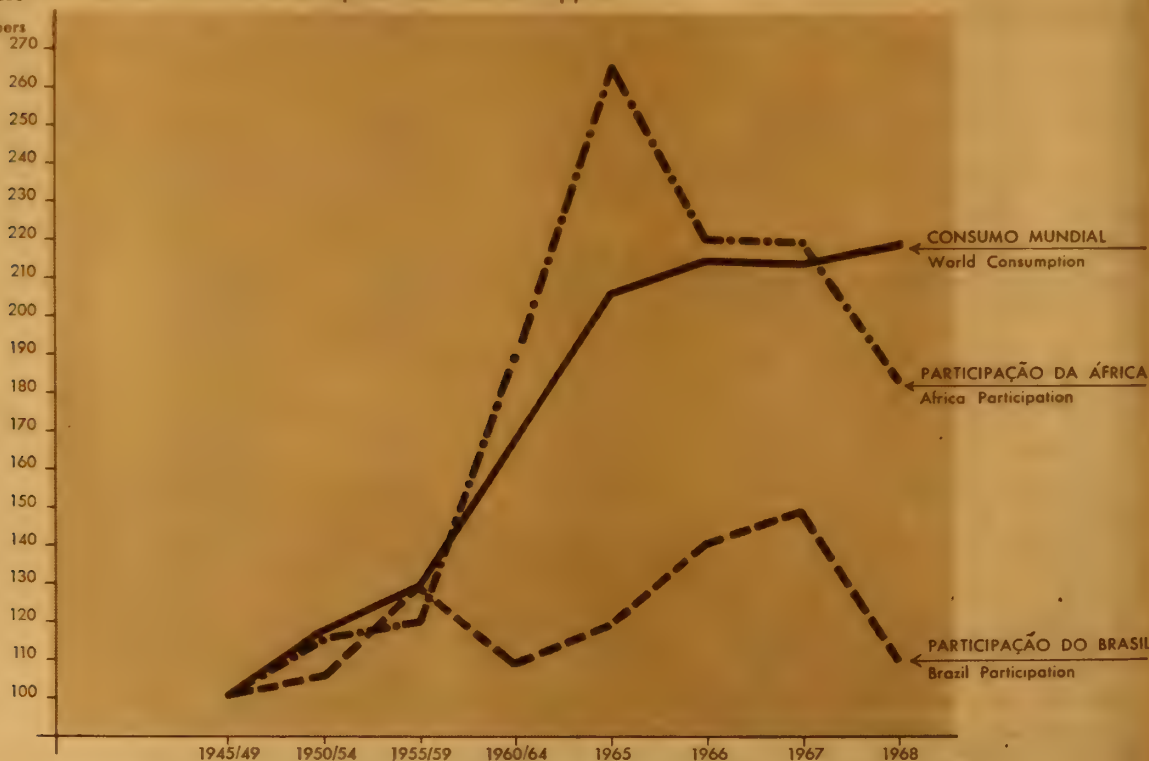
Cacau

Interrompendo uma tendência crescente que se observava desde 1965, a receita cambial de cacau e derivados, em 1968, atingiu o montante de US$ 72,1 milhões, 14,5 % inferior à de 1967. Dêsse total, US$ 46,1 milhões corresponderam a cacau em amêndoas e o restante a derivados.

Em decorrência de condições climáticas adversas no início da florada, tanto da safra temporão quanto da principal, exportou-se em 1968, em têrmos físicos, menos 34,1 % em amêndoas e 15,8 % em derivados de cacau, do que em 1967.

O volume de cacau exportado em 1968, tanto processado quanto *in natura*, estêve bem próximo do baixo nível do ano de 1964, quando a colheita foi prejudicada por más condições de clima e pela incidência de pragas e doenças.

A região produtora do Sul da Bahia foi assolada no princípio do ano por chuvas intermitentes, que provocaram grandes inundações, atrasando e reduzindo a safra temporão. Idêntico fenômeno, em maior escala, registrando, mesmo, o maior índice pluviométrico já anotado para a região, ocorreu nas áreas produtoras de cacau da África. Assim, a participação do Brasil e da África como fornecedores do produto ao mercado internacional, no ano de 1968, em decorrência dos fatôres adversos supramencionados, consignou o mais baixo valor do após-guerra. A parcela brasileira no consumo mundial reduziu-se, pràticamente, à metade da média calculada para o qüinqüênio 1945/49, perdendo o Brasil oportunidade de beneficiar-se da expansão excepcional do consumo. As estatísticas internacionais revelam aumento de mais do dôbro do consumo de cacau, e derivados.

Por outro lado, o incremento da procura, desde o período 1945/49 até 1968, foi de aproximadamente 117 %, e nesse ínterim, enquanto o Brasil perdia mercado, em têrmos relativos, os africanos, destacando-se neste último grupo Gana, Nigéria e Costa do Marfim, se beneficiavam da notável elevação do consumo, aumentando sua participação no atendimento respectivo, nesse interregno, de quase 120 %. Apenas, em 1968, com a redução da safra, êsse índice baixou para cêrca de 80 %.

Tal fenômeno se explica pelo fato de que, enquanto os africanos dispõem de muito maior área para plantio e produção de cacau, com programas adequados de assistência técnica e pesquisa científica, no Brasil, na Bahia, a lavoura cacaueira se encontra em decadência, velha de mais de 100 anos, por isto que foi, ali, implantada sem observação de técnicas racionais, para não nos referirmos a métodos modernos e pesquisas, que só tiveram início no País a partir de 1964, com a criação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC).

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CACAU E DERIVADOS E ÍNDICES DE PREÇOS
COCOA — Brazilian Exports and Index of Prices

ANOS *Years*	CACAU EM AMÊNDOAS *Beans*				DERIVADOS DE CACAU *By-products*				RECEITA CAMBIAL TOTAL DO CACAU *Total Cocoa Receipts*	% NO TOTAL DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA *Cocoa % in Total Exports*
	1 000 t (1)	US$ milhões (2)	Preços médios US$/ton. (3) *Average Price*	Índice dos Preços médios-base 1957 = = 100 (4) *Index of Average Price*	1 000 t (5)	US$ milhões (6)	Preços médios US$/ton. (7) *Average Price*	Índice dos Preços médios 1957 = = 100 (8) *Index of Average Price*		
1957	110	67,7	635,42	100,0	25	23,0	935,30	100,0	92,7	6,7
1958	103	89,4	864,46	136,4	33	28,4	872,74	93,3	117,8	9,5
1959	80	59,4	747,04	118,6	45	32,3	701,17	75,0	91,7	7,2
1960	125	62,2	551,43	87,8	44	29,4	662,20	71,8	98,6	7,8
1961	104	45,9	440,85	69,4	30	16,6	558,01	60,7	62,5	4,5
1962	55	24,2	437,78	69,9	23	18,4	796,41	85,0	42,6	2,5
1963	69	35,0	509,99	80,3	20	16,3	808,96	87,5	51,3	3,6
1964	75	34,8	466,02	73,3	17	11,6	677,11	72,4	46,4	3,3
1965	92	27,7	301,08	47,4	18	13,4	744,44	80,6	41,1	2,6
1966	112	50,7	452,60	71,7	23	20,9	908,69	97,6	71,6	4,1
1967	114	59,1	518,42	82,6	22	25,2	1 145,45	123,5	84,3	5,1
1968 (1) ...	75	46,1	614,67	97,7	19	26,0	1 368,42	146,3	72,1	3,8

FONTE: Banco Central. SEEF — Ministério da Fazenda. CEPLAC.

OBS.: 1) Os dados referentes a derivados de cacau, em 1968, foram estimados com base em dados efetivos de manteiga, e sua relação com o total de derivados nos anos de 1965, 1966 e 1967, tanto para valor quanto para volume.

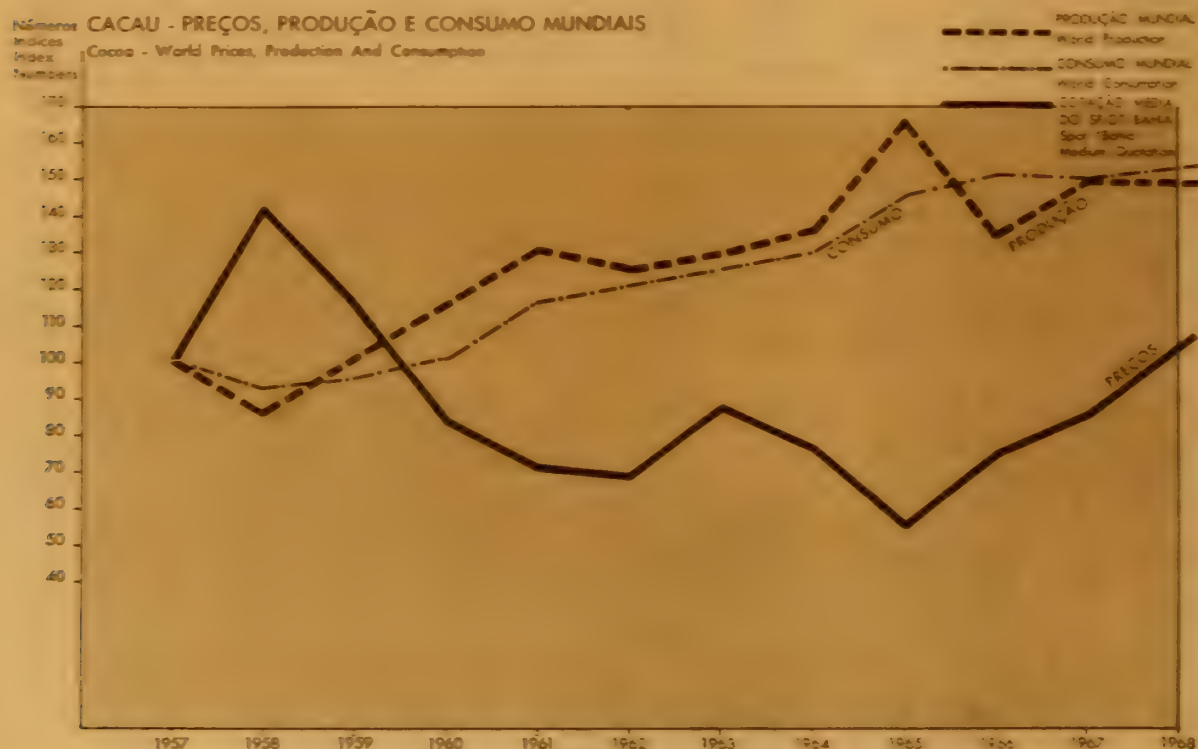
A conjuntura da oferta mundial refletiu-se nas cotações internacionais do produto, ocorrendo, pois, que os preços médios das exportações brasileiras de cacau em amêndoas se elevassem substancialmente em 1968. Atingiram, então, na prática, os excelentes níveis assinalados em 1957, sendo que, no que concerne aos derivados, observou-se elevação superior a 46 %.

Quanto às cotações do disponível, no mercado terminal de Nova York, chegaram elas a alcançar, em dezembro, para o "Spot Ghana" 50,88 centavos de dólar norte-americano por libra-pêso, e para o Bahia 49,75, níveis que

não se verificavam havia 10 anos, quando o "Bahia" se cotara, então, a 48,85 e o "Ghana" 50,20.

Observe-se, ainda, que as médias anuais foram as maiores dos últimos cinco anos, registrando-se a máxima em dezembro e a mínima em junho, o que até certo ponto pode ser considerado paradoxal, porquanto, a esta altura, o mercado já havia tomado conhecimento da redução do "temporão brasileiro" e das perspectivas desfavoráveis à safra principal baiana.

Com efeito, os dados indicam que os estoques mundiais do produto, em mãos dos países consumidores, se situam nos mais baixos níveis relativos da fase de após-guerra, não chegando a representar nem 20 % do consumo mundial.

A redução dos estoques, em 1969, estimada em 225 mil toneladas, deverá colocá-los em tôrno de 70 mil toneladas, o que representará, apenas, aproximadamente 5 % do consumo mundial.

Açúcar

As exportações brasileiras de açúcar, em 1968, atingiram o valor aproximado de US$ 105 milhões, ultrapassando substancialmente os US$ 84 milhões anotados para o ano anterior. O aumento verificado na receita deve, todavia, ser computado à ampliação das compras realizadas pelo mercado preferencial norte-americano, uma vez que o volume exportado se situou em posição bem inferior ao do ano de 1967.

De outra parte, as 553 mil toneladas de açúcar vendidas aos Estados Unidos da América, ao preço médio de US$ 137/t, permitiram compensar a gravosidade das exportações verificadas no mercado mundial, eis que os custos nacionais da produção de açúcar demerara giraram em tôrno de US$ 94/t e as exportações realizadas para o mercado mundial livre alcançaram o preço médio de US$ 55/t.

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR
Sugar Exports

PERÍODO 1957/1968
Period

UNIDADES : VOLUME 1 000 t — *Unit: Volume 1,000 tons*
VALOR : US$ MILHÕES — *Value: US$ Million*
PREÇO MÉDIO : US$ t — *Average price: US$/ton*

ANOS *Years*	MERCADO MUNDIAL (excl. EUA) *World Market (excl. USA)*			MERCADO AMERICANO *American Market*			TOTAL *Total*	
	Volume *Volume*	Valor *Value*	Preço Médio *Average Price*	Volume *Volume*	Valor *Value*	Preço Médio *Average Price*	Volume *Volume*	Valor *Value*
1957	424	45,9	108,3	—	—	—	424	45.9
1958	758	57,3	75,6	—	—	—	758	57.3
1959	606	42,1	67,8	10	0,7	70,0	616	42.8
1960	679	46,9	69,1	90	10,8	120,0	769	57.7
1961	489	32,1	65,6	294	33,5	114,0	783	65.5
1962	99	5,4	54,8	341	33,7	98,9	440	39.1
1963	76	11,3	149,3	424	59,3	139,8	500	76.6
1964	90	14,7	163,3	162	18,2	112,3	252	32.9
1965	483	24,5	50,7	329	33,3	101,2	812	57.8
1966	567	25,7	45,3	428	53,9	125,9	995	79.6
1967	532	20,7	38,9	463	63,1	134,1	995	83.8
1968 (*)	356	19,6	55,1	553	75,7	136,9	909	104.8

FONTE / *Source*: I.A.A.

O mercado mundial livre iniciou o ano de 1968 com franca recuperação de suas cotações. As perspectivas de conversações para a conclusão de um acôrdo internacional (reunião realizada em Genebra, no mês de abril, sob o patrocínio da UNCTAD) deram impulso otimista ao mercado. Além disso, a safra cubana se frustrava e apresentava sinais de que não ultrapassaria 5,5 milhões de toneladas. As previsões otimistas, porém, não duraram muito, e mesmo antes de se efetivar a reunião de Genebra os preços começaram a baixar. Em vista do resultado da primeira reunião, os preços caíram, no disponível de Nova York, de US$ 51,70 t, observado em fevereiro/68, para US$ 30,10/t, em setembro do mesmo ano.

A segunda reunião, no dia 24 de outubro, também em Genebra, culminou com a conclusão de acôrdo sôbre o produto. A partir de então, os preços vêm-se recuperando progressivamente, tendo atingido US$ 64,00/t, em dezembro/68.

PRODUÇÃO, ESTOQUE E CONSUMO MUNDIAL DE AÇÚCAR
World Sugar Production, Stock and Consumption

TONELADAS/MILHÕES
Million/tons

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1967/68 Absoluto *Absolute*	%	1966/67 Absoluto *Absolute*	%	1965/66 Absoluto *Absolute*	%
Produção — *Production*	67,5	+ 2,5	65,8	+ 4,1	63,3	— 5,7
Consumo — *Consumption*	67,7	+ 3,2	65,6	+ 4,3	62,9	+ 4,8
Estoque Final — *Final Stock*	18,0		18,4		18,6	

FONTE / *Source*: F. O. Licht's — International Sugar Report.

A fim de dosar a oferta do mercado livre, o Acôrdo Internacional do Açúcar fixou, para o referido mercado, a quota global de exportação, durante o ano de 1969, em 7 567 000 toneladas métricas. Os principais exportadores receberam as seguintes quotas básicas: Cuba, 2 155 000 t; Austrália, 1 100 000 t; China Nacionalista, 630 000 t; Africa do Sul, 625 000 t. Essas quotas serão reajustadas em função da oscilação do preço de mercado. A observação dêsses preços se fará através das bôlsas de Nova York e Londres. A partir de 5,25 centavos de dólar por libra-pêso, para cima, tornar-se-ão sem efeito tôdas as quotas básicas, isto é, será

totalmente liberada a exportação. Se os preços caírem a menos de 3,5 centavos norte-americanos por libra-pêso, as quotas básicas serão reduzidas em 10 %. O preço mínimo será de 3,25 centavos de dólar por libra-pêso. Caso as cotações caiam abaixo dêsse valor, o Conselho se reunirá para, por votação especial, reduzir as quotas abaixo da tonelagem considerada mínima, isto é, abaixo de 90 % da tonelagem básica.

O ano de 1969 iniciou-se com uma redução de 10 % das quotas básicas, uma vez que os preços se vêm situando abaixo de 3,50 centavos de dólar por libra-pêso. A expectativa é de que o simples funcionamento do Acôrdo permita recuperação substancial dos preços — (em dezembro/68 as cotações giraram em tôrno de 2,80 centavos de dólar por libra-pêso).

Outro fator que está contribuindo notàvelmente para a melhoria das condições de exportação é a nova política cambial de taxas flexíveis. Anteriormente, à medida em que os custos internos se elevavam em conseqüência da inflação, tornava-se quase impossível a colocação do produto no mercado livre. Em certos períodos, a irrealidade da taxa cambial, conjugada a baixas cotações, determinava remuneração insuficiente para cobrir, sequer, 50 % dos custos internos de produção.

Algodão

A exportação de algodão em rama atingiu a cifra de US$ 130 milhões contra US$ 91 milhões em 1967. Êsse acréscimo substancial de 43 % da receita em dólares foi motivado, principalmente, pelo aumento da produção brasileira, que ensejou maiores excedentes exportáveis, e, ainda, pelo fato de que a colocação dos estoques norte-americanos, nos dois últimos anos, veio restabelecer o equilíbrio do mercado internacional.

Embora os preços mundiais se encontrassem em baixa, a disposição dos exportadores quanto à negociação da safra não foi afetada, graças à elevação da taxa cambial, que anulou a gravosidade do produto, no início do ano.

Milho

As exportações de milho totalizaram 1 280 mil toneladas, perfazendo US$ 57 milhões em divisas. Êste resultado expressivo deveu-se aos seguintes fatôres fundamentais: 1) safra elevada em 1967/68, a qual alcançou 15 milhões de toneladas; 2) carência de milho no sul da Europa, o que proporcionou ao Brasil oportunidade de colocar, nesse mercado, apreciável volume do cereal; 3) conquista de novos mercados.

O Brasil situa-se como segundo produtor mundial de milho e tem como principais concorrentes a Argentina e os Estados Unidos. O primeiro, malgrado sua produção inferior à nossa, destina a maior parte da mesma ao mercado externo; quanto ao segundo concorrente, sua participação elevada na oferta mundial afeta o comportamento dos preços internacionais. A magnitude das safras norte-americanas — 104 milhões de toneladas em 1966/67 e 119 milhões em 1967/68 — provocou, nos preços do mercado mundial, tendência baixista, prejudicando o cereal brasileiro, que é de qualidade superior. As perspectivas, entretanto, são excelentes, devido, principalmente, à grande aceitação do produto nacional.

A capacidade de escoamento dos dois portos de embarque do milho, Santos e Paranaguá, limita, todavia, as exportações em tôrno de 1 milhão de toneladas, situação esta que deverá permanecer até 1970, impedindo o Brasil de ampliar suas exportações da espécie, apesar das boas características que lhe oferece o mercado externo.

Carne Bovina

Em 1968, as exportações brasileiras do item alcançaram US$ 39 milhões, ou seja, montante substancialmente superior ao registrado no ano precedente, que foi de US$ 28 milhões. O ritmo das exportações brasileiras da espécie não tem sido regular em decorrência da grande dificuldade de penetração no mercado internacional, em face, sobretudo, da competição dos exportadores tradicionais.

Minério de Ferro

As exportações do minério de ferro foram da ordem de 15 milhões de toneladas, ao preço médio de US$ 7,10 FOB/t, proporcionando, desta forma, receita, em divisas, de cêrca de US$ 107 milhões; êste acréscimo de 0,7 milhão de toneladas e US$ 4 milhões, em relação a 1967, tem como principal razão determinante a circunstância de que a Companhia Vale do Rio Doce — a qual participa com 80 % das vendas de minério ao exterior — produz, para o mercado internacional, tendo, por conseguinte, seguro conhecimento das perspectivas conjunturais. As oscilações que porventura venham a ocorrer na receita são de

caráter mínimo, não chegando a influir nas metas programadas.

Por outro lado, na tentativa de conquista de novos mercados, o Brasil está sofrendo forte concorrência da Austrália, a qual mudou radicalmente suas diretrizes, passando de regime restritivo para total liberalização das exportações de minério de ferro. No que tange à área socialista, o Brasil teria ótima oportunidade de elevar ràpidamente suas exportações, graças à inauguração de importantes complexos siderúrgicos na Polônia e Bulgária. Entretanto, devido a problemas de balanço de pagamentos com tais países, tornam-se problemáticas as exportações para o setor indicado.

Minério de Manganês

A exportação de manganês atingiu US$ 24 milhões, com volume de 1 milhão de toneladas, negociadas nesse mesmo ano, e 100 mil toneladas comercializadas em 1967, porém embarcadas sòmente no ano seguinte.

A comparação do valor apurado em 1968 com o de 1967 (US$ 14 milhões) não significa possível conquista de novos mercados nem aumento de possibilidades futuras em relação ao minério. Tratou-se, apenas, com efeito, da recuperação de mercados tradicionais, afetados, então, por conjuntura desfavorável às exportações.

A queda dos preços do manganês parece ter atingido seu ponto crítico, pois existe atualmente excesso de oferta, da ordem de 500 mil toneladas, e a procura do manganês depende essencialmente da produção do aço. Em tais circunstâncias, seu mercado é de dimensões limitadas e, atualmente, prejudicado pelo excesso de estoques acumulados pelos países consumidores.

Outrossim, desde 1963, vem o produto brasileiro sofrendo forte concorrência de novas fontes produtoras (Gabão e Austrália).

Importações

Refletindo o ritmo de crescimento da economia nacional, as importações brasileiras de mercadorias atingiram, em 1968, US$ 1 856 milhões FOB. Relativamente ao exercício de 1967, o aumento absoluto registrado alcançou US$ 415 milhões.

IMPORTAÇÃO (FOB)
Imports

1964/1968

US$ MILHÕES
US$ Million

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1964 Valor *Value*	1964 %	1965 Valor *Value*	1965 %	1966 Valor *Value*	1966 %	1967 Valor *Value*	1967 %	1968 Valor *Value*	1968 %
Matérias-primas *Raw materials*	240	22,1	209	22,2	236	18,1	220	16,0	312	16,8
Petróleo e derivados *Petroleum and by products*	180	16,6	157	16,7	170	13,0	155	10,7	200	10,8
Outras *Others*	60	5,5	52	5,5	66	5,1	74	5,3	112	6,0
Gêneros Alimentícios e Bebidas *Foodstuffs and Beverages*	251	23,1	177	18,8	233	17,9	279	19,3	283	15,2
Trigo em grão *Wheat grain*	176	16,2	114	12,1	142	10,9	153	10,6	154	8,3
Outros *Others*	75	6,9	63	6,7	91	7,0	126	8,7	129	7,0
Produtos Químicos e Farmacêuticos *Chemical and Pharmaceutical products*	127	11,7	151	16,0	197	15,1	201	13,9	283	15,2
Máquinas, equipamentos, veículos, seus pertences e acessórios *Machines, equipments vehicles, spare parts and accessories*	288	26,5	229	24,3	357	27,4	447	31,0	[illegible]	[illegible]
Outros produtos *Other products*	180	16,6	175	18,7	280	21,5	285	19,8	356	19,3
TOTAL GERAL (FOB)	1 086	100,0	941	100,0	1 306	100,0	1 441	100,0	1 856	100,0
PIB REAL (US$ MILHÕES)	23 534		24 750		25 394		26 664		[illegible]	
PARTICIPAÇÃO DA IMPORTAÇÃO SÔBRE O PIB	4,6		3,8		5,1		5,4		6,54	

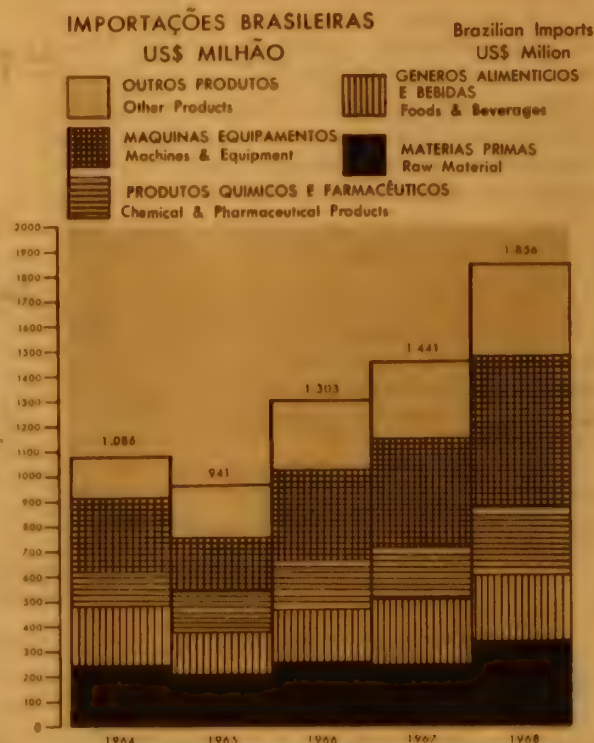
As importações de bens diretamente vinculados aos fatôres de produção, isto é, máquinas e equipamentos, matérias-primas e produtos químicos, respondem por 82 % do incremento verificado no exercício, totalizando o crescimento dessas rubricas US$ 340 milhões. Em têrmos relativos esta classe de importações correspondeu, no período 1964/67, a 61,0 % do valor total e, em 1968, a 65,5 %.

Num mercado em expansão, seria natural, outrossim, ocorresse elevação dos suprimentos de bens não essenciais. Conseqüentemente, as importações do item "Outros Produtos", entre os quais se inclui extensa gama dos referidos bens, acusaram, em relação a 1967, crescimento de US$ 71 milhões.

A propósito, estima-se que o valor das importações de todos os bens não essenciais, isto é, não só os incluídos na rubrica acima, mas também veículos, alimentos e bebidas, classificados em outros grupamentos, tenha alcançado US$ 100 milhões, aproximadamente, em 1968, o que situaria a sua participação, no total, em cêrca de 5 %.

É forçoso reconhecer que a extinção da categoria especial e a redução geral de tarifas procedidas em 1966 — medidas essas conjugadas com as facilidades de obtenção de créditos comerciais de curto prazo a custos baixos, no exterior, bem como com o sistema anterior de reajustes da taxa de câmbio a longos intervalos — estimularam êsse tipo de importações.

Por outro lado, diante de alguns impactos indesejáveis verificados no Balanço de Pagamentos, e a fim de se evitarem prejuízos reais à indústria nacional, ante pespectivas de manter-se o mercado consumidor em expansão, o Govêrno baixou a Resolução 94, de 16-7-68, proibindo pràticamente a utilização dos créditos comerciais para os produtos cuja tarifa aduaneira fôsse igual, ou superior, a 50 %. Outrossim, as autoridades monetárias introduziram modificações no sistema de reajustes da taxa de câmbio, em agôsto, e, mais recentemente, adotaram novos níveis tarifários para êsses produtos (Decreto-lei n.º 398, de 30-12-68). Procurou, assim, o Govêrno corrigir as distorções que se vinham verificando nesse setor.

Finalmente, é significativo assinalar que a participação das importações no PIB atingiu 6,5 % em 1968, índice que supera aquêle registrado em 1960 e iguala o de 1961, anos em que foi maior o crescimento real da economia brasileira.

Petróleo e Derivados

A importação de petróleo e derivados atingiu o montante aproximado de US$ 200 milhões. Tal cifra corresponde a 10 930 milhões de toneladas de petróleo bruto (US$ 133 milhões) e 2 008 toneladas de derivados (US$ 67 milhões). O acréscimo verificado em relação a 1967 deveu-se, por sua vez, ao aumento do preço médio do óleo cru, mantendo-se relativamente constante o volume físico importado. No que concerne aos derivados, ocorreu elevação de 100 % da tonelagem entrada no País e de 68 % no respectivo valor, acusando o preço médio, entretanto, redução de 27 %. O incremento das importações de derivados deveu-se à expansão do consumo interno, sem correspondente aumento da produção interna.

Em geral, as importações de petróleo e derivados têm tido comportamento decrescente em relação ao total das importações, sendo que os investimentos efetuados no sentido de incrementar-se a produção nacional de óleo bruto e o refino vêm contribuindo decisivamente para êsses resultados.

Espera-se, por outro lado, que o aumento do consumo seja atendido pelo acréscimo programado no setor de extração de óleo cru. Entretanto, cabe considerar que, no tocante ao refino, sòmente em 1972 estará a capacidade instalada apta a satisfazer a procura prevista, exceto no caso de certos derivados especiais, tais como lubrificantes e combustível para aviões a jato, por exemplo, que, total ou parcialmente, tenham de ser ainda importados. Os gastos com petróleo e derivados deverão, nessas condições, permanecer em valor absoluto estacionário, reduzindo-se, contudo, sua participação relativa no total das importações.

Trigo

A participação do trigo na pauta de importações do Brasil tem apresentado como característica predominante o movimento ascensional. As aquisições brasileiras no exterior, durante o ano de 1968, elevaram-se a 2 907 mil toneladas — incluídas, nesse total, as 410 mil toneladas do *carry-over* — representando, aproximadamente, US$ 168 milhões, eis que o preço médio da tonelada situou-se em US$ 57,96. Dêsse valor, US$ 155 milhões corresponderam, efetivamente, a cereal entrado no País, no exercício, conforme demonstram os quadros a seguir.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE TRIGO
Brazilian Imports of Wheat

ANOS *Years*	1 000 t	US$ MILHÕES	US$/t
1958	1 506	94	62.24
1959	1 820	112	61.61
1960	2 083	122	59.97
1961	1 881	117	62.48
1962	2 192	139	63.62
1963	2 176	139	63.76
1964	2 609	176	67.50
1965	1 876	114	60.55
1966	2 379	142	59.69
1967	2 533	153	60.40
1968	2 907	168	57.96

FONTE / *Source*: SUNAB

TRIGO
Wheat

VOLUME IMPORTADO POR PAÍS DE ORIGEM
Volume Imported by Country of Origin

UNIDADE : TON MÉTRICAS
Unit: Ton/Metrics

PROCEDÊNCIA *Origin*	ADQUIRIDO *Acquired*	DESCARREGADO *Unloaded*	EM TRANSITO *In transit*	POR EMBARCAR *Pending Shipment*
«Carry-over» (67/68)	409 874	409 874	—	—
Bulgária — *Bulgaria*	135 000	137 332	—	—
E.U.A. (MI) — *EUA*	470 000	447 678	14 936	15 269
E.U.A. (PL-480) — *USA*	448 000	366 432	84 741	52
França — *France*	150 000	153 045	—	—
URSS — *USSR*	80 000	79 029	—	—
Argentina — *Argentina*	1 000 000	958 510	32 696	36 139
Argentina (MI) — *Argentina*	64 000	59 903	4 800	—
Uruguai — *Uruguay*	150 000	—	—	150 000
TOTAL	2 906 874	2 611 803	137 175	201 460

FONTE / *Source*: SUNAB

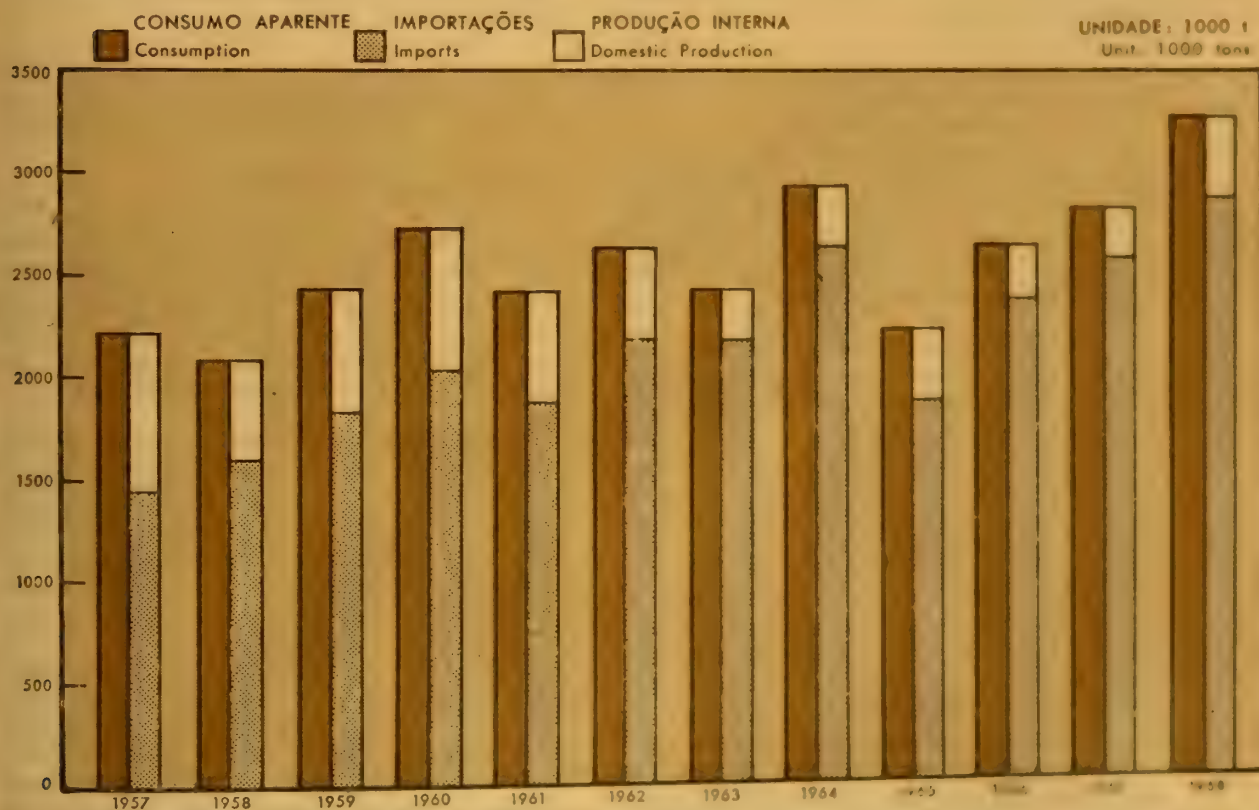
COMPRAS NO EXERCÍCIO DE 1968
Purchases in 1968

PROCEDÊNCIA *Origin*	FORMA DE AQUISIÇÃO *Purchase System*	TONELADAS MÉTRICAS *Metric Tons*	PREÇO MÉDIO US$ FOB/t *Medium Price*
Argentina — *Argentina*	Acôrdo de 8-3-1968 — *Agreement of 8-3-68*	1 000 000	56.76
Argentina — *Argentina*	Mercado Internacional — *International Market*	64 000	59.02
Bulgária — *Bulgaria*	Acôrdo de Comércio — *Trade Agreement*	100 000	62.00
Bulgária — *Bulgaria*	Mercado Internacional — *International Market*	35 000	59.96
E.U.A. — *USA*	Mercado Internacional — *International Market*	215.000	57.54
E.U.A. — *USA*	Mercado Internacional (GMS-4) — *International Market*	255 000	60.44
E.U.A. — *USA*	PL-480	448 000	59.93
França — *France*	Mercado Internacional — *International Market*	150 000	49.67
URSS — *USSR*	Acôrdo de Comércio — *Trade Agreement*	80 000	62.50
Uruguai — *Uruguay*	Acôrdo de 29-3-1967 — *Agreement of 29-3-1967*	150 000	58.75
TOTAL		2 497 000	57.96

FONTE / *Source*: Junta Deliberativa do Trigo. / *Wheat Resolutions Committee.*

O consumo de trigo pelo parque moageiro nacional, no transcurso do ano de 1968, elevou-se a 2 800 810 toneladas, volume que representa um aumento de 453 721 toneladas, relativamente à quantidade consumida em 1967, cujo montante foi representado por 2 347 089 toneladas.

POSIÇÃO DO ABASTECIMENTO EM 31-12-1968
Supply Position in 31-12-1968

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	ADQUIRIDO *Acquired*	DESCARREGADO *Unloaded*	ATRIBUÍDO *Alotted*
«Carry-over» (67/68)	409 874	409 874	409 874
Trigo Nacional *Domestic Wheat*	364 699	—	364 699
Trigo Estrangeiro *Foreign Wheat*	2 497 000	2 611 803	2 026 237
TOTAL *Total*	3 271 573	3 021 677	2 800 810

SERVIÇOS

O resultado líquido das transações de invisíveis para o ano de 1968, de acôrdo com estimativas preliminares dos itens de serviços, indica a ocorrência de um deficit da ordem de US$ 537 milhões. Sôbre o exercício de 1967 — US$ 528 milhões ajustados pela exclusão de US$ 39 milhões de reinvestimento de lucros para efeito de comparabilidade, uma vez que são desconhecidos os reinvestimentos efetuados em 1968 — êsse resultado apresenta apenas um ligeiro acréscimo.

É importante assinalar que o acréscimo no exercício foi o de menor expressão em tôda a série histórica dessas rubricas, fato que se pode atribuir a um crescimento da receita de maneira mais acentuada do que o registrado nas despesas. Enquanto os recebimentos cresceram de 9 % em 1968, os dispêndios — exclusive os lucros reinvestidos em ambos os exercícios — elevaram-se de apenas 2 %.

Para a elevação da receita, da ordem de US$ 17 milhões, a maior contribuição coube aos serviços ligados aos transportes marítimos e aéreos internacionais, representados por fretes de exportação, pequenos reparos, e serviços de manutenção de navios e aeronaves de bandeira estrangeira.

No que respeita à despesa com serviços, os fatos de maior expressão foram as reduções ocorridas nos itens de transações governamentais, e serviços diversos, bem como a estabilização, aos níveis de 1967, das remessas de juros. Sôbre o primeiro item, o seu comportamento no exercício é reflexo das medidas de contenção de gastos oficiais de representação no exterior seguida pelo Govêrno.

A melhoria na conta de serviços diversos, por seu turno, acusa os efeitos das limitações impostas às operações conduzidas no mercado de câmbio manual, através das quais se realizavam anteriormente transferências pessoais para contas de depósitos no exterior, pagamentos de mercadorias indevidamente ingressadas no País e gastos pessoais abusivos.

As remessas líquidas de juros se mantiveram nos níveis pràticamente idênticos do ano anterior (US$ 200 milhões contra US$ 201 milhões em 1967). Para êsse resultado concorreu principalmente o menor dispêndio de juros sôbre empréstimos compensatórios (US$ 40,8 milhões em 1968 contra US$ 50,5 milhões em 1967), redução essa que compensou o aumento verificado nas remessas de juros sôbre empréstimos e financiamentos de tipos não-compensatórios.

Fato relevante no exercício de 1968, ainda quanto à despesa, é o do comportamento relativo a fretes com importações pagas a armadores estrangeiros.

A política de transportes marítimos de longo curso seguida pelo Govêrno tem-se orientado no sentido de procurar aumentar gradativamente a participação dos navios de bandeira nacional, quer na exportação quer na importação. Na receita de fretes, o sucesso dessa política é evidente, haja vista que entre 1964 e 1968 os recebimentos por exportação evoluíram de US$ 12 milhões para US$ 30 milhões. Do lado dos pagamentos, nota-se que os fretes sôbre importações pagos a navios estrangeiros vêm declinando a partir de 1964. Até 1963 as saídas de divisas para êsse fim alcançavam cêrca de 10 % do total FOB das importações, declinando, a partir daquele ano, até 6,6 % em 1968. Em têrmos absolutos as receitas de fretes de importações evoluíram de US$ 49 milhões em 1965 para US$ 100 milhões em 1968. É, portanto, considerável a economia de divisas obtida, mesmo considerando que parte dêsse transporte é realizado mediante o afretamento de navios.

As demais rubricas de serviços apresentaram comportamento normal dentro da pauta de estrutura nitidamente deficitária dessas contas.

CAPITAIS AUTÔNOMOS

O movimento de capitais autônomos, em 1968, comportou-se de modo altamente favorável, bastando assinalar que o seu ingresso líquido cifrou-se em US$ 555 milhões. O total dos ingressos atingiu a cifra de US$ 1 001 milhões e as saídas a US$ 446 milhões.

Ressalta dêsse resultado o desafôgo proporcionado pela utilização de créditos de origem externa, a médio e longo prazo, no amparo não só de importações de bens e equipamentos destinados a investimentos fixos, como também para atender às necessidades de capital de giro das emprêsas privadas.

Com relação aos capitais preponderantemente de giro, notou-se no exercício a total inversão da tendência negativa da sua movimentação no triênio 1965/67, quando as saídas líquidas, em cada um daqueles anos, foram superiores a US$ 100 milhões. Em 1968, o movi-

mento líquido traduziu-se por um ingresso de US$ 221 milhões. Nesse total, destacam-se as participações dos capitais regulados pela Instrução 289 e pela Resolução 63, que forneceram ao País recursos líquidos estimados em cêrca de US$ 277 milhões.

As possíveis pressões que um retôrno maciço de capitais poderia exercer sôbre o balanço de pagamentos foram contornadas pela adoção de uma política realista de compatibilização à contratação de créditos externos com as nossas efetivas necessidades no particular e com a capacidade de atender aos respectivos serviços de amortização e juros, procurando-se obter condições mais favoráveis de prazo e juros junto aos credores estrangeiros, representados por entidades internacionais, governamentais e privadas dos países exportadores de capital.

Quanto aos ingressos de capitais destinados a investimentos fixos, cabe observar que a cifra de US$ 780 milhões não inclui os reinvestimentos, ao contrário do que aconteceu nos exercícios de 1964 a 1967. A inclusão dêsse montante, que se estima substancial, deverá elevar o movimento líquido já registrado, compensando, ainda, com vantagem, a queda verificada nos capitais provenientes de novos investimentos.

Relativamente à natureza dos tomadores no País, estima-se que, do total de ingressos brutos, US$ 490 milhões, aproximadamente, tenham se dirigido ao setor privado, preocupado em atender às exigências de investimentos da economia em expansão, em resposta aos estímulos da política adotada pelo Govêrno, nesse sentido; e os restantes US$ 290 milhões tenham sido absorvidos pelo setor público na execução das grandes obras de infra-estrutura econômica e social, principalmente nos setores de energia, comunicações e transportes, dentro da formulação geral da política de desenvolvimento.

CAPITAIS AUTÔNOMOS
Autonomous Capitals

1964/1968

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	1964	1965	1966	1967	1968
I — Ingressos para investimentos fixos (1 a 3) *Inflows in investment (1/3)*	307	517	667	645	780
1) Investimentos — *Investments*	28	70	74	76	54
Em equipamentos — *In equipments*	6	5	12	5	8
Em moeda — *In currency*	22	65	62	71	46
2) Financiamentos e empréstimos — *Loans and financing*	221	363	508	530	726
Em equipamentos — *In equipments*	115	91	159	170	363
Em moeda, inclusive Programa de Empréstimos da AID — *Currency including Program Loans from AID*	106	272	349	360	363
3) Reinvestimentos — *Reinvestments* ...	58	84	85	39	
II — Saídas (1 + 2) .... *Outflow (1 + 2)*	—277	—304	—350	—444	—446
1) Amortizações de empréstimos compensatórios — *Compensatory loans amortizations*	— 92	— 90	—124	—107	—126
2) Amortizações de outros empréstimos e financiamentos — *Other loans amortizations*	—185	—214	—226	—337	—320
III — Outros Capitais (líquido) .... *Other Capital (net)*	110	—134	—112	—136	221
TOTAL (a + b + c)	140	79	205	65	555

OPERAÇÕES CAMBIAIS DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS E RESERVAS

MEDIDA através das contas do balanço de pagamentos, a posição financeira das Autoridades Monetárias com o exterior apresentou melhoria líquida no cômputo global de haveres e obrigações prontos, exigíveis e realizáveis, a curto prazo, de US$ 23 milhões. A melhoria líquida dos haveres (haveres menos obrigações) foi de US$ 11 milhões, valor que agregado ao repagamento de US$ 12 milhões ao Fundo Monetário Internacional perfaz aquêle total.

No que respeita a obrigações, lançaram mão as Autoridades, em 1968, de uma linha de crédito operacional junto a correspondentes do Banco Central no exterior, no montante de US$ 51 milhões, elevando-se as demais obrigações exigíveis a curto prazo de US$ 11 milhões. Para obrigações totais de US$ 62 milhões, apresentaram os haveres uma variação de US$ 73 milhões. As reservas cambiais prontamente disponíveis em moedas fortes evoluíram de US$ 65 milhões, passando de uma posição de US$ 199 milhões em 31-12-67 para US$ 264 milhões em 31-12-68.

É importante assinalar, ainda, que no período as Autoridades amortizaram créditos compensatórios no montante de US$ 126 milhões, não realizando nenhuma operação de saque de empréstimos dessa natureza.

As reservas brutas, constituídas dos haveres a qualquer prazo (curto, médio e longo), disponíveis e realizáveis, alcançaram, em 31-12-68, US$ 647 milhões, contra US$ 541 milhões em 1967, elevando-se, portanto, de US$ 106 milhões.

Dos US$ 39 milhões de superavit apresentado pelo Balanço de Pagamentos de 1968, US$ 16 milhões correspondem à melhoria líquida de disponibilidades dos bancos comerciais.

A política do Govêrno em relação às reservas internacionais está perfeitamente compatibilizada com as diretrizes da política de desenvolvimento. A orientação de proporcionar recursos para os investimentos com importações não cobertas por financiamentos do exterior, envolve a opção calculada de não acumular reservas cambiais além de um nível que assegure tranqüilidade operacional, opção inteiramente válida para os países em desenvolvimento, que, ao invés de retardarem o processo de crescimento com o acúmulo de disponibilidades improdutivas, devem alimentá-lo com a utilização das margens excedentes dessas disponibilidades.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Os compromissos globais líquidos do Brasil, junto a credores internacionais, governamentais e privados estrangeiros, por conta de empréstimos em moeda estrangeira e financiamentos de importação, alcançaram, em 31-12-68, o valor estimado de US$ 3 916 milhões equivalente em tôdas as moedas.

Relativamente a 31-12-67, quando a posição líquida dêsses compromissos totalizava US$ 3.372 milhões, o endividamento externo do Brasil evoluiu de cêrca de 16 % no exercício sob exame.

Releva notar que as dívidas de responsabilidade das Autoridades Monetárias, por empréstimos destinados a atender desequilíbrios do balanço de pagamentos, evoluíram de uma posição de US$ 795 milhões em 1967 para US$ 656 milhões em 1968, reduzindo-se, portanto, de US$ 138 milhões.

O total de compromissos atendidos pelo Brasil no decorrer de 1968, atingiu US$ 873 milhões, sòmente de amortizações, registrando-se em contrapartida um ingresso bruto de novos empréstimos, da ordem de US$ 1 417 milhões, apresentando a posição líquida do endividamento o seguinte comportamento:

ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO BRASIL
Brazilian External Debt
1967/1968

POSIÇÃO LÍQUIDA DE PRINCIPAL
Net Principal Position

US$ MILHÕES

NATUREZA DO EMPRÉSTIMO *Specification*	SALDOS DEVEDORES *Balance* 31-12-67	31-12-68 (*)
A — Compensatórios .... *Compensatory Loans*	795	657
B — Financiamento de Importações (1) e Empréstimos em Moeda (2) .... *Loans and Currency Loans*	2 228	2 925
C — Outros (3) .... *Others*	349	335
Total (A + B + C) ...	3 372	3 917

(1) Inclusive AID — Program Loans. Importação de trigo e empréstimos em cruzeiros novos. — (2) Inclusive Dívida Externa Consolidada. — (3) AMFORP, Light, ITT, etc.

Do total da dívida estimada para 31-12-68, cêrca de US$ 2 015 milhões, aproximadamente, correspondem a créditos concedidos por entidades internacionais e governamentais estrangeiras a tomadores brasileiros, inclusive do setor privado.

Em têrmos de pressão sôbre o balanço de pagamentos, verifica-se que o endividamento total do Brasil apresenta um prazo de amortização bastante longo, dentro aliás da política de compatibilizar os compromissos externos com a capacidade de pagamento do País, diluindo-se cêrca de US$ 3 462 milhões da dívida em moeda estrangeira, por um período de 25 anos, a partir de 1969, e US$ 320 milhões para atendimento posteriormente a 1995.

Dos compromissos globais do Brasil, o equivalente a US$ 134 milhões corresponde a empréstimos concedidos e resgatáveis em moeda nacional.

RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

As relações do País com instituições financeiras internacionais e agências governamentais se desenvolveram com bastante proveito em 1968. O total dos créditos efetivamente autorizados pelo conjunto dessas Entidades alcançou a cifra de US$ 418 milhões, dos quais US$ 292 milhões foram desembolsados no ano. Além dos efetivos não aplicados em 1968, US$ 126 milhões, existem ainda operações de crédito simplesmente aprovadas, no total de US$ 74 milhões.

Particularmente, no que toca ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a par do expressivo valor dos créditos recebidos no ano, foram abertas perspectivas altamente promissoras com relação à expansão futura das operações do Brasil com aquela instituição. Dada a intenção, da nova administração do BIRD, de aplicar parcela crescente de seus recursos na América Latina e África, é de esperar-se que possa ser ampliado o valor dos créditos do Brasil junto àquela Instituição, no próximo qüinqüênio, em face das condições favoráveis de absorção de recursos externos que a economia brasileira tem demonstrado.

Quanto ao Fundo Monetário Internacional, foi realizada operação de *stand-by*, cuja utilização se destinou a amortizar compromisso semelhante originário de 1965, tendo-se dado, ainda, continuidade às providências visando a possível adesão do País ao sistema de "Direito Especial de Saque".

Relativamente às demais entidades, cabe destacar o valor dos créditos efetivamente autorizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, num total de US$ 67 milhões, e pela A.I.D., cujas operações dêse tipo alcançaram US$ 256 milhões.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Foram os seguintes os principais fatos ocorridos no âmbito do Fundo, em relação ao Brasil, durante o ano de 1968:

Sem qualquer movimentação, expirou-se, em fevereiro, o prazo para utilização de crédito proveniente de acôrdo de *stand-by*, no valor de US$ 30 milhões, contratado em fevereiro de 1967. Em abril, foi novamente concertada operação semelhante, no valor de US$ 87,5 milhões, incidindo sôbre a totalidade da faixa-ouro brasileira. Dêsse montante foram imediatamente sacados US$ 75 milhões, sendo: em xelins austríacos (US$ 10 milhões), francos belgas (US$ 15 milhões), marcos alemães (US$ 25 milhões) e francos franceses (US$ 25 milhões), destinados a amortizar, nas mesmas moedas e valôres, por escolha do Fundo, compromisso originário de 1965. As operações de compra e recompra foram realizadas em maio, devendo o nôvo compromisso ser amortizado em abril de 1971. Do total do *stand-by* resta saldo, a sacar, eqüivalente a US$ 12,5 milhões.

Em junho, pagou o Brasil a última parcela de seu débito por conta de saque relativo ao programa de financiamento compensatório de quedas de receitas de exportações, feito em 1963, no valor global de US$ 60 milhões. Este montante, vencido em 1966, foi negociado para amortização em 24 parcelas de US$ 2,5 milhões cada, no período julho 66/junho 68.

A despeito do crescimento das reservas monetárias do Brasil em relação a 1967, não houve obrigação de recompra, em conformidade com as normas estatutárias do Fundo. Isto porque a posição líquida daquelas reservas estêve, em abril, conforme apuração definitiva feita em outubro, ao nível de US$ 279,8 mi-

lhões, abaixo, portanto, da quota brasileira no organismo.

Finalmente, cabe realçar que o Brasil, com o apoio dos países integrantes de seu grupo, reelegeu representante para a Diretoria Executiva do Fundo, em pleito efetuado por ocasião da XXIII Reunião Conjunta de Governadores dêsse organismo e do Banco Mundial e instituições afiliadas, efetuada em Washington, em outubro. De grande importância para o País, é de assinalar a Resolução, adotada na Reunião em aprêço, de prosseguirem o Fundo e o Banco no estudo sôbre a estabilização dos preços dos produtos primários nos mercados mundiais.

A seguir, encontra-se o demonstrativo das operações do Brasil com o Fundo durante 1968 :

POSIÇÃO DO BRASIL NO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
Brazilian Position in the International Monetary Fund

PERÍODO *Period*	DISCRIMINAÇÃO *Specification*	US$ MILHÕES *US$ Million*	«HOLDINGS»	%
1967 — Janeiro	Recompra, marcos alemães (1)	— 2,50	379,85	109
Janeiro	Stand-by expirado	125,00		
Fevereiro	Recompra, marcos alemães (1)	— 2,50	377,35	109
Fevereiro	Stand-by	30,00		
Março	Compra, Colômbia (1)	— 5,00		
Março	Recompra, ienes (1)	— 2,50	369,85	106
Abril	Compra, Colômbia (1)	— 10,00	359,85	103
Setembro	Compra, Colômbia (1)	— 10,00	349,47	+ 100
Dezembro	Posição Final		349,47	+ 100
1968 — Fevereiro	Recompra, marcos alemães (1)	— 1,47		
Fevereiro	Recompra, florins (1)	— 0,50		
Fevereiro	Stand-by expirado	30,00	347,54	99
Março	Recompra, xelins austríacos (1)	— 1,60		
Março	Recompra, ienes (1)	— 0,90	345,16	99
Abril	Recompra, xelins austríacos (1)	— 1,90		
Abril	Recompra, ienes (1)	— 0,60	342,68	98
Abril	Stand-by	87,50		
Maio	Recompra, xelins austríacos	— 10,00		
Maio	Recompra, francos belgas	— 15,00		
Maio	Recompra, marcos alemães	— 25,00		
Maio	Recompra, francos franceses	— 25,00		
Maio	Recompra, coroas suecas (1)	— 1,90		
Maio	Recompra, francos belgas (1)	— 0,60		
Maio	Compra, xelins austríacos	10.00		
Maio	Compra, francos belgas	15,00		
Maio	Compra, marcos alemães	25,00		
Maio	Compra, francos franceses	25,00	340 18	97
Junho	Recompra, liras italianas (1) (2)	— 1,60		
Junho	Recompra, dólares australianos (1) (2)	— 0,90	337,68	96

FONTES : «International Financial Statistics» — «Transactions in the Fund».
Obs. : Recebimentos de comissões pagas na moeda do país membro afetam os dados.
Despesas administrativas líquidas e recebimentos do Fundo afetam os dados.

(1) Financiamento Compensatório — Amortizações. — *(2) Compensation Financing — Amortizations.*
(2) Financiamento Compensatório — Parcelas finais. — *(3) Compensation Financing — Final items.*

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD)

O Banco Mundial tem origem na mesma Conferência que criou o Fundo Monetário Internacional, celebrada em Bretton Woods, em julho de 1944. Suas atividades foram iniciadas em julho de 1946. O Banco conta com 111 membros, sendo de US$ 22 913 milhões o seu capital, com US$ 2 291 milhões integralizados. Apenas a parte subscrita pode ser exigida para atender às obrigações geradas por empréstimos contraídos pelo Banco. Isso permite ao organismo contar com importante apoio para as suas emissões de obrigações e promissórias e tem facilitado consideravelmente o seu acesso aos mercados de capitais, em todo o mundo.

Até 1968, os financiamentos autorizados ao Brasil pelo Banco Mundial totalizaram US$ 633,0 milhões. É a seguinte a sua distribuição por setores de atividades, num total de 25 projetos: energia elétrica (19 empréstimos): US$ 517,0 milhões; ferrovias (2 empréstimos): US$ 25,0 milhões; pecuária (1 empréstimo): US$ 40,0 milhões; rodovias (2 empréstimos): US$ 29,0 milhões; e indústria (1 empréstimo): US$ 22,0 milhões.

EMPRÉSTIMOS DO BIRD AO BRASIL
IBRD Loans to Brazil

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 1968
Position in December 1968

UNIDADE: US$ MIL
Unit: US$ Thousand

	CONTRATADO *Committed*	DESEMBOLSADO *Disbursed*	AMORTIZADO *Amortized*	DÍVIDA EFETIVA *Effective Debt*
1968	96 900	19 887	13 784	—
Cumulativo (inclusive 1968) — *Cumulative (included)*	[illegible]	304 581	136 917	167 664

Dívida efetiva: Desembolsado menos amortizado.
Effective Debt: Disbursed minus amortized.
FONTE / *Source*: BIRD / *IBRD*

EMPRÉSTIMOS PELA NATUREZA DA APLICAÇÃO
Loans by the Investments Classification

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 1968
Position in December 1968

UNIDADE: US$ MIL
Unit: US$ Thousand

SETORES DE APLICAÇÃO *Investment Sectors*	NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS *Loans Number*	VALOR DOS EMPRÉSTIMOS *Loans Value*
Rodovias — *Highways*	2	[illegible]
Ferrovias — *Railroads*	2	25 000
Energia elétrica — *Electric Power*	19	517 [illegible]
Pecuária — *Cattle-raising*	1	40 [illegible]
Indústria — *Industry*	1	22 [illegible]
TOTAL — *Total*	[illegible]	[illegible]

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (IDA)

A "IDA", órgão filiado ao Banco Mundial, surgiu em setembro de 1960, tendo iniciado atividades em novembro do mesmo ano. Sua organização é semelhante à do Banco: ambos têm o mesmo quadro de administradores e funcionários e cada país membro da Associação é representado pelo mesmo Governador e Diretor Executivo credenciado junto ao Banco.

As condições dos empréstimos da "IDA" são as mais favoráveis e permitem a um certo número de países de baixa renda *per capita* a obtenção de ajuda com um ônus muito menor em seus balanços de pagamentos do que seria possível nos empréstimos dos demais organismos financeiros internacionais. Assim é que os créditos concedidos têm prazo de 50 anos e não rendem juros. Após um prazo de carência de 10 anos, tem início a amortização de 1 % do principal, anualmente, durante 10 anos. Nos seguintes 30 anos, as amortizações corresponderão a 3 % a.a. do principal. É cobrada uma taxa de serviço de 0,75 % a a., destinada a cobrir gastos administrativos.

Participa o Brasil da Associação com uma quota de capital de US$ 18,8 milhões, representando 1,88 % do total. Até o momento, no entanto, não obteve qualquer financiamento da instituição.

CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

A CFI foi constituída, em 1956, pelos países-membros do Banco Mundial, como organismo filiado a êste, tendo por objetivo auxiliar os menos desenvolvidos, promovendo o crescimento do setor privado de suas economias.

Assim é que a Corporação proporciona capital de giro às emprêsas privadas de produção, associando-se a investidores e empresários, encorajando o desenvolvimento dos mercados locais de capital e estimulando o fluxo internacional de capital privado.

Participa o Brasil da CFI com a quota de capital de US$ 1,2 milhão, ou 1,17 % do total. Até dezembro de 1968, sob a forma de empréstimos e de investimentos diretos em ações de capital, já tinham sido desenvolvidas operações com o organismo no montante de US$ 31,7 milhões, dos quais US$ 29,7 milhões efetivamente desembolsados. As amortizações, no mesmo período, alcançaram a US$ 3,7 milhões. Foram os seguintes os setores beneficiados: indústria de papel (34,7 %) do total emprestado), fertilizantes (33,5 %), metalurgia (15,6 %), veículos (7,6 %), cimento (3,7 %), material elétrico (3,1 %) e material plástico (1,8 %). A cifra de US$ 31,7 milhões representa 12,2 % do total de inversões do organismo (US$ 258,2 milhões), o que significa ter sido o Brasil o principal operador em relação à Corporação em causa.

OPERAÇÕES DA CIF COM O BRASIL
IFC Loans to Brazil

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 1968
Position in December 1968

UNIDADE: US$ MIL
Unit: US$ Thousand

	CONTRATADO *Committed*	DESEMBOLSADO *Disbursed*	AMORTIZADO *Amortized*	DÍVIDA EFETIVA *Effective Debt*
1963	—	7,910	3,47	—
Cumulativo (inclusive 1968) — *Cumulative (included 1968)*	31.732	29.719	3,682	26,037

Dívida efetiva: Desembolsado menos amortizado.
Effective Debt: Disbursed minus amortized.

FONTE } CFI
Source } *IFC*

OPERAÇÕES DA CFI COM O BRASIL
IFC Loans to Brazil

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

POSIÇÃO EM 31-12-1968
Position in 31-12-1968

UNIDADE : US$
Unit: US$

SETOR DE APLICAÇÃO *Investments Sectors*	NÚMERO DE INVESTIMENTOS *Investments Number*	VALOR DOS INVESTIMENTOS *Investments Value*
Indústria : — *Industries:*		
Material elétrico — *Electric material*	1	1 000 000
Plástico — *Plastic*	1	450 000
Automobilística — *Automobile*	1	2 450 000
Cimento — *Cement*	1	1 200 000
Metalúrgica — *Metallurgy*	1	4 959 026
Papel — *Paper*	3	11 014 881
Fertilizantes — *Fertilizers*	1	10 658 000
TOTAL — *Total*	9	31 731 907

FONTE } Corporação Financeira Internacional.
Source } *IFC*

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

É uma instituição regional criada, em 1960, com o objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento econômico de seus países-membros, através da utilização de seu próprio capital e da mobilização de recursos públicos e privados. O Banco foi estabelecido com duas fontes de suprimentos completamente separadas, a saber: o Capital Ordinário e o Fundo de Operações Especiais. Além do mais, administra, para o Govêrno dos Estados Unidos, o Fundo Fiduciário de Progresso Social, destinado a promover o desenvolvimento social da América Latina, como parte do programa da Aliança para o Progresso, e outros fundos confiados pelos Governos da Alemanha, Canadá, Reino Unido e Suécia.

Os empréstimos autorizados ao Brasil pelo Banco Interamericano totalizaram, em 1968, o montante de US$ 62,8 milhões, contra US$ 124,5 milhões no ano anterior. Desde o início de suas operações, em 1961, o referido organismo já aprovou financiamentos a entidades nacionais pelo valor eqüivalente a US$ 571,7 milhões, sendo US$ 261,9 milhões com recursos do Capital Ordinário, US$ 241,9 milhões por conta do Fundo de Operações Especiais, US$ 62,1 milhões pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social e US$ 5,8 milhões por outros fundos que o Banco administra. O total do Brasil representa 20,4 % do montante já emprestado pelo BID (US$ 2 799,6 milhões), vindo a seguir a Argentina (12,6 %), o México (12,3 %), a Colômbia (10,4 %), o Chile (8,3 %) e os demais (36,0 %).

Dos 61 projetos brasileiros aprovados pelo Banco, 16 destinaram-se a indústria e mineração (US$ 136,5 milhões); 14 a energia elétrica e transportes (US$ 185,9 milhões); 14 a água potável e esgotos (US$ 127,7 milhões); 7 a agricultura e colonização (US$ 51,0 milhões); 5 a assistência técnica (US$ 6,2 milhões); 3 a educação (US$ 32,0 milhões); 2 a habitação (US$ 23,9 milhões); e 2 a financiamento de exportações (US$ 8,5 milhões).

EMPRÉSTIMOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AO BRASIL

IDB Loans

ATÉ 31-12-68

UNIDADE : US$
Unit: US$

ATIVIDADE *Activity Sector*	N.º	VALOR TOTAL *Total Value*	% SÔBRE O VALOR *% of Value*	DESEMBOLSADO *Disbursed*	% SÔBRE TOTAL DESEMBOLSADO *% of Disbursed total*	% JÁ DESEMBOLSADO *% of part already disbursed*
I — Agricultura e colonização — *Agriculture and Colonization*	7	51 092 000,00	8,94	19 936 283,87	7,17	39,02
2 — Indústria e mineração — *Industry and Mining*	16	136 495 507,15	23,87	86 845 482,55	31,23	63,62
3 — Energia elétrica e transportes — *Electric Power and Transport* ...	14	185 911 972,13	32,52	75 588 197,59	27,18	40,66
4 — Água potável e esgotos — *Drinking water and sewage*	14	127 710 000,00	22,34	71 247 737,72	25,62	55,79
5 — Assistência técnica — *Technical Aid*	5	6 182 632,92	1,08	855 632,92	0,31	13,84
6 — Habitação — *Housing* .	2	23 850 000,00	4,17	11 401 999,91	4,10	87,81
7 — Educação — *Education*	3	32 000 000,00	5,60	6 633 581,28	2,38	20,73
8— Financiamento de exportações — *Exports Financing*	2	8 482 200,00	1,48	5 594 200,00	2,01	65,95
TOTAL	61	571 724 312,20	100,00	278 103 115,84	100,00	48,64

FONTE / *Source* } BID

AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (AID)

Ésse organismo administra a assistência externa dos Estados Unidos da América, a qual, no caso da América Latina, se efetua através do programa da "Aliança para o Progresso".

Os empréstimos-programas da Agência, em dólares, destinam-se à importação de mercadorias norte-americanas, constituindo a contrapartida em cruzeiros "Fundo Especial" para fins de desenvolvimento. O total dêsses empréstimos ao Brasil cifrava-se, até setembro de 1968, por US$ 625,0 milhões. A parte atribuída em cruzeiros, tendo por único beneficiário o BNDE, elevou-se, dentro do mesmo período, a NCr$ 57,1 milhões, com desembôlso total.

Quanto aos empréstimos em dólares destinados a projetos específicos, a posição acumulada até setembro de 1968 registra US$ 432,0 milhões. A parcela em cruzeiros, para as mesmas finalidades, totaliza NCr$ 115,0 milhões.

A encampação, por parte do Govêrno brasileiro, de empréstimos originalmente destinados a projetos específicos irá gerar recursos da ordem de US$ 69 milhões, sendo de US$ 4,8 milhões o total já realizado até 1968 (setembro).

OPERAÇÕES DA USAID COM O BRASIL
Operations with Brazil

EMPRÉSTIMOS EM DÓLARES

POSIÇÃO EM 30-9-1968
Position in 30-9-1968

UNIDADE: NCr$ MIL
Unit: NCr$ Thousand

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	CONTRATADO *Committed*	DESEMBOLSADO *Disbursed*	AMORTIZADO *Amortized*	DÍVIDA EFETIVA *Effective Debt*
1968				
Programa — *Program*	75 000	65 269	—	—
Projeto — *Project*	34 163	35 856	2 991	—
Setorial — *Sector*	60 800	—		—
TOTAL — *Total*	169 963	101 125	2 991	—
Cumulativo (incls. 1968) — *Cumulative*				
Programa — *Program*	625 000	479 070	—	479 070
Projeto — *Project*	432 038	184 974	4 827	180 147
Setorial — *Sector*	60 800	—	—	—
TOTAL — *Total*	1 117 838	658 422	4 827	653 595

FONTE / *Source*: USAID

OPERAÇÕES DA USAID COM O BRASIL
Operations with Brazil

EMPRÉSTIMOS EM CRUZEIROS

POSIÇÃO EM 30-9-1968
Position in 30-9-1968

UNIDADE: US$ MIL
Unit: US$ Thousand

DISCRIMINAÇÃO *Specification*	CONTRATADO *Committed*	DESEMBOLSADO *Disbursed*	AMORTIZADO *Amortized*	DÍVIDA EFETIVA *Effective Debt*
1968				
Programa (ao BNDE) — *Program*	—	—	55	—
Projeto — *Project*	—	1 708	1 752	—
TOTAL — *Total*	—	1 708	1 807	—
Cumulativo (1968) — *Cumulative*				
Programa (ao BNDE) — *Program*	57 085	57 085	160	56 925
Projeto — *Project*	114 978	95 723	[illegible]	[illegible]
TOTAL — *Total*	172 063	152 818	3 010	149 808

FONTE / *Source*: USAID

ESENVOLVIMENTO AO BRASIL
ECURSOS
ding to Funds Origin

UNIDADE: US$
Unit: US$

AÇÕES *Fund*	FUNDO FIDUCIARIO *Fiduciary Fund*		OUTROS FUNDOS	TOTAL GERAL *Grand Total*	
Desembolsos *Disbursements*	Empréstimos aprovados *Approved loans*	Desembolsos *Disbursements*	*Other funds*	Empréstimos aprovados *Approved loans*	Desembolsos *Disbursements*
7 044 283,87	11 100 000,00	8 4[illegible]0 000,00	—	51 092 000,00	19 936 283,87
10 617 223,28	—	—	—	136 496 507,15	86 845 482,55
22 463 457,51	—	—	—	185 911 972,18	75 586 197,59
25 536 466,84	43 110 000,00	40 711 270,88	5 000 000,00	127 710 000,00	71 247 737,72
855 632,92	—	—	847 000,00	6 182 632,92	855 632,92
9 344 000,00	3 850 000,00	2 057 999,91	—	23 850 000,00	11 401 999,91
28 831 0 0,00	4 000 000,00	3 808 581,28	—	32 000 000,00	6 633 581,28
—	—	—	—	8 482 200,00	5 594 200,00
78 692 064,42	62 060 000,00	54 971 852,07	5 847 000,00	571 724 312,20	278 103 115,84

USAID — BRASIL

DISTRIBUIÇÃO POR SETORES EM DÓLARES
Sector Distribution in US$

Posição em 30-9-68

UNIDADE : MIL
Unit: Thousand

TIPO DE EMPRÉSTIMO OU SETOR A QUE SE DESTINA *Type of Loan or Sector*	CONTRATADO *Committed*		DESEMBOLSADO *Disbursed*		AMORTIZADO *Amortized*	
	1968	Cumulativo (Incl. 68) *Cumulative*	1968	Cumulativo (Incl. 68) *Cumulative*	1968	Cumulativo (Incl. 68) *Cumulative*
A — **Programa** *Program*						
Importação de mercadorias *Commodities Import*	75 000	625 000	65 269	479 070	—	—
B — **Projetos** *Projects*						
Pesquisa e Planejamento *Research and Planning*	—	19 400	842	1 094	—	—
Bancos de Desenvolvimento *Development Bank*	—	4 000	—	4 000	—	—
Indústria e Comércio *Industry and Commerce*	—	15 083	308	14 895	753	1 7[illegible]3
Transportes *Transports*	—	108 097	6 171	32 300	—	—
Energia *Power*	24 601	214 232	21 242	102 080	2 238	3 124
Água e esgôto *Water and Sewage*	—	5 100	210	422	—	—
Agricultura *Agriculture*	—	49 326	5 338	19 831	—	—
Saneamento *Health Project*	9 562	16 800	1 745	4 352	—	—
TOTAL	34 163	432 038	35 856	184 974	2 991	4 827

FONTE / *Source*: USAID

USAID — BRASIL

DISTRIBUIÇÃO POR SETORES EM CRUZEIROS
Sector Distribution of NCr$ Resources

Posição em 30-9-68

UNIDADE : MIL
Unit: Thousand

TIPO DE EMPRÉSTIMO OU SETOR A QUE SE DESTINA *Type of Loan Sector*	CONTRATADO *Committed*		DESEMBOLSADO *Disbursed*		AMORTIZADO *Amortized*	
	1968	Cumulativo (Incl. 68) *Cumulative*	1968	Cumulativo (Incl. 68) *Cumulative*	1968	Cumulativo (Incl. 68) *Cumulative*
A — **Programa** *Program*						
Desenvolvimento Econômico (BNDE) *Economic Development*	—	57 085	—	57 085	55	160
B — **Projetos** *Projects*						
Indústria e Comércio *Industry and Commerce*	—	2 000	—	2 000	333	1 333
Habitação *Housing*	—	10 000	—	5 000	134	134
Transportes *Transports*	—	48 900	—	48 900	893	991
Energia *Power*	—	15 700	700	13 404	285	285
Água *Water*	—	8 000	—	8 000	107	107
Diversificação da Agricultura *Agriculture Diversification*	—	9 000	506	669	—	—
Educação *Education*	—	18 581	497	14 963	—	—
Saneamento *Health Project*	—	2 797	—	2 797	—	—
TOTAL	—	114 978	1 703	95 733	1 752	2 850

FONTE / *Source*: USAID

"EXPORT - IMPORT BANK - WASHINGTON" ("EXIMBANK")

O "Eximbank" foi criado com a finalidade específica de conceder empréstimos para ajudar a financiar e a facilitar o intercâmbio de produtos entre os Estados Unidos da América e outros países. Os financiamentos autorizados pelo "Eximbank" ao Brasil totalizaram, de janeiro a novembro de 1968, US$ 69,0 milhões. Os empréstimos atualmente em vigor montam a US$ 1 216,3 milhões — inclusive US$ 762,3 milhões a título de empréstimos compensatórios —, sendo de US$ 1 130,3 milhões a parte efetivamente desembolsada e de US$ 554,2 milhões as amortizações.

EXIMBANK

EMPRÉSTIMOS EM VIGOR NO BRASIL

POSIÇÃO EM NOVEMBRO DE 1968

UNIDADE : US$ MIL
Unit: US$ Thousand

	CONTRATADO *Committed*	DESEMBOLSADO *Disbursed*	AMORTIZADO *Amortized*	DÍVIDA EFETIVA *Effective Debt*
1968	69 007	19 860	50 871	—
CUMULATIVO — *Cumulative*				
Inclusive 1968 — *Including 1968*	1 216 390	1 130 370	554 247	576 123

Dívida efetiva : Desembolsado menos amortizado.
Effective Debt: *Disbursed minus amortized.*

FONTE / *Source* — EXIMBANK.

EXIMBANK — USA/BRASIL
USA/BRAZIL EXIMBANK

DISTRIBUIÇÃO POR SETORES DOS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR

POSIÇÃO EM NOVEMBRO DE 1968

UNIDADE : US$ MIL
Unit: US$ Thousand

SETOR *Sector*	CONTRATADO *Committed*	DESEMBOLSADO *Disbursed*	AMORTIZADO *Amortized*
Transporte — *Transports*	227 070	199 861	114 343
Siderurgia — *Steel Mills*	110 000	76 575	44 228
Energia — *Electric Power*	79 044	79 044	46 082
Urbanização — *Urbanism*	10 000	10 000	7 504
Indústria — *Industry*	2 461	2 460	866
Compensatório — *Compensatory*	762 279	762 279	342 574
Petroquímica — *Petroleum chemicals*	23 100	151	—
Telecomunicações — *Telecommunications*	2 436	—	—
TOTAL — *Total*	1 216 390	1 130 370	554 247

FONTE / *Source* — EXIMBANK

CORRENTES DE COMÉRCIO POR BLOCOS ECONÔMICOS

O comércio exterior do Brasil — exportações e importações, valor FOB — evidenciaram, em 1968, montantes substanciais. Os números índices seguintes registram a evolução do último qüinqüênio :

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO

Brazilian Trade

NÚMEROS ÍNDICES 1963 = 100

Index 1963 = 100

ANOS	EXPORTAÇÃO (FOB)	IMPORTAÇÃO (FOB)
1964	102	84
1965	114	73
1966	124	101
1967	118	111
1968 (*)	132	142

FONTE : SEEF — Ministério da Fazenda.

Merece especial destaque o comportamento das exportações em 1968 — a maior cifra de todos os tempos — que fêz retornar a série à sua tendência evolutiva, interrompida pelo resultado de 1967. Em boa parte, contribuíram para êsse resultado as vendas de café, algodão, milho, carne bovina, pinho, óleo de mamona, minério de manganês e açúcar. Os produtos industrializados, à semelhança dos últimos anos, contribuíram igualmente para o excelente resultado alcançado.

Do lado das importações, verifica-se, também, tendência de crescimento. Êste fato coincide com o processo da economia brasileira; os números indicam que o sistema econômico do País retornou a nível acelerado de evolução, uma vez ultrapassado o período de adaptação das reformas adotadas em exercícios anteriores.

No que tange às correntes de comércio por blocos econômicos e países, registra-se que, em 1968, os países integrantes do Mercado Comum Europeu, da Associação Européia de Livre Comércio, do Conselho de Assistência Econômica Mútua e da Associação Latino-Americana de Livre Comércio continuaram a registrar, em conjunto, uma participação que excede os 50 %.

Os Estados Unidos, o Canadá e o Japão constituem os principais parceiros do Brasil não vinculados a blocos econômicos. Seus percentuais não acusaram modificações fundamentais.

No item "demais", do quadro seguinte, está englobado o intercâmbio com países que nos suprem de combustíveis líquidos, a saber : Arábia Saudita, Iraque, Antilhas e Kuwait, o que explica a elevada percentagem do lado das importações.

Em têrmos absolutos, a balança comercial acusou superavit de US$ 34 milhões (exportações US$ 1 890 mil; importações, US$ 1 856 mil).

Dentre os Blocos Econômicos — considerado o lado das exportações — observa-se que foi o COMECON a área que apresentou melhor evolução em 1968. O fato deveu-se a vendas particularmente elevadas de algodão e cacau à República Democrática Alemã e à Bulgária e, também, de milho (US$ 5,5 milhões) a êste último país.

A ALALC colocou-se em seguida, na ordem de magnitude de crescimento, em 1968, das exportações. Esta área terá destaque especial.

COMÉRCIO DO BRASIL COM BLOCOS ECONÔMICOS E PRINCIPAIS PAÍSES
Brazil Foreign Trade

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

BLOCOS/PAÍSES	1967		1968	
	Exportação (Fob)	Importação (Fob)	Exportação (Fob)	Importação (Fob)
MCE — Mercado Comum Europeu	21,3	20,1	25,0	21,9
República Federal da Alemanha	8,1	10,7	7,5	11,7
Itália	6,6	3,3	6,8	3,6
AELC — Associação Européia de Livre Comércio	12,2	12,1	11,7	12,9
Reino Unido	3,5	3,6	4,0	5,0
Suécia	3,0	2,5	2,7	2,7
COMECON — Conselho de Assistência Econômica Mútua	7,0	5,0	7,4	4,7
URSS	1,7	0,9	1,2	0,6
República Democrática Alemã	1,1	1,0	1,8	1,5
ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio	9,5	13,0	9,7	12,3
Argentina	5,9	7,3	6,1	7,0
Chile	1,3	1,0	1,1	1,0
RESTO DO MUNDO	44,0	49,8	46,2	48,2
Estados Unidos da América	33,1	35,4	34,2	33,1
Canadá	1,0	1,1	1,3	1,7
Japão	3,4	3,1	2,8	3,4
Demais	6,5	10,2	7,9	10,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEEF — Ministério da Fazenda.

À AELC coube o terceiro lugar. Dos países dêsse bloco, a Áustria, Portugal e Reino Unido superaram os valôres das exportações do ano transato. Notadamente, para o Reino Unido — até setembro de 1968 — havíamos efetuado boas vendas de pinho (US$ 11,8 milhões), hematita (US$ 4,6 milhões) e do óleo de mamona (US$ 1,3 milhão).

Por último situou-se o MCE. As cifras das exportações para os países que constituem essa área registraram, no ano em revista, pequeno incremento.

Fato auspicioso de se assinalar é a colocação de manufaturados na Alemanha Ocidental e na França, o que evidencia a factibilidade e possibilidades de diversificar nossa pauta, inclusive mediante vendas para países industrializados.

A evolução das importações com os Blocos Econômicos acima referidos demonstra, em têrmos globais, expansão superior à ocorrida com as exportações. Os maiores incrementos, em 1968, foram registrados pelo MCE e pela AELC. Seguem-se a ALALC e o COMECON.

Com os Estados Unidos da América, Canadá e Japão, as correntes de comércio igualmente registraram melhoria. A exportação com os EUA foi equilibrada e moderada; com o Japão, houve substancial incremento de importações, ao passo que as exportações foram inferiores a 1967, devido, principalmente, às menores compras de hematita e de ferro fundido. O Canadá foi dos três o país que acusou maiores incrementos, particularmente mais elevado do lado das importações.

EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO
Foreign Trade

NÚMEROS ÍNDICES
Index 1963 = 100

1963 = 100

BLOCOS/PAÍSES	1964	1965	1966	1967	1968 (*)
EXPORTAÇÃO (FOB)					
MCE — Mercado Comum Europeu	95	105	109	115	119
AELC — Associação Européia de Livre Comércio	116	117	128	112	123
COMECON — Conselho de Assistência Econômica Mútua	100	100	122	114	138
ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio	172	251	233	200	227
RESTO DO MUNDO	93	103	118	110	133
Estados Unidos da América	89	98	110	103	121
Canadá	101	114	106	76	112
Japão	88	95	130	178	167
Demais	126	142	185	147	218
TOTAL	**102**	**113**	**124**	**118**	**134**
IMPORTAÇÃO (FOB)					
MCE — Mercado Comum Europeu	71	63	88	110	153
AELC — Associação Européia de Livre Comércio	75	65	94	124	169
COMECON — Conselho de Assistência Econômica Mútua	95	81	94	103	123
ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio	99	103	89	85	102
RESTO DO MUNDO	85	66	113	120	148
Estados Unidos da América	93	70	130	127	151
Canadá	57	50	70	73	143
Japão	54	58	70	82	114
Demais	77	60	92	123	154
TOTAL	**84**	**73**	**101**	**111**	**142**

FONTE: SEEF — Ministério da Fazenda.

COMÉRCIO COM OS PAÍSES DA ALALC

O valor das transações com os países da ALALC, em comparação com o exercício anterior, evoluiu de 13,1 % e 21 %, respectivamente, para as exportações e as importações.

Dentre os países do bloco, a Argentina mantém sua posição de realce, com uma participação de 62,7 % e 57 %, para exportações e importações. Com êsse país, a pauta de nossas transações foi bem diversificada e registra os seguintes produtos, do lado das exportações, que, em boa parte, comandaram as operações: café, produtos siderúrgicos, hematita, algodão, bananas e tecidos de juta, além de manufaturados.

Pela importância do intercâmbio, seguem-se o Chile, o Uruguai e o México, nos quais colocamos bom montante de manufaturados. Com o Peru tiveram realce as vendas de arroz.

Do lado de nossas importações, destacaram-se a Argentina, pelo suprimento de trigo e de frutas; o Chile, pelas vendas de cobre, em bruto e manufaturados; o México, com gêneros alimentícios, colofônia, produtos químicos, chumbo, zinco e outros produtos manufaturados.

A Bolívia e a Venezuela iniciaram o processo de desgravação zonal a partir de 1968. Especialmente com a Venezuela, as cifras registraram um crescimneto do lado das importações. No entanto, cabe mencionar que, no comércio mantido com êsse país, as compras de petróleo bruto e derivados entram com participação superior a 90 %.

COMÉRCIO DO BRASIL COM OS PAÍSES DA ALALC
Brazilian Trade with LAFTA'S Countries

US$ MILHÕES

PAÍSES	1967				1968			
	Exportação (Fob)		Importação (Fob)		Exportação (Fob)		Importação (Fob)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Argentina	97,6	60,5	106,2	56,3	114,4	62,7	128,8	57,0
Bolívia	3,9	2,4	0,2	0,1	2,5	1,4	0,3	0,1
Chile	21,7	13,5	14,5	7,8	20,1	11,1	19,0	8,4
Colômbia	2,3	1,4	0,6	0,3	2,0	1,2	1,6	0,7
Equador	0,5	0,3	0,3	0,2	0,3	0,1	0,3	0,1
México	6,9	4,3	16,0	8,6	11,0	6,0	17,0	7,5
Paraguai	3,6	2,2	0,9	0,5	4,8	2,6	0,3	0,1
Peru	3,7	2,3	6,0	3,2	5,6	3,1	6,0	2,7
Uruguai	17,9	14,1	5,0	2,7	17,9	9,8	6,1	2,7
Venezuela	3,1	1,9	38,0	20,4	3,7	2,0	46,7	20,7
TOTAL	161,2	100,0	186,7	100,0	182,4	100,0	226,1	100,0

FONTE: SEEF — Ministério da Fazenda.

ACÔRDOS BILATERAIS

Os acôrdos bilaterais de comércio e pagamentos mantidos pelo Brasil estão reduzidos a nove e se distribuem, em seu maior número e montante mais significativo de comércio, com países de economia centralmente planificada, a saber: Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polônia, República Democrática Alemã e Romênia.

Esta modalidade de comércio constitui apenas um resíduo de nossas relações externas

A parcela do comércio brasileiro, conduzida através dêsses instrumentos, assume percentagem pequena em relação ao intercâmbio global do País. As cifras abaixo ilustram o fato.

BRASIL

ACÔRDOS BILATERAIS
Bilateral Agreements

US$ MIL

ANOS	EXPORTAÇÃO (FOB)	IMPORTAÇÃO (FOB)	INTERCÂMBIO	% DO INTERCÂMBIO GLOBAL
1964	148,7	85,1	233,8	9,3
1965	157,9	73,5	231,4	9,1
1966	182,7	81,9	264,6	8,6
1967	155,1	90,6	245,7	7,9
1968 (1)	123,8	79,4	203,2	7,0

FONTE : SEEF — Ministério da Fazenda.

(1) Janeiro/outubro.

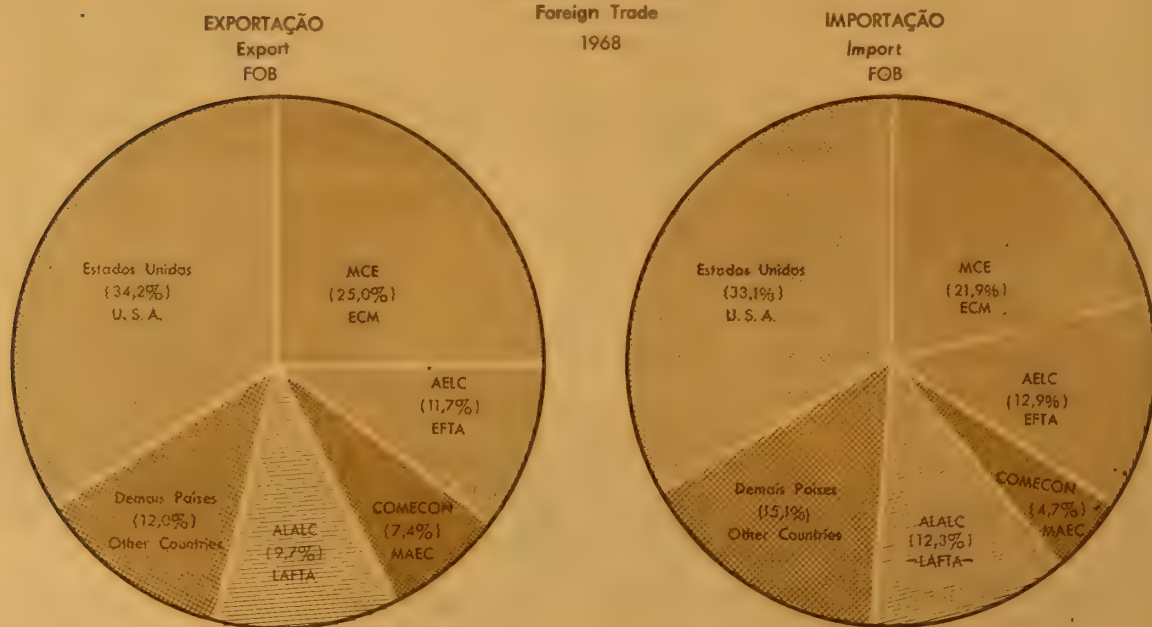
BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
Foreign Trade
1968

EXPORTAÇÃO
Export
FOB

Estados Unidos (34,2%) U. S. A.
MCE (25,0%) ECM
AELC (11,7%) EFTA
COMECON (7,4%) MAEC
ALALC (9,7%) LAFTA
Demais Países (12,0%) Other Countries

IMPORTAÇÃO
Import
FOB

Estados Unidos (33,1%) U. S. A.
MCE (21,9%) ECM
AELC (12,9%) EFTA
COMECON (4,7%) MAEC
ALALC (12,3%) LAFTA
Demais Países (15,1%) Other Countries

ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

A CRISE MONETÁRIA

PAÍSES

— Alemanha

— França

— Reino Unido

— Estados Unidos

PRODUTOS PRIMÁRIOS

COMÉRCIO MUNDIAL

— Paises

— Blocos

ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

A CRISE MONETÁRIA

As crises ocorridas nos mercados cambiais parecem, se não terminadas, pelo menos temporàriamente paralizadas. A de março de 1968, quatro meses após a da libra, consistiu, primordialmente, numa especulação sôbre o valor do ouro, que se esperava viesse a subir de cotação. Embora a corrida ao ouro resultasse da falta de confiança nas moedas em geral, não houve um problema tìpicamente cambial. O comércio e os investimentos internacionais não foram afetados pela especulação nem pelas medidas tomadas visando à sua solução, como o estabelecimento de dois mercados para o ouro: o oficial e o privado.

A crise de novembro — surgida da especulação sôbre a valorização do marco e desvalorização do franco francês — assumiu proporções mais sérias, atingindo diretamente três países que representam, anualmente, US$ 50 bilhões em exportações e idêntica quantia em importações, o que significa dizer que estaria em condições de afetar as balanças comerciais de todos os países do mundo.

A especulação afetou o eurodólar (alta), o ouro não-monetário (mercado oscilando) e outras moedas, principalmente o franco e o marco: grande quantidade de francos, libras e dólares foi utilizada para comprar marcos.

De janeiro a novembro as reservas alemãs aumentaram de US$ 2 319 milhões, das quais US$ 566 milhões em ouro e o resto em divisas (US$ 1 704 milhões) e posição líquida ao FMI (NCr$ 49 milhões). As reservas francesas caíram de US$ 2 102 milhões no mesmo período e as do Reino Unido US$ 262 milhões.

Durante a reunião (16 a 17 de novembro) do Banco de Liquidações Internacionais, a tentativa de se contornar a crise não foi bem sucedida. Segundo o ponto de vista francês, o marco estava subvalorizado, precisando ser revalorizado. A República Federal da Alemanha argumentou que a estabilidade do sistema monetário internacional é de responsabilidade de todos os países — superavitários e deficitários — e que a valorização do marco penalizaria seu país por ter conseguido manter moeda estável, enquanto os demais se inflacionavam.

O resultado dêsse impasse foi, nos dois dias seguintes, uma saída maciça de fundos da França e da Grã-Bretanha para a Alemanha, obrigando as autoridades a fechar os mercados cambiais no dia 20 e levando a RFA a convocar uma reunião especial de ministros de finanças e de governadores de bancos centrais do Grupo dos Dez.

Após as reuniões, êsses países decidiram restabelecer a confiança mundial nas moedas européias, sem modificar, todavia, as paridades existentes, mas através de medidas de caráter fiscal e creditício a serem tomadas pelos países deficitários, assim como outras tendentes a estimular as exportações e limitar as importações, salvo, quanto a estas duas últimas, no que respeita à Alemanha, em que se faria o inverso.

Acertaram-se providências para deter os movimentos especulativos de capitais e concordou-se com que a República Federal da Alemanha, não obstante manter a paridade do marco, rebaixaria as tarifas de importação e introduziria gravames à exportação, visando a diminuir o superavit de sua balança comercial. Foi decidido conceder à França um empréstimo de 2 bilhões de dólares, que se somariam às suas possibilidades de saque junto ao FMI. Em Londres, divulgaram-se medidas

tendentes a aumentar impostos e a restringir o crédito e as importações.

A recente crise parece levar à conclusão de que um regime de paridades fixas não oferece muita segurança num mundo dominado pela inflação, muito embora as medidas tomadas tivessem conseguido sobrestar a crise no sistema monetário internacional. Cogitar-se-ia, ante essa realidade, de ampliar para 5 % as margens de reajuste das taxas cambiais. Isto, porém, nada mais seria que medida paliativa, insuficiente, em pouco tempo, para atender a conjunturas inflacionárias. A solução básica está, ainda, na adoção de políticas não inflacionárias condizentes à estabilidade e ao equilíbrio internacionais.

PAÍSES

Alemanha

A Alemanha continuou com um forte superavit na conta de transações correntes do seu balanço de pagamentos em 1968. Com o recente reajuste de 4 % nas tarifas alfandegárias, é de se esperar uma redução de 3 bilhões de marcos no saldo de sua balança comercial, o que significa, para o ano de 1969, um superavit de 12 bilhões de marcos.

A República Federal da Alemanha, embora saída de uma conjuntura recessionária, ainda não conseguiu apresentar crescimento satisfatório no emprêgo global — não obstante o aumento de produtividade — além de mostrar queda na produção e demanda interna. O pagamento de salários condizentes com sua alta produtividade aumentaria o consumo pessoal e o nível de emprêgo e contrabalançaria os efeitos contracionistas que poderiam advir da redução do superavit comercial.

Quanto aos movimentos de capitais, o govêrno alemão, para minimizar o influxo de capital especulativo, estabeleceu o requisito de depósito prévio, junto ao Bundesbank, de 100 % dos depósitos em bancos comerciais provenientes do exterior, o que representa um custo de 6 % a 8 % ao ano, em juros implícitos.

França

Os movimentos grevistas ocorridos na França tiveram poderosa influência no desempenho de sua economia em 1968. Pressionado por estudantes e trabalhadores, o govêrno francês, objetivando contornar a crise, concedeu aumentos salariais e melhorias na previdência social. Tais aumentos, tendo sido superiores ao incremento na produtividade, se refletiram fortemente nos custos e preços, gerando dúvidas quanto à manutenção da posição competitiva da França no mercado internacional e, especialmente, dentro do MCE.

Em conseqüência, houve grande evasão de capital; as reservas de ouro e divisas estrangeiras diminuíram de US$ 2,7 bilhões em seis meses (maio a outubro). A situação agravou-se em novembro, mais como especulação na apreciação do marco do que pelo temor da depreciação do franco.

A balança comercial, contudo, deteriorou-se apenas levemente, sendo a evasão de capitais a principal causa das dificuldades de pagamento da França. O govêrno francês optou por uma política de contenção da demanda interna, contrôle de salários e preços, aumento de exportações e restrição à saída de capitais, ao invés de desvalorizar o franco. O contrôle cambial será rigoroso e espera-se que o deficit orçamentário de 1969 venha a reduzir-se à metade. Considerando a importância de seu comércio com a Alemanha, conta a França com que as recentes medidas tomadas pela RFA contribuam para o sucesso de sua política, não só com relação àquele país, mas, também, com outros mercados, visto que os preços das exportações alemãs ficarão mais elevados de agora em diante.

Reino Unido

O deficit do balanço de pagamentos do Reino Unido tem permanecido acentuadamente elevado, pois a desvalorização da libra, em 1967, não produziu os resultados esperados. A expectativa de valorização do marco teve o efeito de renovar a saída de capitais britânicos.

A fim de restaurar o equilíbrio da balança comercial, tomaram-se medidas tendentes a restringir o consumo, o crédito bancário e algumas importações. A melhoria da balança de comércio dependerá, sobretudo, da nova política posta em prática, esperando-se, porém, que as providências adotadas pelo govêrno de

Bonn sejam favoráveis ao balanço de pagamentos inglês e superiores às conseqüências das preconizadas pela França.

Estados Unidos

As estimativas finais, para 1968, fornecidas pelo Departamento de Comércio, em meados de janeiro do corrente ano, mostram que, do ponto de vista do critério de liquidez, houve superavit de US$ 150 milhões, no balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Excluindo-se os movimentos de capitais não oficiais, êsse resultado eleva-se a US$ 1,7 bilhão.

A principal causa do resultado superavitário foi, sem dúvida, o ingresso líquido de capitais privados e rendimentos, cujo total se expressa por US$ 7,7 bilhões, e se explica por: *a)* redução nas saídas de capital e aumento de rendas ligadas a investimentos diretos no exterior, somando US$ 3,5 bilhões; *b)* compras estrangeiras de títulos e instrumentos de dívidas de firmas americanas, no valor de US$ 4 bilhões.

A balança comercial apresentou saldo favorável de US$ 500 milhões, tendo caído de uma posição de superavit de US$ 3,5 bilhões em 1967, enquanto que o item serviços (excluídos rendimentos e pagamentos dos setores privado e governamental e a conta militar) registrou deficit de US$ 2,3 bilhões, o que representa uma melhoria de US$ 300 milhões em relação a 1967.

PRODUTOS PRIMÁRIOS

Os problemas relacionados com produtos primários vêm sendo discutidos há mais de duas décadas em vários foros internacionais, dentre os quais o Conselho Econômico e Social e outros órgãos das Nações Unidas, como a Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), além de o Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio (GATT) e, a partir de 1964, a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Os debates sôbre o assunto entraram em nova fase durante a primeira sessão da UNCTAD de março/junho de 1964, quando se reconheceu enfàticamente que os problemas de exportação dos países em desenvolvimento exigiam ação compreensiva e integrada, mediante acôrdos de produtos e esforços paralelos, para reduzir as barreiras ao comércio dos produtos primários, assim como disposições de natureza financeira para atender à instabilidade e incerteza das receitas de exportação dos países em desenvolvimento. Vários aspectos dêste problema sempre mereceram atenção por parte do FMI e do BIRD.

Por ocasião da reunião conjunta daqueles Organismos no Rio de Janeiro, em 1967, as Juntas de Governadores das duas Instituições adotaram resoluções paralelas solicitando um estudo sôbre a estabilização dos preços dos produtos primários.

A par disso, durante a segunda sessão da UNCTAD, realizada em Nova Delhi, em fevereiro/março de 1968, a Comissão de Produtos de Base pediu que o FMI e o BIRD, em seus estudos sôbre a matéria, dessem atenção especial aos problemas de financiamento de estoques reguladores (*buffer stocks*) e de diversificação.

Em cumprimento à solicitação que lhes foi feita, aquêles dois Organismos, durante a última reunião, em setembro de 1968, apresentaram um estudo geral e analítico sôbre o assunto (Parte I do Relatório) e prosseguiram no trabalho visando a encontrar fórmula pela qual possam vir a atuar no problema dentro de suas respectivas áreas de ação (Parte II do Relatório, em vias de conclusão).

A Parte I aborda com precisão não só os aspectos solicitados pela II UNCTAD como também outros da maior importância, como as tendências do comércio dos produtos primários, os principais elementos para uma política internacional integrada com relação a êsses produtos, inclusive no tocante a acôrdos internacionais e técnicas de estabilização de mercados, a posição competitiva dos produtos pri-

mários naturais em relação aos sintéticos e o programa para a liberalização e expansão do comércio daqueles bens, de interêsse dos países em desenvolvimento.

A redução das flutuações de preço dêsses produtos, em tôrno de sua tendência de médio prazo, e a inversão dessa tendência, persistentemente decrescente, constituem as metas daquele trabalho, que começa por condicionar os possíveis resultados das medidas a serem tomadas; (1) à manutenção de uma taxa de crescimento estável nos países desenvolvidos e, conseqüentemente, na demanda por produtos primários; (2) à existência de um sistema de comércio e de pagamentos relativamente livre de restrições e discriminações; (3) a adequado nível global das reservas mundiais; (4) a condições especiais, particulares a cada produto primário.

Como principais medidas para evitar as amplas oscilações de preços de curto prazo em tôrno da tendência de longo prazo, constituir-se-iam estoques reguladores para algumas mercadorias, tanto nas esferas internacionais como nacionais, objetivando manter a constância da oferta; adoção de políticas fiscais compatíveis com a meta de eliminação da superprodução crônica dos produtos tradicionais; e, também, poder-se-ia adotar o sistema de quotas de exportação para os produtos primários tradicionalmente exportados pelos países subdesenvolvidos, com a finalidade de dosar a sua oferta no mercado internacional. Além dessas medidas, conceder-se-iam, paralelamente, os financiamentos de curto prazo, compensatórios da queda de receitas de exportações os quais, através de mecanismo especial, seriam associados à utilização de recursos destinados à formação de *buffer stocks*, também fornecidos pelo FMI.

A fim de inverter a tendência declinante dos preços, remover-se-iam as restrições de acesso aos mercados de produtos primários oriundos dos países subdesenvolvidos. Aplicações de recursos a longo prazo contribuiriam, *pari passu*, para melhorar distribuição dos fatôres de produção, bem como para a melhoria do poder competitivo dos bens primários, pela redução de seu custo de produção. Os recursos seriam aplicados com a finalidade de estimular a produção primária cuja escassez viesse sendo observada e, também, em projetos de investimento que contribuíssem para a diversificação da produção, acrescendo a oferta interna de produtos de subsistência ou a oferta, dirigida ao mercado externo, daqueles produtos considerados escassos.

COMÉRCIO MUNDIAL

As estimativas preliminares das exportações mundiais (valor), para 1968, sugerem uma expansão significativa da ordem de 12,8 %, taxa de crescimento bem superior à de 1967 e mesmo à da média do qüinqüênio 1963/67 (8,6 %); os índices mostram, no entanto, que as exportações mundiais, em 1968, apenas voltaram a um nível condizente com o crescimento do período. Com efeito, o elevado percentual de 1968 contrabalançou o modesto aumento registrado no ano precedente.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS

World Trade

ANOS	ÍNDICE 1963=100	US$ BILHÕES	VARIAÇÃO S/O ANO ANTERIOR
1964	173.5	112	11,7
1965	187,7	121	8,2
1966	204,8	132	9,1
1967	215,6	139	5,3
1968 (*) ..	243.1	157	12,8

Os índices de *quantum*, preço e valor unitário das exportações mundiais permitem concluir que o crescimento observado no último decênio deveu-se quase que exclusivamente ao volume, pois o valor unitário total apresentou elevação modesta. Êste movimento parece não ter sofrido alterações em 1968, segundo os resultados dos dois primeiros trimestres.

A respeito do valor unitário e dos preços, os índices para os produtos de base apresentaram-se pràticamente sem elevação no decênio, chegando mesmo a declinar para os combustíveis; para as manufaturas acusaram pequena expansão, excetuando-se o caso dos produtos químicos que se mostraram em baixa.

No que se refere ao volume exportado, embora o incremento tenha sido observado em tôdas as classes de mercadorias, êle se deu com mais intensidade nos produtos manufaturados e nos combustíveis do que nos produtos primários (matérias-primas e produtos alimentícios).

Dessa forma, os dados disponíveis parecem indicar que se manteve firme em 1968 o crescimento da participação dos produtos manufaturados nas exportações mundiais, a qual situava-se ao redor de 60 %, em 1967.

Países

Seguindo a tendência verificada nos anos anteriores, os "Países Industriais" foram os que contribuíram com maior pêso na variação do comércio mundial, com incrementos de 13,5 % nas exportações e 13,53% nas importações. Dessa forma, êsse grupo de países (Áustria, Bélgica-Luxemburgo, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, República Federal da Alemanha, Suécia e Suíça) ampliou, ainda mais, sua participação no valor global do intercâmbio.

DISTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL

World Trade

DISCRIMINAÇÃO	1967		1968 (*)	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL				
Países Industriais	63,9	62.6	64.3	63.2
Demais Países	36,1	37,4	35,7	36.8
— Brasil	0,8	0,7	0,8	0,8
— Países de Economia Centralmente Planificada	11,8	10,8	11.5	10.6
— Países Restantes	23.5	25.9	23.4	26.4
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

FONTES : IFS/FMI.

Os países de economia centralmente planificada — Albânia, Bulgária, Cuba, Hungria, Polônia, República Democrática Alemã, República Popular da China, Romênia, Tcheco-Eslováquia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — segundo previsões bastante precárias, face

à deficiência de dados, inclusive de anos anteriores, também expandiram suas trocas internacionais, embora a taxas menores do que as do total mundial, fazendo, portanto, com que sua participação diminuísse no conjunto.

O Brasil excedeu, ligeiramente, a evolução das exportações mundiais, o que também ocorreu, em maior intensidade, com as importações.

Os "Países Industriais" continuaram a aumentar a parcela das trocas recíprocas no valor total de seu comércio, chegando, em 1968, à expressiva participação de 67 % em ambos os sentidos.

PAÍSES INDUSTRIAIS
Industrial Countries

US$ BILHÕES
Thousand Million

ANOS	EXPORTAÇÃO (FOB) *Exports (Fob)* TOTAL	Para Países Industriais		P/Terceiros		IMPORTAÇÃO (CIF) *Imports (Cif)* TOTAL	De Países Industriais		*De/Terceiros*	
		Valor	% Total	Valor	% Total		Valor	% Total	Valor	% Total
1964	107,9	68,4	63,4	39,5	33,6	110,6	71,5	64,5	39,1	35,4
1965	118,3	76,5	64,7	41,8	35,3	120,4	80,1	66,5	40,8	33,5
1966	130,8	85,4	65,3	45,4	34,7	134,0	90,3	67,4	43,7	32,6
1967	137,7	90,7	65,9	47,0	34,1	141,6	94,6	66,8	47,0	33,2
1968 (*)	156,3	104,6	66,9	51,7	33,1	160,4	107,6	67,1	52,8	32,9

FONTES : IFS e Direction of Trade — FMI.

As correntes de comércio dos "Países Industriais", no último qüinqüênio, podem ser melhor apreciadas através o gráfico seguinte.

O aumento das exportações dêsses países (que se elevaram de US$ 137,7 bilhões para US$ 156,3 bilhões) corresponde a 68 % da elevação acusada pelo total mundial. Note-se, ainda, que 50 % do citado aumento referem-se a transações efetuadas entre êles. Comportamento idêntico se verifica do lado das importações.

Assim sendo, o comércio (exportações) concretizado exclusivamente entre aquêles 14 países (US$ 104,6 bilhões) passou a representar 43 % do valor das transações mundiais (US$ 243,1 bilhões).

Blocos

Examinando-se a distribuição das correntes de comércio pelos principais blocos econômicos e países mais importantes não vinculados a tais blocos, tem-se uma visão mais precisa do intercâmbio mundial. Essas correntes, em 1968, acham-se distribuídas como mostra o gráfico.

O Mercado Comum Europeu (MCE) é o bloco que detém a maior parcela do comércio mundial (exportação 26,8 % e importação 24,3 %). Junto com a Associação Européia de Livre Comércio (AELC) — o segundo conjunto mais importante — êsses dois blocos, que abarcam a quase totalidade dos países da Europa Ocidental, respondem por cêrca de 40 % das transações mundiais.

O COMECON, terceiro bloco em importância, também europeu, tem sua participação estimada em 11,1 % das exportações e 10,4 % das importações.

Dessa forma, êsses três blocos concedem ao Velho Continente a supremacia do comércio mundial, com mais da metade do intercâmbio global.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), constituída por países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, tem participação bem modesta no total.

COMÉRCIO MUNDIAL
World Trade
1968

Estados Unidos, Canadá e Japão são os países, não pertencentes a blocos econômicos, que mais se destacam, sendo responsáveis por quase um quarto do comércio realizado em 1968.

A evolução do intercâmbio, pelos blocos e países citados, pode ser vista no quadro a seguir, onde se apresentam as respectivas participações sôbre o total mundial, 1967 e 1968, inclusive as dos membros de maior comércio dentro de cada área.

O Mercado Comum Europeu foi o único bloco econômico que elevou a participação de suas exportações no total mundial. Todos os seus países-membros, com exceção da França, superaram as exportações de 1967 em pelo menos 15 % — acima da taxa de crescimento global — destacando-se o resultado obtido pela Alemanha, cujo incremento de 19,9 % permitiu que sua participação passasse de 10,1 % para 10,7 %.

Quanto às importações, o MCE manteve, em 1968, a mesma posição relativa apresentada no ano anterior, enquanto as dos outros blocos declinaram. É de registrar que, à exceção da Alemanha e da Bélgica-Luxemburgo, que acusaram crescimentos expressivos, para todos os demais países a expansão foi inferior à taxa do total mundial.

Estados Unidos, Canadá e Japão, classificados em "Resto do Mundo", aumentaram de modo expressivo suas participações no comércio mundial, sobressaindo-se o primeiro nas importações e os dois outros nas exportações.

Dentre os países em desenvolvimento, classificados em "Demais", Espanha, Irã, Israel, Líbia, Paquistão e República Sul-Africana apresentaram taxa de crescimento de suas exportações superior à mundial; nas importações, Irã, Israel e Filipinas tiveram comportamento idêntico.

COMÉRCIO MUNDIAL — BLOCOS/PAÍSES

World Trade — Blocs/Countries

% SÔBRE O TOTAL MUNDIAL

BLOCOS/PAÍSES	1967		1968 (*)	
	Exportação (Fob)	Importação (Cif)	Exportação (Fob)	Importação (Cif)
MCE — **Mercado Comum Europeu**	26,1	24,3	26,8	24,3
República Federal da Alemanha	10,1	7,7	10,7	8,0
França	5,3	5,5	5,2	5,4
Itália	4,0	4,3	4,1	4,0
AELC — **Associação Européia de Livre Comércio**	14,1	16,6	13,6	15,6
Reino Unido	6,6	7,9	6,3	7,5
Suécia	2,1	2,1	2,0	2,0
Suíça	1,6	1,8	1,6	1,8
COMECON — **Conselho de Assistência Econômica Mútua**	11,4	10,5	11,1	10,4
URSS	4,5	3,1	4,3	3,6
República Democrática Alemã	1,6	1,4	1,5	1,3
Tcheco-Eslováquia	1,4	1,2	1,3	1,2
ALALC — **Associação Latino-Americana de Livre Comércio**	4,6	3,8	4,1	3,7
Argentina	0,7	0,5	0,5	0,4
Brasil	0,8	0,7	0,8	0,8
México	0,5	0,8	0,4	0,8
RESTO DO MUNDO	43,8	44,8	44,4	46,0
Estados Unidos da América	14,1	12,9	14,2	14,3
Canadá	5,1	4,8	5,4	4,9
Japão	4,8	5,2	5,3	5,2
Demais	19,2	21,9	19,5	21,6
TOTAL MUNDIAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: IFS/FMI — «Monthly Bulletin of Statistics» (ONU).

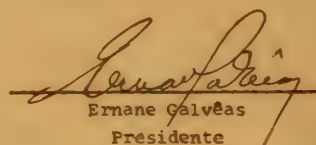
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1968

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RESULTADO DO EXERCÍCIO" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1968

BANCO CEN

Balanço em 31

A T I V O

				NCr
FINANCEIRO EXTERNO				
CORRESPONDENTES NO EXTERIOR EM MOEDAS ESTRANGEIRAS			350 310 424,82	
VALÔRES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS			213 692 205,18	564 002 6
FINANCEIRO INTERNO				
OPERAÇÕES :				
Ações e Obrigações		8 180,00		
Devedores por Financiamentos e Refinanciamentos (FUNAGRI)		354 604 499,88		
Devedores por Refinanciamentos (Res. Bancentral n.º 21)		6 731 372,53		
Empréstimos a Instituições Financeiras		412 974 781,15		
Títulos Públicos Federais :				
Letras do Tesouro Nacional	957 877 936,09			
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável — Operações Especiais	116 139 427,38			
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo não Reajustável	594 000 000,00			
Outros Títulos	28 849 150,84	1 696 866 514,31		
Títulos Redescontados		954 842 425,12	3 426 027 772,99	
OUTROS CRÉDITOS E VALÔRES :				
Banco do Brasil S. A. — Conta de Movimento		3 166 265 854,27		
Banco do Brasil S. A. — Conta de Suprimentos Especiais		1 262 703 783,73		
Créditos a Receber		2 954 533,28		
Créditos por Transferência de Depósitos (Decreto n.º 36 783, de 18-1-55)		34 429,41		
Devedores por Adiantamentos		820 243 510,76		
Devedores por Compra de Imóveis		19 411,31		
Devedores por Títulos a Receber por Financiamentos de Taxa		19 862 240,56		
Imóveis não Destinados a Uso		522 190,28		
Rendas a Receber		52 902 164,36		
Tesouro Nacional — Créditos Resultantes da Execução Orçamentária da União — Decreto-lei n.º 96/66		155 195 346,18		
Tesouro Nacional — Integralização de Quotas e Reajustamento de Haveres de Organismos Financeiros Internacionais		1 715 590 196,62		
Títulos a Receber		498 000,00		
Outros Créditos		585 403 637,10	7 782 198 297,86	11 208 226 (
Total do Ativo Financeiro				11 772 228 7
PERMANENTE				
Almoxarifado			1 159 288,99	
Imóveis de Uso			8 454 347,09	
Móveis e Utensílios			6 797 940,23	
Tesouro Nacional — Meio Circulante Transferido			1 504 778 424,27	1 521 190 (
PENDENTE				
Diferido				388
Subtotal				13 293 806
COMPENSAÇÃO				
Créditos Concedidos sob Contrato			816 120 858,19	
Depositários de Valôres			391 042 650,10	
Depositários de Valôres em Garantia		40 368 499,65		
Valôres em Garantia		178 988 322,28	219 356 821,93	
Hipotecas			3 665,50	
Mandatários por Cobrança			269 085 343,63	
Valôres em Custódia			224 474 212,75	
Outras Contas			922 239 515,28	2 842 323
				16 136 129

Rio de Janei

Ernane Galvêas
Presidente

DO BRASIL

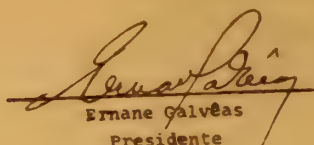
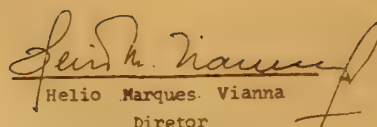
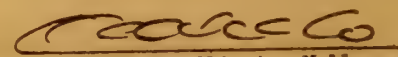
mbro de 1968

PASSIVO

			NCr$
FINANCEIRO EXTERNO			
GAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS		194 310 000.00	
SITOS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS			
ociação Internacional de Desenvolvimento	61 517 610.00		
co Interamericano de Desenvolvimento	269 764 573.61		
co Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	120 032 603.48		
poração Financeira Internacional	0.55		
do Monetário Internacional	1 225 750 548.90	1 677 065 336.54	1 871 375 336.54
FINANCEIRO INTERNO			
SITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS :			
ósitos Compulsórios	2 304 557 011,3[illegible]		
ósitos para Constituição e Aumento de Capital de Instituições Financeiras	29 124 478,02		
ósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	147 425,23		
ósitos Voluntários	11 698 176,42		
ros Depósitos	7 012 500,34	2 352 539 591,31	
RSOS VINCULADOS :			
oveitamento de Recursos para Operações Especiais	42 500 000,00		
do de Defesa de Produtos Agropecuários	1 355 668 440,49		
do de Estabilização da Receita Cambial	204 775 989,56		
do de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais FUNFERTIL	8 706 594.36		
do de Financiamento à Exportação (FINEX)	39 133 033,06		
do Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI) — Decreto n.º 56 836/65	748 844 069,38		
do para Investimentos Sociais (FUNINSO)	15 001 211,63		
do para Ocorrer a Compromissos Decorrentes de Empréstimos Externos	164 489,81		
do de Resgate e Controle da Dívida Pública Interna Fundada Federal	2 095 138,91	2 416 888 957,19	
AS EXIGIBILIDADES :			
co do Brasil S. A. — Obrigações por Repasses de Valôres em Moedas Estrangeiras	217 188 911,54		
ouro Nacional — Fundo de Indenizações Trabalhistas — Decreto n.º 53 787/64	280 735,14		
ouro Nacional — Recursos de Obrigações Reajustáveis	252 132 630,31		
ouro Nacional — Recursos Originários de Operações Especiais com Entidades Internacionais	135 645 907,97		
ras Contas	661 952 421,28	1 267 200 605,24	6 036 629 154,74
Total do Passivo Financeiro			7 908 004 491,28
PERMANENTE			
Circulante			5 090 490 009 27
PENDENTE			
do		16 282 660,24	
s Contas		52 188 096,15	68 470 755 39
PATRIMÔNIO E RESERVAS			
nônio		34 019 903,28	
va de Contingência		15 215 035,94	
va Especial		177 606 646,27	226 841 585 49
Subtotal			13 293 806 841,43
COMPENSAÇÃO			
nsabilidade por Créditos Contratados		816 120 858,19	
itantes de Títulos (Art. 4.º, inciso XIV, Lei 4 595/64)		3 407 949,82	
es em Depósito à Nossa Ordem		522 812,99	
nsabilidade por Garantias Recebidas		219 356 821,93	
nsabilidade por Bens Hipotecados		3 665,50	
nça Caucionada : De Conta do FUNAGRI	269 059 343,12		
Diversas	26 000,00	269 085 343,12	
nça por Conta Própria		0,51	
itantes de Valôres em Custódia		611 588 100,[illegible]	
s Contas		[illegible]	2 842 323 [illegible] 18
			16 136 129 [illegible] 81

neiro de 1969

Helio Marques Vianna
Diretor

Athayde de Oliveira Mello
Contador Geral
C R C. - GB - n.º 13 287

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Demonstração da conta "Resultado do Exercício"

Em 31 de Dezembro de 1968

DÉBITO	NCr$	CRÉDITO	NCr$
I — DESPESAS DE OPERAÇÕES		I — RECEITAS DE OPERAÇÕES	
Comissões, juros, meio circulante e outras	15 873 068,16	Comissões, juros, redescontos e outras	129 737 976,62
II — DESPESAS PATRIMONIAIS		II — RECEITAS PATRIMONIAIS	
Imóveis	786 579,74	Imobilizações e títulos	20 656 467,37
III — DESPESAS ADMINISTRATIVAS		III — RECEITAS ADMINISTRATIVAS	
Material de consumo, pessoal, remuneração da Diretoria e outras	55 766 578,62	Renda tributária e outras	5 471 698,01
IV — DESPESAS DIVERSAS	1 303 896,04	IV — RECEITAS DIVERSAS	11 537 411,49
V — PROVISÃO	12 126 218,56		
VI — RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9 367 343,09		
VII — RESERVA ESPECIAL	72 179 869,28		
	167 403 553,49		167 403 553,49

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1969

Ernane Galvêas
Presidente

Helio Marques Vianna
Diretor

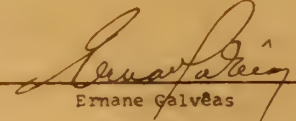
Athayde de Oliveira Mello
Contador Geral
C.R.C. - GB - nº 13.287

BALANCETE EM 5 DE FEVEREIRO DE 1969

BANCO CEN

Balancete em 3

A T I V O

				NCr
FINANCEIRO EXTERNO				
CORRESPONDENTES NO EXTERIOR EM MOEDAS ESTRANGEIRAS			373 878 604.94	
VALÔRES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS			209 919 997.39	583 798 6
FINANCEIRO INTERNO				
OPERAÇÕES :				
Ações e Obrigações		8 205,00		
Devedores por Consignaçãc de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional		901 309.50		
Devedores por Financiamentos e Refinanciamentos (FUNAGRI)		367 821 630.96		
Devedores por Refinanciamentos (Res. Bancentral n.º 21)		6 640 355.87		
Empréstimos a Instituições Financeiras		379 306 964.37		
Títulos Públicos Federais :				
Letras do Tesouro Nacional	1 002 877 936.09			
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável — Operações Especiais	72 752 144.81			
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo não Reajustável	594 000 000,00			
Outros Títulos	24 787 371.15	1 694 417 452,05		
Títulos Redescontados		1 020 066 518.83	3 469 162 436.58	
OUTROS CRÉDITOS E VALÔRES :				
Banco do Brasil S. A. — Conta de Movimento		2 899 051 959.03		
Banco do Brasil S. A. — Conta de Suprimentos Especiais		1 260 722 136.88		
Créditos a Receber		2 931 538.07		
Créditos por Transferência de Depósitos (Decreto n.º 36 763, de 18-1-55)		34 429.41		
Devedores por Adiantamentos		801 164 330.02		
Devedores por Compra de Imóveis		19 411.31		
Devedores por Títulos a Receber por Financiamentos de Taxa		19 858 869.42		
Imóveis não Destinados a Uso		522 190.28		
Rendas a Receber		70 066 325.36		
Tesouro Nacional — Créditos Resultantes da Execução Orçamentária da União — Decreto-lei n.º 96/66		59 344 041.75		
Tesouro Nacional — Integralização de Quotas e Reajustamento de Haveres de Organismos Financeiros Internacionais		1 715 590 306.19		
Títulos a Receber		498 000,00		
Outros Créditos		465 847 591.46	7 295 591 149.18	10 764 753 5
Total do Ativo Financeiro				11 348 552 1
PERMANENTE				
Almoxarifado			1 203 463.02	
Imóveis de Uso			8 454 347.09	
Móveis e Utensílios			6 907 219.04	
Tesouro Nacional — Meio Circulante Transferido			1 504 778 424,27	1 521 343 4
PENDENTE				
Despesas de Operações			66 252.00	
Despesas Patrimoniais			31 194.19	
Despesas Administrativas			9 878 407.35	
Despesas Diversas			2 822 246.55	12 798 1
Subtotal				12 882 693 7
COMPENSAÇÃO				
Créditos Concedidos sob Contrato			814 328 859.75	
Depositários de Valôres		391 042 649.57		
Depositários de Valôres em Garantia		44 199 260.88		
Valôres em Garantia		138 548 991,63	182 748 252.51	
Hipotecas			3 665.50	
Mandatários por Cobrança			285 036 388.56	
Valôres em Custódia			217 321 719.25	
Outras Contas			1 233 582 622,68	3 124 064 1
				16 006 757 8

Rio de Janeiro

Ernane Galvêas
Presidente

DO BRASIL

ereiro de 1969

P A S S I V O

			NCr$
FINANCEIRO EXTERNO			
IGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS		366 593 763,38	
ÓSITOS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS :			
sociação Internacional de Desenvolvimento	61 517 610,00		
nco Interamericano de Desenvolvimento	270 020 618,44		
nco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	120 127 269,77		
rporação Financeira Internacional	0,55		
ndo Monetário Internacional	1 225 750 602,89	1 677 416 101,65	2 044 009 865,03
FINANCEIRO INTERNO			
ÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS :			
pósitos Compulsórios	2 231 466 066,51		
pósitos para Constituição e Aumento de Capital de Instituições Financeiras	50 650 953,99		
pósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	147 425,23		
pósitos Voluntários	13 493 107,88		
tros Depósitos	14 916 730,36	2 310 674 283,97	
URSOS VINCULADOS :			
rovisionamento de Recursos para Operações Especiais	47 500 000.00		
ndo de Defesa de Produtos Agropecuários	1 392 482 493.28		
ndo de Estabilização da Receita Cambial	204 775 989.56		
ndo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL	6 684 158,43		
ndo de Financiamento à Exportação (FINEX)	39 107 878,21		
ndo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI) — Decreto n.º 56 835/65	748 180 425,53		
ndo para Investimentos Sociais — FUNINSO	15 001 211,63		
ndo de Resgate e Contrôle da Dívida Pública Interna Fundada Federal	118 492,06	2 453 850 648,70	
RAS EXIGIBILIDADES :			
nco do Brasil S. A. — Obrigações por Repasses de Valôres em Moedas Estrangeiras	91 303 644,90		
souro Nacional — Fundo de Indenizações Trabalhistas — Decreto n.º 53 787/64	276 328.38		
souro Nacional — Recursos de Obrigações Reajustáveis	210 006 803.73		
souro Nacional — Recursos Originários de Operações Especiais com Entidades Internacionais	123 945 907,97		
tras Contas	598 806 908,04	1 024 339 593,02	5 788 864 525,69
Total do Passivo Financeiro			7 832 874 390,72
PERMANENTE			
Circulante			4 691 166 523,45
PENDENTE			
itas de Operações		69 866 115,94	
itas Administrativas		1 536 760,46	
itas Diversas		6 466 812 76	
as Contas		53 941 552,78	131 811 241,94
PATRIMÔNIO E RESERVAS			
imônio		34 019 903,28	
rva de Contingência		15 215 035,94	
rva Especial		177 606 646,27	226 841 585 49
Subtotal			12 882 693 741,60
COMPENSAÇÃO			
ponsabilidade por Créditos Contratados		814 328 859.75	
ositantes de Títulos (Art. 4.º, inciso XIV, Lei 4 595/64)		3 407 949.82	
res em Depósito à Nossa Ordem		522 813.00	
ponsabilidade por Garantias Recebidas		182 748 252 51	
ponsabilidade por Bens Hipotecados		3 665.50	
rança Caucionada : De Conta do FUNAGRI	285 010 388.05		
Diversas	26 000,00	285 036 388.05	
rança por Conta Própria		0.51	
ositantes de Valôres em Custódia		604 433 606.00	
ras Contas		1 233 582 622.68	3 124 064 157.82
			16 006 757 899 42

fevereiro de 1969

Helio Marques Vianna
Diretor

Athayde de Oliveira Mello
Contador Geral
C.R.C. - GB - nº 13.287

ÍNDICE